

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

PRISCILA LORO MILAN

**“VIAJAR PARA APRENDER”:
Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais - PR**

Balneário Camboriú

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PRISCILA LORO MILAN

**“VIAJAR PARA APRENDER”:
Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais - PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação Balneário Camboriú.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Doris van de Meene Ruschmann.

Balneário Camboriú

2007

A Deus,
pelo dom da vida,
por todas as bênçãos derramadas,
por sempre iluminar meus caminhos.

Aos meus pais Luis Loro Milan e Rosa Arndt,
sem vocês nada seria possível.

À minha querida avó Ivone Loro Milan (*in memoriam*),
pelo amor e carinho até os últimos momentos de vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr^a Dóris van de Meene Ruschmann, pela orientação precisa e auxílio nos momentos de dificuldades.

Aos demais professores do Mestrado, em especial à Professora Dr^a Roselys Izabel Correa dos Santos (*in memoriam*), pelo brilhantismo de suas aulas, as quais muito influenciaram nos rumos seguidos por este trabalho.

Aos professores do Curso de Turismo do Centro Universitário Positivo, responsáveis por minha formação acadêmica e por todo o incentivo que culminou na realização desta etapa tão importante da minha vida. Agradeço especialmente ao coordenador do curso, Professor Dr. Dario Luiz Dias Paixão e ao Professor Waldir Egenolf Prochnow pela oportunidade de realizar o estágio em docência na Instituição.

À Professora Dr^a Mirian Rejowski (Universidade de São Paulo) e à Nádia Jabogi (Associação dos Municípios dos Campos Gerais), pelo auxílio e por todo o material disponibilizado.

À Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa, por permitir e contribuir para a realização da pesquisa.

Aos alunos, professores e, em especial, à diretora Márcia Aparecida Moreira, da Escola Municipal Dr. Edgar Sponholz, pelo apoio incondicional e pelos momentos agradáveis que partilhamos durante a visita à Lapa.

À Escola Municipal Theodoro Batista Rosas, na pessoa da diretora, Terezinha Kovaltchuk, sempre solícita, cuja colaboração foi inestimável para a efetivação da pesquisa.

Às grandes amigas Dircéia Antunes de Oliveira e Lorena Angélica Mancini, que conheci durante o Curso, pelo companheirismo de todas as horas.

Às amigas-irmãs Cássia Sidor Kremer e Jannayna de Freitas Silva, por fazerem parte da minha vida.

A todos que não foram mencionados, mas que colaboraram de alguma forma para a concretização deste sonho.

Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho aborda o Turismo Pedagógico enquanto atividade educativa que serve às escolas. Além de facilitar o processo de aprendizagem, pode constituir-se em uma fonte de enriquecimento cultural, permitindo ao aluno vivenciar a teoria vista em sala de aula na prática, por meio da efetivação dos estudos *in loco*. Para comprovar tal afirmação foram elaborados roteiros turístico-pedagógicos, voltados à visita aos bens do patrimônio histórico-cultural dos municípios de Castro e Lapa, nos Campos Gerais – PR. Após a realização dos mesmos, por alunos de escolas municipais de Ensino Fundamental da referida região, confirmou-se, por meio da análise dos dados obtidos com a aplicação de questionários a discentes e docentes, que o Turismo Pedagógico promove entendimento, conscientização e valorização da identidade cultural regional dentro de uma proposta pedagógica ampla e diversificada.

Palavras-chave: Turismo; Educação; Turismo Pedagógico; Patrimônio Histórico-Cultural; Campos Gerais.

ABSTRACT

This work addresses Pedagogical Tourism as a educational activity which can be used in schools. Besides facilitating the learning process, it can also be a source of cultural enrichment, enabling the student to experience in practice, the theory taught in the classroom, by means of *in loco* studies. To support this assertion, some pedagogical tourism itineraries were created, focusing on visits to historical and cultural heritage sites in the municipal districts of Castro and Lapa, in the region of Campos Gerais – PR. After the creation of the itineraries by students from municipal schools in the region, it was confirmed, through analysis of the data obtained through the application of questionnaires to students and teachers, that Pedagogical Tourism promotes understanding, awareness and valorization of the cultural identity of the region, within a far-reaching and diversified pedagogical proposal.

Key words: Tourism; Education; Pedagogical Tourism; Historical and Cultural Heritage; Campos Gerais

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Rota dos Tropeiros (PR).....	15
Figura 2 – Tropa e tropeiros.....	15
Figura 3 – Principais lugares visitados e rotas utilizadas no <i>Grand Tour</i> , no período de 1661-1700	19
Figura 4 – Seção esquemática do Estado do Paraná mostrando a estrutura geológica do relevo.....	47
Figura 5 – Os Campos Gerais do Paraná, segundo sua definição original (MAACK, 1948).....	49
Figura 6 – Os Campos Gerais do Paraná, segundo o Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais.....	51
Figura 7 – Mapa de localização do município de Castro – PR.....	58
Figura 8 – Mapa de localização do município da Lapa – PR.....	63
Figura 9 – Monumento ao Tropeiro.....	80
Figura 10 – Casa Vermelha.....	80
Figura 11 – Museu do Tropeiro.....	80
Figura 12 – Museu do Tropeiro (acervo).....	80
Figura 13 – Praça General Carneiro.....	80
Figura 14 – Busto em homenagem ao General Carneiro.....	80
Figura 15 – Igreja Matriz de Santo Antônio.....	81
Figura 16 – Theatro São João.....	81
Figura 17 – Museu Histórico da Lapa.....	81
Figura 18 – Vídeo sobre Revolução Federalista.....	81
Figura 19 – Museu Histórico da Lapa (acervo).....	81
Figura 20 – Prefeitura Municipal da Lapa.....	81
Figura 21 – Casa de Câmara e Cadeia.....	82
Figura 22 – Casa de Câmara e Cadeia (interior).....	82
Figura 23 – Armas utilizadas em guerra.....	82
Figura 24 – Canhão utilizado em combate.....	82
Figura 25 – Quadro retratando batalha.....	82
Figura 26 – Memorial Ney Braga.....	82
Figura 27 – Casa da Memória.....	83
Figura 28 – Grupo ouvindo explicações da guia.....	83
Figura 29 – Detalhe da fachada da Casa.....	83
Figura 30 – Aspecto externo da Casa.....	83
Figura 31 – Réplica da Carta de Sesmaria.....	83
Figura 32 – Pantheon dos Heroes.....	83
Figura 33 – Grupo reunido em frente ao Pantheon dos Heroes.....	84
Figura 34 – Aspecto externo (canhão).....	84
Figura 35 – Bustos e placas em homenagem aos heróis da Revolução Federalista.....	84
Figura 36 – Museu Casa Lacerda.....	84
Figura 37 – Sala onde foi assinado o termo de rendição da Lapa.....	84
Figura 38 – Mobiliário da casa (quartos).....	84
Figura 39 – Mobiliário da casa (cozinha).....	85
Figura 40 – Gruta do Monge.....	85
Figura 41 – Museu do Tropeiro.....	87
Figura 42 – Igreja Matriz de Sant’ Anna.....	87
Figura 43 – Mosaico de vidros coloridos.....	87
Figura 44 – Praça Sant’ Anna do Iapó.....	87
Figura 45 – Casa de Sinhara.....	87
Figura 46 – Parque Lacustre.....	87
Figura 47 – “Prainha de Castro”.....	88

LISTA DE FIGURAS – CONTINUAÇÃO

Figura 48 – Museu do Imigrante Holandês.....	88
Figura 49 – Tamanco holandês (<i>klomp</i>).....	88
Figura 50 – Artesanato típico holandês.....	88
Figura 51 – Memorial da Imigração Holandesa.....	88
Figura 52 – Fazenda Capão Alto.....	88
Figura 53 – Interior da sede da Fazenda.....	89
Figura 54 – Detalhe da construção.....	89
Figura 55 – Alunos brincando com sino.....	89
Figura 56 – Guia local brincando com aluno.....	89
Figura 57 – Trilha ecológica.....	89
Figura 58 – Interior do pinheiro.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases de desenvolvimento do “ <i>Modus Fasciendi</i> ”, segundo Piza (1992).....	29
Quadro 2 – Diferenças Conceituais e Metodológicas.....	31
Quadro 3 – Classificação dos atrativos turísticos histórico-culturais de Castro, segundo o “Método de Alavancagem Múltipla”.....	70
Quadro 4 – Classificação dos atrativos turísticos histórico-culturais da Lapa, segundo o “Método de Alavancagem Múltipla”.....	71
Quadro 5 – Etapas do Estudo.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimento sobre a história da Lapa.....	90
Gráfico 2 – Conhecimento sobre o tropeirismo (alunos que visitaram Lapa).....	91
Gráfico 3 – Conhecimento sobre a Revolução Federalista.....	92
Gráfico 4 – Conhecimento sobre os atrativos turísticos da Lapa.....	93
Gráfico 5 – Conhecimento sobre a história de Castro.....	97
Gráfico 6 – Conhecimento sobre o tropeirismo (alunos que visitaram Castro).....	98
Gráfico 7 – Conhecimento sobre o Rio Iapó.....	98
Gráfico 8 – Conhecimento sobre os atrativos turísticos de Castro.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre visita à Lapa e aprendizado sobre a cidade: alunos que realizaram a visita.....	93
Tabela 2 – Relação entre visita à Lapa e aprendizado sobre a cidade: alunos que não realizaram a visita.....	93
Tabela 3 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que visitaram a Lapa.....	94
Tabela 4 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que não visitaram a Lapa...	94
Tabela 5 – Relação entre visita a Castro e aprendizado sobre a cidade: alunos que realizaram a visita.....	100
Tabela 6 – Relação entre visita a Castro e aprendizado sobre a cidade: alunos que não realizaram a visita.....	100
Tabela 7 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que visitaram Castro.....	101
Tabela 8 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que não visitaram Castro...	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 TURISMO.....	17
1.2 DAS VIAGENS CULTURAIS AO TURISMO PEDAGÓGICO.....	19
1.2.1 Educação e Aprendizagem.....	21
1.2.2 Divergências Conceituais.....	25
1.2.3 Utilização do Turismo Pedagógico.....	31
1.3 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO CONTEXTO DO TURISMO PEDAGÓGICO.....	37
2 A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS	47
2.1 GEOMORFOLOGIA.....	47
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS.....	48
2.3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	52
2.4 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS.....	57
2.4.1 Municípios Integrantes da Pesquisa.....	58
2.4.1.1 Castro.....	58
2.4.1.2 Lapa.....	63
2.4.2 Parâmetros de Classificação dos Atrativos Turísticos Histórico-Culturais.....	67
3 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E DE DEFINIÇÃO DOS ROTEIROS	73
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	73
3.2 ROTEIROS TURÍSTICO-PEDAGÓGICOS.....	77
3.2.1 Roteiro 1: Lapa.....	77
3.3.1 Roteiro 2: Castro.....	85
4 RESULTADOS DA PESQUISA	90
4.1 LAPA.....	90
4.1.1 Alunos.....	90
4.1.2 Professores.....	96
4.2 CASTRO.....	96
4.2.1 Alunos.....	96
4.2.2 Professores.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	119
APÊNDICE A – Exercícios sobre a Lapa.....	119
APÊNDICE B – Exercícios sobre Castro.....	120
APÊNDICE C – Questionário aplicado aos professores.....	121
ANEXOS	122
ANEXO A – Atrativos turísticos de Castro não visitados durante a realização do roteiro.....	122
ANEXO B – Mapa turístico de Castro.....	123
ANEXO C – Atrativo turístico da Lapa não visitado durante a realização do roteiro.....	124
ANEXO D – Mapa turístico da Lapa.....	125

INTRODUÇÃO

Neste início do século XXI, a partir da observação direta e da prática do ensino superior do turismo, percebe-se certa dificuldade das instituições em trabalhar a formação dos indivíduos. Em geral, os modelos vigentes de educação são baseados em técnicas tradicionais de ensino, que utilizam aulas expositivas, material didático convencional e avaliações que exigem dos alunos a memorização do conteúdo apreendido, sem instigar a formação da reflexão crítica.

O desafio que se impõe à educação brasileira envolve o compromisso com a qualidade do ensino, a partir de ações competentes e criativas, das quais podem emanar mudanças significativas quanto ao processo formativo dos alunos.

Dada a impressionante velocidade de disseminação de mensagens, valores e verdades, cabe aos educadores buscar, criar e articular novas linguagens capazes de trazer a realidade da vida para o contexto escolar. As instituições de ensino precisam estimular o educando a desenvolver sua autonomia, espírito crítico e curiosidade no processo de construção do saber.

Mas, para que se consiga um resultado efetivo, estratégias pedagógicas eficazes deverão ser criadas com o intuito de vivenciar a teoria na prática, envolvendo os saberes escolares e os demais saberes, com a consequente estimulação das percepções e sensações dos sujeitos envolvidos nesse processo de ampliação de conhecimentos.

A partir daí, como salienta Cascino (2000, p. 200), vem à tona as seguintes questões: “o caminho formal de instrução deve passar exclusivamente pela sala de aula e de lá devem emanar os pressupostos para a vida dos jovens? Será o espaço escolar o único a prover as comunidades de uma efetiva estrutura educacional?”

A formação dos alunos não deve mais estar atrelada à concepção de uma educação que se viabiliza apenas nos espaços formais das instituições, devendo ser complementada por ações educativas que priorizem uma ampliação de horizontes para além dos seus muros, utilizando ambientes informais de forma complementar, estimulando também os aspectos afetivos e emocionais e não apenas os cognitivos do ser envolvido na aprendizagem. (MARINHO; GÁSPARI, 2003).

Isso é preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96), que consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e, em particular, para com o ensino fundamental. Essa LDB pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos. Para dar conta

desse amplo objetivo institui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)¹, os quais estimulam a prática de estudos *in loco* e consagram o Estudo do Meio como método de ensino propulsor de interdisciplinaridade.

O Estudo do Meio é uma atividade que permite aos alunos estabelecerem relações ativas e interpretativas, relacionadas diretamente com a produção de novos conhecimentos, envolvendo pesquisas localizadas em contextos vivos e dinâmicos da realidade.

Desse modo, dentre as orientações didáticas contidas nos PCN's, propõe-se ao professor que promova pesquisas em locais ricos em informações:

É importante salientar que o espaço de aprendizagem não se restringe à escola, sendo necessário propor atividades que ocorram fora dela. A programação deve contar com passeios, excursões, teatro, cinema, visitas a fábricas, marcenarias, padarias, enfim, com as possibilidades existentes em cada local e as necessidades de realização do trabalho escolar. (BRASIL, 2000, p.103).

Percebe-se, portanto, que, por meio de passeios, visitas, excursões e viagens, o turismo pode ser uma atividade que serve ao ensino. Segundo Barreto (1998) ele pode ensinar o alunos a se comportar em lugares de uso coletivo e difundir o respeito ao patrimônio de uso comum; bem como pode oferecer educação específica em História, Geografia, artes, idiomas, preservação do meio ambiente, tornando-se um aliado na educação formal.

Nesse contexto, insere-se o Turismo Pedagógico ou, segundo Swarbrooke e Horner (2002, p.64) “o viajar para aprender”, que se caracteriza por viagens de estudo do meio e tem como objetivo transportar o conhecimento teórico assimilado em sala-de-aula para a realidade concreta, oferecendo, ainda, momentos de descontração e sociabilização.

A proposta de aula presente no Turismo Pedagógico, concebida a partir dos conteúdos curriculares e sua tradução em objetivos de aprendizagem, apresenta-se, supostamente, como uma atividade facilitadora no processo do aprendizado, pois visa a romper com a monotonia dos modelos e práticas pedagógicas atuais, bem como ser um agente integrador do indivíduo com a realidade original dos fatos.

Entretanto, engana-se quem pensa que consiste em uma mera obtenção de informações fora da sala de aula. Isso porque as atividades têm horizontes bem mais amplos que uma simples saída cultural para um museu ou parque, já que sua proposta é integrar uma ação externa aos muros da escola, ao currículo e, dessa forma, exige planejamento, organização e método, para que não se perca o rumo pedagógico inicial.

¹ Áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física. Temas Transversais: Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Sua importância está no fato de se constituir em uma fonte de enriquecimento cultural e pedagógico que proporciona ao aluno uma vivência única, pois permite tornar o aprendizado mais rápido e eficaz, além de estimular o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o mundo que o cerca.

As atividades extra-classe são muito mais do que momentos de recreação ou fuga da rotina diária: são grandes oportunidades de transmissão de conhecimentos. No caso das viagens turísticas educativas com temática cultural, acredita-se como necessário o fato de elas constituírem uma linguagem em que se articula um conjunto importante de valores históricos e contemporâneos, na tentativa de induzir atitudes de conscientização, respeito e proteção por parte dos visitantes e dos visitados.

Nessa perspectiva, a escola estimula nos alunos a valorização da cultura regional e de sua própria comunidade, possibilitando a compreensão de si mesmo e da vida coletiva da qual fazem parte. Assim, os educandos poderão construir e reconstruir as imagens e percepções que têm da paisagem local, conscientizando-se de seus vínculos afetivos e de identidade com o lugar no qual se encontram inseridos, a fim de compreender de modo mais crítico a sua própria época e o espaço em seu entorno.

A região contemplada por este estudo são os Campos Gerais, no Estado do Paraná, cuja identidade histórica e cultural remonta ao século XVIII, quando, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas e relevo suave, foi rota do tropeirismo do sul do Brasil, conforme pode ser observado na Figura 1, com o deslocamento de tropas de gado e muares provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais.

O tropeirismo, com seus pousos para descanso da tropa e de seus condutores (Figura 2), incrementou o desenvolvimento de vilas que, posteriormente, com a vinda dos colonizadores de diferentes etnias européias, cresceram e se transformaram em importantes núcleos urbanos, os quais muito contribuíram para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Esse ciclo econômico, que se estendeu até meados do século XX, ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes da população local, que preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros.

Por todos esses aspectos, os Campos Gerais podem ser considerados como um fascinante e ainda pouco explorado corredor cultural que favorece de forma extraordinária a prática do Turismo Pedagógico por estudantes de escolas do Ensino Fundamental da região.

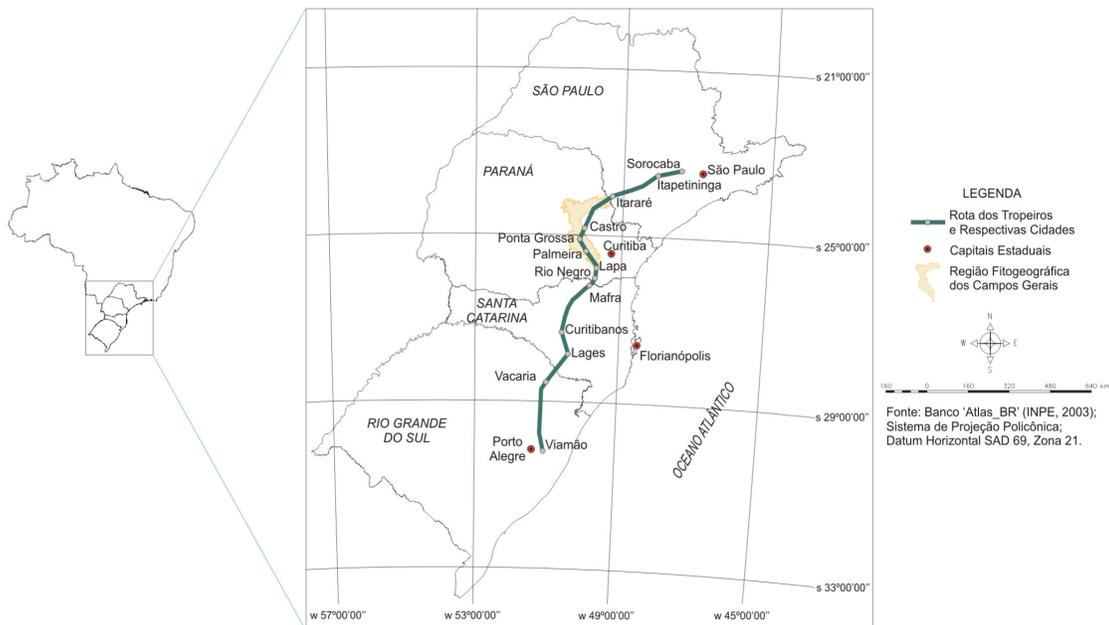


Figura 1- Mapa da Rota dos Tropeiros

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Banco “Atlas_BR”.

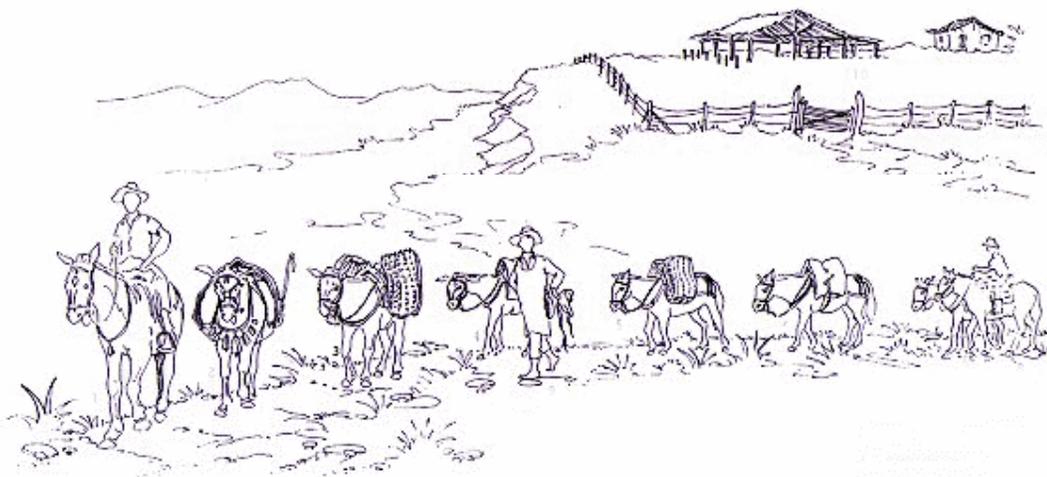


Figura 2 – Tropa e tropeiros

Fonte: MAIA; MAIA (1981).

A partir dos pressupostos acima, pretende-se levantar os aspectos e as manifestações histórico-culturais mais significativos para a prática do Turismo Pedagógico em localidades dessa região, permitindo o enriquecimento, tanto do ponto de vista pedagógico como do

aproveitamento dos alunos, transmitindo valores e preparando os jovens para que sejam, no futuro, cidadãos e turistas mais conscientes.

Diante do exposto, configurou-se o problema da pesquisa: Como será possível apresentar o patrimônio histórico-cultural de localidades dos Campos Gerais para alunos do ensino fundamental da região, por meio de viagens técnico-turísticas nas quais o entendimento, a conscientização e a valorização da identidade cultural regional estejam inseridas dentro de uma proposta pedagógica ampla e diversificada?

Formulado o problema, tem-se como objetivo geral analisar a viabilidade técnica, operacional e educativa da utilização de roteiros turístico-pedagógicos voltados à visitação aos bens patrimoniais histórico-culturais de localidades dos Campos Gerais - PR como elemento potencial para o desenvolvimento do Turismo Pedagógico na região.

A partir do objetivo geral foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar histórica e geograficamente a região e as localidades em questão;
- b) Identificar os atrativos mais significativos que compõem o patrimônio histórico-cultural dessas localidades;
- c) Propor roteiros turístico-pedagógicos para serem praticados por estudantes do Ensino Fundamental da região nessas localidades.

Para tanto, esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se uma fundamentação teórica sobre os temas Turismo, Educação, Turismo Pedagógico e Patrimônio Histórico e Cultural.

O segundo capítulo expõe o objeto de estudo – a região dos Campos Gerais - tratando especificamente de sua contextualização geográfica e histórica, bem como dos municípios que fazem parte desta investigação, seus respectivos atrativos histórico-culturais e dos parâmetros de classificação dos mesmos.

O terceiro capítulo expõe, além da metodologia da pesquisa, os roteiros turístico-pedagógicos elaborados pelas escolas nas localidades selecionadas.

O quarto capítulo está composto pela análise dos resultados da pesquisa de campo: teste dos roteiros com alunos e professores.

No último capítulo, apresentam-se a verificação da eficácia da proposta e as considerações finais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 TURISMO

A necessidade de se locomover de um lugar a outro sempre esteve presente na história da humanidade. As primeiras viagens tinham aspectos distintos dos atuais, nelas não havia o grau de complexidade, muito menos as possibilidades de conforto hoje existentes. Os deslocamentos se restringiam ao comércio, a motivos religiosos, à procura de alimentos e bens para subsistência, à necessidade de melhorar as condições de vida, aos anseios políticos de expansão territorial e aos desejos de descanso e saúde. (VALENTE; CURY, 2004).

O turismo, como o conhecemos hoje, constitui-se num fenômeno eminentemente do século XX. Entretanto, alguns historiadores admitem que o advento do turismo de massa organizado teve início na Inglaterra durante a transformação econômica e social ocorrida como consequência da Revolução Industrial, por meio do surgimento da classe média, que apresentava novas necessidades e possibilidade de gastos, principalmente no que se refere à utilização do tempo livre disponível para o lazer. Posteriormente, no período compreendido entre as duas grandes guerras, o desenvolvimento do automóvel e do transporte aéreo comercial assinalou o rápido crescimento e a expansão das viagens internacionais. (LAGE; MILONE, 2001).

Segundo os mesmos autores, atualmente a atividade turística ocupa lugar de destaque nas relações econômicas, sociais e políticas das sociedades, à medida que a disseminação de informações, a redução dos custos de transporte, os investimentos em infra-estrutura e o aumento da renda mundial têm propiciado um crescimento expressivo da demanda e da oferta de serviços turísticos.

Historicamente, o desenvolvimento do conceito de turismo está muito relacionado à questão do deslocamento, uma vez que implica em um “movimento” para fora do lugar de residência habitual. Pode-se notar isso numa das primeiras definições oficiais, apresentada por Burkart e Medlik (1981 *apud* OMT - Organização Mundial do Turismo - 2001), quando afirmaram representar o turismo “[...] deslocamentos curtos e temporais (sic) das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e atividades empreendidas durante a estada nesses destinos”.

Mais recentemente, surgiu a definição que passou a ser adotada pela OMT em 1994. Atualmente permanece a mesma, ou seja, continua enfatizando a questão da necessidade do deslocamento; amplia, porém, seu conceito, como segue: “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p.21)

Essa definição traz consigo um importante aspecto que diz respeito à contemplação dos possíveis elementos motivadores da viagem: o lazer, os negócios ou outros.

Sobre essa questão, Beni (1998) afirma que o motivo da viagem é o principal meio disponível para a segmentação do mercado, ou seja, a técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos.

Os mercados são compostos por compradores que diferem entre si em termos de atitudes, desejos, poder de compra, etc. Novos produtos começaram a surgir para atender a necessidade de uma nova demanda, modificando os padrões de consumo do turismo de massa, tornando possível atingir os desejos dos clientes com a oferta de produtos personalizados.

O turismo, portanto, pode apresentar um número indefinido de vertentes, dependendo das motivações do viajante ao empreender a viagem. Ansarah (1999) afirma que as necessidades humanas e os desejos que levam ao consumo de produtos turísticos são muitos e variam de pessoa para pessoa como, por exemplo, evasão, descanso, conhecimento de lugares e pessoas novas, busca de status, saúde, cultura, religião, contemplação da natureza, aventuras, entre outros.

Não obstante a existência de uma diversidade de definições e conceitos, o crescimento da atividade turística tem feito surgir novas modalidades e nichos de mercado, dentro das mais variadas áreas.

De acordo com Spínola da Hora e Cavalcanti (2003, p.223), isso não poderia ser diferente em relação à educação, pois como o turismo é um fenômeno social de caráter extremamente dinâmico, “não seria estranho conceber uma modalidade cuja principal característica fosse não apenas a satisfação da curiosidade por novos lugares e culturas, mas também o ensino formal propriamente dito”.

Para os mesmos autores é a capacidade de promover o desenvolvimento humano, social e educacional que baliza a utilização do turismo como atividade que serve ao ensino. Dessa forma, pode-se considerá-lo como grande aliado na educação extra-classe, contribuindo para que uma grande meta seja realizada: a pedagógica e, como consequência, a efetivação do que se denomina Turismo Pedagógico.

1.2 DAS VIAGENS CULTURAIS AO TURISMO PEDAGÓGICO

No período que abrange desde o século XIV até o século XVII, pode-se afirmar que a idéia de viagem como recurso para o ensino teve seu expoente na Europa, durante o Renascimento. Lage e Milone (2001) afirmam que, nessa fase, desenvolveram-se as artes, as ciências, as letras e, principalmente, iniciou-se uma mudança nos costumes, promovendo um retorno à curiosidade e ao gosto pelo conhecer.

Ainda no século XVI, teve início, na França, a realização das duas modalidades de viagem de lazer: o *Petit Tour* e o *Grand Tour*² (Figura 3). O primeiro consistia numa visita ao Vale do Loire e retorno a Paris. O segundo estendia-se pela França, Suíça e Itália, em especial às cidades de Paris, Roma, Genebra, Florença, Milão, Bolonha, Veneza e Nápoles. (OLIVEIRA, 2001).

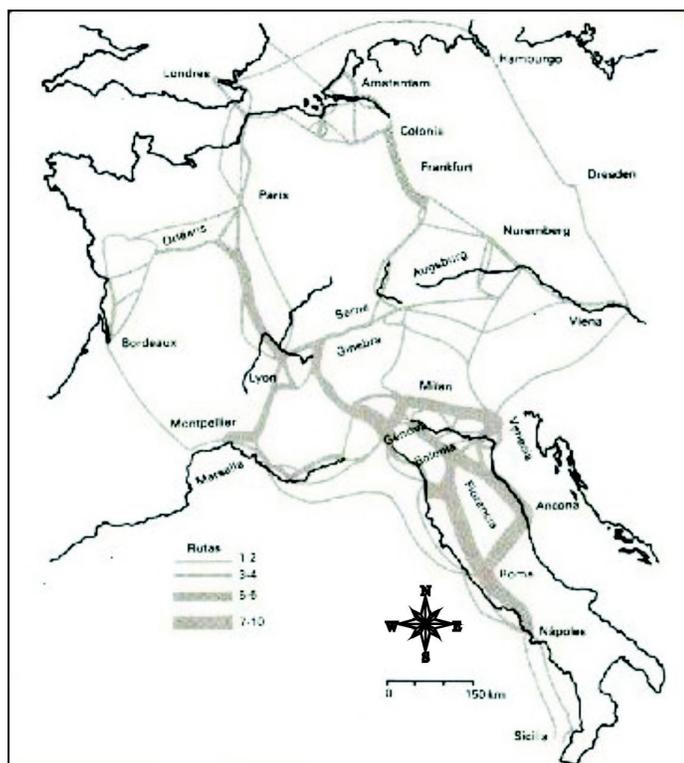


Figura 3 - Principais lugares visitados e rotas utilizadas no *Grand Tour*, no período de 1661-1700

Fonte: Towner *apud* Acerenza (1991, p.57)

² O termo *Grand Tour* foi usado pela primeira vez por Richard Lassels em uma edição de 1670 do livro *Voyage of Italy: or a compleat journey trough Italy*. (CAMARGO, 2001, p.51).

Expandiram-se também as viagens da aristocracia motivadas pela demonstração do novo *status* e poder econômico. Começou-se a recomendar aos jovens da nobreza e da classe média inglesa viajarem aos países de maior fonte cultural do velho continente, a fim de complementar seus conhecimentos e ganhar experiência profissional que a sociedade impunha na Idade Moderna.

Logo, o propósito do *Grand Tour* era educacional, voltado para visitas a lugares culturais e históricos, observando ainda maneiras e costumes das nações estrangeiras. Tratava-se de fazer com que os jovens vivenciassem aquilo que já conheciam por meio de fontes literárias. Dos textos, partir-se-ia para o conhecimento visual e palpável dos monumentos remanescentes, em especial do Império Romano.

As viagens culturais eram realizadas em companhia de um tutor e duravam de seis meses a um ano e meio, podendo, em alguns casos, alcançar dois anos. Os jovens privilegiados se alojavam em castelos, fortalezas e mansões feudais nos países europeus, articulando uma troca de informações e conhecimentos. (BARBOSA, 2002).

Entretanto, muito se discutiu sobre as vantagens e desvantagens dessas viagens, devido ao fato de que, com frequência, os jovens se dedicavam mais aos prazeres nos lugares que visitavam, do que aos aspectos culturais – razão de ser dos referidos deslocamentos. (ACERENZA, 1991).

Segundo Barretto (1995, p.50), entre os filósofos havia os que diziam que as viagens não educavam e só traziam vícios, enquanto outros afirmavam que as escolas jamais conseguiriam o mesmo resultado pedagógico permitido pela observação direta dos usos e costumes, da política, do governo, da religião, da arte de outras nações.

As opiniões de alguns doutrinários eram controversas quanto ao efeito desta educação: enquanto John Locke acreditava que a viagem ‘enriquecia o espírito, retificava o julgamento, afastava os prejuízos da educação tradicional e formava as maneiras que modelam o perfeito cavalheiro’, Alexander Pope assinalava o contrário. Escrevia Pope: ‘O jovem inglês no seu *Grand Tour* viu tudo e não compreendeu nada, contagiou-se com todos os vícios de terras cristãs, perdeu sua língua e não aprendeu nenhuma outra’. (BOYER³ *apud* CAMARGO, 2001, p.51).

Em 1789, o *Grand Tour* foi bruscamente interrompido pela Revolução Francesa, seguida pelas guerras napoleônicas. Por volta de 1814, essas viagens praticamente cessaram.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o *Grand Tour* aliava a viagem ao processo educativo, sendo, de certa forma, antecessor do que hoje se denomina Turismo Pedagógico.

³ BOYER, Marc. *L’Invention du tourism*. Paris: Gallinard, 1996, p.28.

Sobre a questão, Barretto (1998) declara que na pré-modernidade as viagens culturais eram fator educativo para os membros da nobreza. Esperava-se que os praticantes adquirissem sabedoria e moldassem seu caráter através da experiência direta e autêntica com outras culturas.

Já na modernidade, segundo a mesma autora, com o surgimento das atividades de lazer, o turismo passa a ser recreativo para as massas trabalhadoras, que encontram nessa atividade uma forma de recompor suas forças. Dessa forma, aos poucos, deixa no esquecimento o fator educativo como motivador das viagens, servindo como um divertimento descompromissado, no qual há abuso na utilização dos recursos naturais e culturais e até mesmo o desrespeito para com os membros das populações visitadas.

Com o advento da pós-modernidade, finaliza Barretto, parece haver um retorno às origens, nas quais o turismo passa novamente a ser visto, por alguns setores da população, como um componente no processo de educação permanente que acompanha as pessoas fora dos bancos escolares.

Tudo o que precede corrobora a idéia de que as excursões e viagens são deslocamentos que criam novas percepções através dos sentidos humanos, permitindo formular novas leituras sobre o lugar e seus habitantes, seus hábitos e costumes, sua história e lendas, o que valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do local visitado, do patrimônio, e também de si próprio.

Para melhor compreensão, a proposta para uma efetiva instituição do Turismo Pedagógico, enquanto motivação turística, exige a apresentação de algumas concepções de educação e aprendizagem.

1.2.1 Educação e Aprendizagem

Sobre esta temática são muitos os conceitos existentes e diversos os autores que a abordam, tais como Durkheim (1962), afirmando que a educação é o processo por meio do qual os adultos preparam os jovens para a vida na sociedade, com o objetivo de suscitar e desenvolver um conjunto de atitudes exigidas pelo meio social a que a criança se destina.

Outra definição referente ao assunto é a de Paro (1998), para o qual a educação é uma prática social que se apropria do saber historicamente produzido e consiste na atualização

cultural e histórica do homem que, na produção de sua existência e na construção de sua história, é capaz de produzir conhecimentos, técnicas, atitudes, valores e comportamentos.

A educação é tratada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), como “[...] os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Partindo desses conceitos, pode-se afirmar que a educação é um processo permanente de construção e reconstrução de conhecimentos, que envolve todo um conjunto de interações, provenientes das relações sociais e de produção.

As formas de educação são classificadas em três grandes grupos por Libedinsky (1997): informal, não formal e formal. Segundo a autora, a educação informal é o processo pelo qual todos os indivíduos, ao longo da vida, adquirem atitudes, valores, aptidões e conhecimentos a partir da experiência cotidiana e das influências que procedem do meio social: a família, o trabalho, os meios de comunicação, etc. A educação não formal inclui as atividades que se organizam fora do sistema educacional, e é dirigida a um público determinado, com fins específicos de aprendizagem, como, por exemplo, cursos de idiomas e informática. Por fim, a educação formal é sinônimo de sistema escolar ou sistema educacional, e abrange desde o maternal até a pós-graduação universitária.

No que concerne à pedagogia da aprendizagem, Cousinet (1974) a expõe em duas formas: a aprendizagem fora da escola e na escola. Na primeira situação, o autor explica que a aprendizagem é uma atividade praticada durante toda a vida pré-escolar da criança, pois com exceção das atividades naturalmente incluídas em sua condição de ser humano (andar, falar, beber, comer), teve de aprender todas as acrescentadas por uma civilização cada vez mais complexa. Continua a aprender na vida extra-escolar tudo o quanto não é ensinado na escola, como, por exemplo, brincar, andar de bicicleta, praticar esportes, etc. Todas essas atividades requerem aprendizagem, mais ou menos longa e difícil, segundo a complexidade do exercício, as aptidões do aprendiz e o objeto de seu desejo.

Pode acontecer que a aprendizagem tome, para ela, maior valor, não seja somente um meio de chegar a um fim, mas venha a ser um meio de conhecer melhor esse fim ou até mesmo ultrapassá-lo; conhecer melhor a si mesma e suas possibilidades. No domínio da aprendizagem livre não há aprendizagem real e efetiva senão quando o aprendiz *sabe* o que quer, por conseqüência *quer*, e procura os meios de *poder*. A condição presente, pois, em toda aprendizagem, lúdica, doméstica ou artesanal, é o conhecimento do objeto por atingir, do

saber que essa aprendizagem permite adquirir. A aprendizagem é, pois, um meio de adquirir um saber. (COUSINET, 1974)

Sobre a aprendizagem na escola, o referido autor explica que o aluno vai para a escola para aprender, exatamente como fez antes de ir para a escola, e como faz fora da escola. Trata-se de adquirir outros saberes que não os domésticos, os lúdicos, ou técnicos. A real aprendizagem não é possível, para o aprendiz escolar, senão sob a condição de uma mudança completa de atitude por parte de quem ensina. Na linguagem da escola, aprender é receber certos saberes provenientes do mestre, bem como adquirir conhecimentos e conservá-los. Entretanto, sabe-se que a maior parte dos escolares não adquire senão parte desses conhecimentos, e os conserva ainda menos. Desse modo, o fim não é atingido. O escolar, coagido, submetido a uma disciplina exigente, adquire, por força, certo número de conhecimentos, conserva-os assim, porque sabe que se arrisca a ser punido se não os apresentar a toda requisição, mas, terminado o período escolar, não os conserva mais. Assim, nem a aquisição, nem a conservação, que constituem, na escola, o essencial da aprendizagem, são asseguradas, a despeito dos esforços voluntários do mestre e dos escolares. Esse insucesso é devido, sem dúvida, à quantidade crescente de noções por adquirir e por conservar. Mas também ao fato de que o aluno não pode utilizar senão sua intenção e sua memória, enquanto que, atualmente, sabe-se que a memória, sob o aspecto da conservação, depende, além de numerosos e variáveis fatores afetivos, da atividade exercida pelo agente no momento da aquisição. O autor finaliza seu discurso com a seguinte frase: “quanto menos ensinados formos, mais aprenderemos, pois ser ensinado é receber informações, e aprender é buscar informações” (COUSINET, 1974, p.170)

Nesse contexto pode-se dizer que quanto maior o número e a qualidade de relações que o aprendiz puder realizar, melhor e mais rica será a sua aprendizagem, pois a aprendizagem é mais rápida e duradoura se for agradável e satisfatória em si mesma.

Essa abordagem incita a reflexão sobre o papel da escola na atualidade. Para Pernigotti (1999), a escola, tal como está organizada hoje, vem tentando encontrar modos para dar conta da sua tarefa de facilitar o processo de aprendizagem. Entretanto, constata-se que muitas de suas práticas estão ainda arraigadas ao passado.

A velocidade das transformações dos saberes não permite que a escola centre a sua prática apenas nas informações, pois estas possuem um caráter cada vez mais provisório. A mera transmissão de conteúdos tinha sentido quando se pensava que o volume de conhecimentos criados pela sociedade podia ser abarcado por um sujeito. Por outro lado, o

desenvolvimento dos meios de comunicação amplia e acelera o processo informativo, deslocando a escola do papel de principal irradiadora de informações.

Para a autora, o conhecimento, em suas múltiplas formas, deve ser concebido como construído por sujeitos circunscritos às suas realidades e passa a adquirir sentido quando promove elos entre o saber teórico e a prática da vida. A sua compartimentalização, combatida pelo discurso pedagógico, mas insinuada na prática escolar, não favorece essa perspectiva.

A função da escola, de acordo com Litwin (1997) não é transmitir, e sim reconstruir o conhecimento experiencial, como a maneira de entender a tensão entre os processos de socialização em termos de transmissão da cultura hegemônica da comunidade social e o aparecimento de propostas críticas para a formação do indivíduo. Frente à crise do sistema educacional, faz-se necessária uma reforma que assegure educação de qualidade. Às escolas, então, coloca-se a questão de como gerar propostas de qualidade.

O vínculo do aluno com a escola é, ainda, fortemente marcado pelo modelo de ensino tradicional, que o coloca na condição de espectador e reproduzidor dos saberes do professor e do livro. No processo de transição para uma nova concepção, é necessário que o professor efetivamente propicie situações nas quais o aluno seja desafiado a buscar novas formas de interagir, favorecendo o desenvolvimento de segurança que se traduzirá em autoconfiança e auto-estima. Esses são os pontos de partida para qualquer aprendizagem.

A velocidade das mudanças também precisa ser acompanhada na área educacional. Disso faz parte a ressignificação dos conceitos e das concepções, tidas como absolutas, consagradas mais pelo costume do que pelo estudo teórico, mais pela acomodação do que pela responsabilidade que os agentes envolvidos devem assumir.

Nesse contexto é papel das instituições introduzir um novo olhar sobre as propostas teórico-metodológicas em desenvolvimento. Desse modo, serão capazes de estimular a reflexão sobre as práticas pedagógicas na escola como um todo, tornando-as mais compatíveis com as exigências do contexto social em que vivemos.

A concretização da teoria educacional deve ser orientada para a prática, e esta sendo elemento de revisão da teoria. Para Rebelo (1998, p.97):

[...] se a educação é a busca da perfeição, como indica Paulo Freire (1994), tem de acontecer num ambiente de vida, de ânimo, de contextualização histórica, de prazer, de felicidade. Revitalizar a educação local pelo motivo do turismo significa revisar a sua qualidade.

1.2.2 Divergências Conceituais

O turismo e a educação são duas áreas distintas, contudo apresentam semelhanças, como a interdisciplinaridade (que permeia cada um desses campos), a correlação espaço/cultura/educação, presente nas manifestações e nos fluxos turísticos e o fato de a prática turística constituir processo essencialmente pedagógico, de aprendizagem constante, englobando diversas áreas do conhecimento. (AZEVEDO, 1997).

Cada vez mais abordados na literatura, os enfoques sobre o tema “educação turística” estão sendo divididos em duas tendências: a educação para o turismo e o turismo como atividade educativa.

De acordo com Rebelo (1998), a preocupação sobre **educação para o turismo** se apresenta como uma das importantes alternativas de prevenção e superação dos impactos da atividade. Dirige-se aos extratos da população a serem educados, tais como aos turistas, à comunidade receptora, ao *trade* turístico e aos governantes, aos estudantes, aos professores, aos profissionais; ao sistema educativo turístico e a aspectos da educação turística, tal como a educação ambiental.

A mesma autora afirma também, que, apesar de ser uma modalidade relativamente nova, o **turismo como atividade educativa**, antes mesmo de possuir esse conceito, já era tido como procedimento de ensino através do excursionismo⁴. Segundo alguns estudiosos do assunto, tem papel educativo; converte-se em atividade cultural e educativa; entusiasma a participação do aluno; propicia a educação; é tema globalizante de inúmeras disciplinas, entre outros aspectos altamente positivos.

Numa visão macro educacional, o turismo se impõe como atividade educativa por ser uma força social emergente, objeto de teorias do conhecimento, ambiente para manifestação de teorias de aprendizagem, tema real na vida de muitas comunidades escolares, portanto de necessidade e de interesse local para estudo. (REBELO, 1998, p.93).

Em decorrência disso, a viagem passa a ser uma ferramenta cada vez mais utilizada pelas escolas como necessária à concretização dos seus propósitos educacionais e pedagógicos. Estabelece-se, dessa forma, a relação entre educação e turismo, cabendo a este

⁴ De acordo com Beni (1998), excursionistas são visitantes temporários que permanecem menos de vinte e quatro horas na localidade turística, ou seja, não pernoitam no local visitado.

último proporcionar dinamismo às atividades educacionais, contribuindo para a efetivação dos estudos *in loco*. (SIQUEIRA; ORNELAS, 2005).

É importante destacar que a presente abordagem não considera a atividade de pessoas que se deslocam até determinado local para aprender por si próprias, mas, sim, realiza-se do ponto de vista pedagógico, aliando a atividade turística ao processo de educação formal.

Nesse contexto, o Turismo Pedagógico apresenta-se como uma das recentes modalidades do mercado turístico relacionado às viagens de estudos. Entretanto, exhibe em seu aspecto conceitual uma série de confusões de ordem semântica e metodológica, sendo denominado como Turismo Educativo, Turismo Educacional, Turismo Estudantil, Estudo do Meio, entre outros.

A Organização Mundial de Turismo (2003) pontua que todo **Turismo** pode ser considerado **Educativo**, no sentido de que o visitante aprende sobre a cultura, a sociedade e outros aspectos do destino; já o termo **Turismo Educacional** comumente se refere a viagens nas quais a aprendizagem acontece por meio de um programa estruturado ou formal, como os programas de intercâmbio ao exterior. E completa:

Certos roteiros turísticos podem ser considerados como turismo educacional, pois são voltados para locais históricos, culturais ou científicos importantes, e muitas vezes são coordenados por um professor especializado. Ao contrário da simples visita a locais turísticos, os roteiros educacionais podem incluir livros, palestras e outros materiais complementares para criar uma experiência de aprendizagem mais formal. (OMT, 2003, p. 90-91).

Dito de outra forma, Beni (2003) declara que o Turismo Educacional constitui a retomada da antiga prática amplamente utilizada na Europa e nos Estados Unidos por colégios e universidades particulares (e adotada também no Brasil por algumas escolas de elite), que consistia na organização de viagens culturais mediante o acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino, com programa de aulas e visitas a pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes. O autor afirma também que, atualmente, pouquíssimas instituições ainda mantêm essa prática pedagógica em destinações no exterior, enquanto se expandem as viagens regionais e nacionais com a mesma finalidade.

Já o **Turismo Estudantil** é entendido por Fuster (1985) e Montejano (2001) como deslocamentos de estudantes em busca de colégios e universidades no exterior, com o objetivo de ampliar a formação cultural em línguas, artes, história, entre outros aspectos, por meio da participação em cursos, seminários, simpósios, etc. As viagens de formatura e de

intercâmbio com bolsas de estudos incluem-se também nessa modalidade. Giaretta (2003, p.33) remata: “considera-se turismo estudantil todas as viagens e excursões praticadas por estudantes com a finalidade de complementar e ampliar conhecimentos para sua vida profissional e as viagens de formatura, realizadas para comemorar a conclusão de uma etapa da vida estudantil”.

Outro termo utilizado é o **Estudo do Meio**, “método de ensino que estabelece uma relação entre teoria e prática, utilizando um objeto de estudo para que o aluno possa continuar o processo de aprendizado iniciado em sala de aula” (GIARETTA, 2003, p.45). Consiste no estudo direto do contexto natural e social no qual o educando se insere.

O Estudo do Meio teve como precursora a técnica do educador francês Célestin Freinet, denominada de aula passeio ou aula das descobertas. Através do sensível contato com os alunos e por acreditar que o interesse da criança não estava na escola e, sim, fora dela, Freinet idealizou essa atividade com o objetivo de motivar os educandos, através da ação, tentando trazer vida para dentro da escola.

Nesses passeios os alunos recolhiam e observavam plantas, pedras, animais e, quando voltavam, escreviam na lousa um resumo do que ocorrera. Assim, Freinet conseguia uma aula viva por meio da qual os discentes estudavam e conheciam mais profundamente o seu meio, e toda a vivacidade das crianças contribuía para a construção coletiva do conhecimento.

Nas aulas das descobertas, Célestin Freinet já sabia quais os objetivos a serem atingidos, os conteúdos a serem trabalhados e as atividades que poderiam ser desenvolvidas posteriormente. Entretanto, no planejamento de suas aulas, sempre havia um espaço em aberto para atividades inesperadas, que pudessem proporcionar aos alunos adquirir conhecimentos em diversas áreas, surgindo então a interdisciplinaridade.

De acordo com Sampaio (1996, p.179), a prática da aula das descobertas permite ao educando:

- a) adquirir maior autonomia, vivendo situações reais e assumindo novas responsabilidades, descobrindo suas próprias capacidades em situações desconhecidas;
- b) ampliar o campo das investigações, chegando a descobertas múltiplas, inesperadas e interessantes;
- c) privilegiar, sobretudo, o encontro com o outro de maneira diferente daquela do dia-a-dia na escola.

Assim como a aula passeio de Freinet, o Estudo do Meio assume uma nova dimensão no contexto das pedagogias críticas, centrando-se no estudo conjunto de uma determinada

problemática de forma interdisciplinar. “Estudar o meio ambiente, a realidade, significa tentar encontrar elementos para melhor compreender a interação do homem com o mundo, o que se faz a partir de determinado ponto de vista ou enfoque teórico” (FELTRAN, 1991, p. 125).

De acordo com Borba e Luz (2002, p.79), o Estudo do Meio cria condições para o contato do aluno com a realidade, propicia a aquisição de conhecimentos de forma direta, por meio da experiência vivida, e desenvolve habilidades de observação, pesquisa, coleta de dados, organização, análise e síntese das informações, elaboração e comunicação de conclusões. Em decorrência disso, requer uma sistemática própria para sua realização, baseada nas seguintes etapas:

- a) planejamento: os alunos decidem, junto com o professor, o foco do estudo, os aspectos importantes a serem observados, os instrumentos a serem usados para o registro da observação, e fazem uma revisão da literatura referente ao foco do estudo;
- b) execução do estudo conforme planejado;
- c) apresentação dos resultados: os alunos organizam e sistematizam os dados coletados, analisam-nos, sintetizam e apresentam as conclusões para a discussão do grande grupo.

Alguns pedagogos criticam tal prática alegando que muitas escolas se propõem a desenvolvê-la, mas, por falta de habilidade do corpo docente, a atividade acaba apresentando características de entretenimento, e não de Estudo do Meio. Nesse contexto:

O papel do professor no estudo do meio é o de orientar e coordenar seu planejamento, execução e avaliação. Cabe a ele sugerir problemas para estudo, estimular a pesquisa, orientar os alunos na proposição de hipóteses e ajudá-los a tirar conclusões de suas observações e pesquisas. (HAIDT, 1995, p. 201).

As experiências pioneiras de viagens de Estudo do Meio no Brasil datam da década de 1960 e foram idealizadas pelo professor Domingos de Toledo Piza, também precursor do Ecoturismo no país. Sua pesquisa foi iniciada com o apoio de uma empresa aérea nacional, na qual exercia a função de relações públicas, dando origem a este novo conceito de viagens. Em 1962, realizou o primeiro roteiro de Estudo do Meio, com destino às cidades históricas de Minas Gerais.

Piza (1992) assinalava a importância desse processo, situando-o como complemento indispensável à formação educacional dos jovens e crianças. Os estudos desenvolvidos durante trinta anos deram-lhe a experiência necessária para confirmar que o turismo, quando devidamente planejado, organizado, administrado e aplicado com profissionalismo, é uma das alternativas desse processo formal de ensino e aprendizagem.

O modelo de roteiro “*Modus Fasciendi*” desenvolvido pelo autor pretendia:

- a) colocar o aluno em condições reais, levando-o aos locais de interesse a fim de lhe proporcionar uma observação direta e vivenciada da realidade;
- b) dar condições para que o aluno compreenda que se trata de uma atividade fora da sala de aula, com início e fim, mantendo sempre o objetivo de ensino-aprendizagem;
- c) levar o aluno a perceber que o contato com a realidade facilita a compreensão, desde que tenha sido preparado para observar adequadamente os fatos.

Piza defendia também que o processo do Estudo do Meio devia se desenvolver sempre em três fases distintas e interdependentes, de acordo com o Quadro 1, a seguir:

PRIMEIRA FASE	SEGUNDA FASE	TERCEIRA FASE
Preparo teórico do centro de interesse conforme roteiro de viagem.	Realização da viagem.	Avaliação.
Ministrado por professores das disciplinas envolvidas de acordo com um plano integrado de ensino pré-estabelecido.	Documentação dos dados observados por meio de entrevistas, filmagem, fotografias e coleta de materiais.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Bate-papo informal durante a visita, para averiguar se professores e guias atingiram o objetivo. 2) Já em classe, o aluno é avaliado através de trabalhos em grupos, conclusões individuais, exposição de material coletado, etc. 3) Professores e guias são avaliados a partir da qualidade dos trabalhos dos alunos.

Quadro 1 - Fases de desenvolvimento do “*Modus Fasciendi*”, segundo Piza (1992)
 Fonte: Siqueira e Ornelas (2005, p.48)

Essa prática educacional, utilizada por instituições de ensino num contexto teórico e prático que, em alguns casos, envolve deslocamentos e viagens com a finalidade de estudo, é erroneamente denominada de Turismo Pedagógico. Define-se, portanto, o Estudo do Meio como método de ensino, o qual objetiva atender os propósitos educacionais da escola, proporcionando ao aluno experiências reais e significativas de aprendizagem. O Estudo do Meio é, nesse caso, a “mola propulsora” do **Turismo Pedagógico**.

Andriolo e Faustino (1997, p.165) o definem como uma “modalidade de turismo que serve às escolas em suas atividades educativas”. Importante registrar o pensamento dos autores, para os quais a atividade, não obstante possuir momentos de lazer, não é realizada com este fim.

Dito de outra forma, é a atividade que leva o aluno a assimilar melhor o conteúdo selecionado no currículo escolar por meio da realização de passeios, excursões e viagens⁵. Nesse sentido, caracteriza-se como uma atividade que mescla ensino e turismo, apropriando-se de alguns de seus elementos, essencialmente a viagem.

Em decorrência disso, Spínola da Hora e Cavalcanti (2003, p.224) sustentam que “os alunos passam a assumir a condição temporária de turistas, deslocando-se de seu lugar de origem em busca de algo novo. Há, então, numa aula, o elemento dinâmico (a viagem) e o sujeito do turismo (o turista)”.

No entanto, os autores afirmam que não se trata de uma mudança física, social ou psicológica dos alunos, pois os mesmos continuam participando de uma aula, mas, sim, que a troca de posição diz respeito apenas ao tratamento dado à atividade pedagógica.

A compreensão da transformação de alunos em turistas implica em análise mais subjetiva do turismo, transpondo a simples idéia do deslocamento por meio de fronteiras políticas (cidades, estados, países e continentes) e da permanência por mais de 24 horas. Deve-se compreender o que faz do turista um ‘turista’, no sentido da experiência pessoal. Turista é o sujeito do turismo, aquele que realiza a viagem, o elemento dinâmico da atividade. (SPÍNOLA DA HORA e CAVALCANTI, 2003, p.224).

Portanto, para que o aluno se “transforme em turista” é necessário converter seu olhar em “olhar turístico” ou “olhar de turista”, levando a ele informações sobre o local que se vai visitar e, dessa forma, promover uma maximização das experiências dos alunos, que perceberão a paisagem com um novo olhar. “Uma vez convertido o olhar do aluno em olhar de turista, torna-se mais fácil a transmissão de algum conhecimento, visto que a aula ganha vida e a experiência de aprendizado do aluno torna-se algo real, com o qual ele pode interagir”. (SPÍNOLA DA HORA e CAVALCANTI, 2003, p.225)

Em linhas gerais, entende-se que as características fundamentais do Turismo Pedagógico não se expressam pela viagem em si, mas, principalmente, por suas motivações, cujas bases estão centradas na aquisição de conhecimentos *in loco*.

⁵ Siqueira e Ornelas (2005, p.19) classificam as viagens de cunho pedagógico sob duas vertentes, conforme o tempo de permanência do indivíduo no local visitado: **Excursionismo Pedagógico**, quando realizadas em um período inferior a vinte e quatro horas de permanência e, **Turismo Pedagógico**, quando realizadas num período superior a vinte e quatro horas, com pernoite.

A análise do Quadro 2, a seguir, facilitará o entendimento sobre as principais diferenças conceituais e metodológicas entre as diversas modalidades citadas.

TÓPICOS	TURISMO EDUCACIONAL	TURISMO ESTUDANTIL	TURISMO PEDAGÓGICO	ESTUDO DO MEIO
Motivação para a viagem	Aprender sobre história, cultura, sociedade e outros aspectos do destino.	Ampliar a formação cultural em línguas, artes, história, etc; Comemorar a conclusão de uma etapa de estudos	Estudar sobre o meio ambiente local e aspectos sócio-culturais do destino, com o intuito de promover uma complementação prática da teoria vista em sala de aula.	Método de ensino que estabelece uma relação entre teoria e prática, utilizando um objeto de estudo para que o aluno possa continuar o processo de aprendizado iniciado em sala de aula.
Tipos de viagens	Programas de intercâmbio (OMT, 2003); Viagens culturais, organizadas por instituições de ensino (BENI, 2003)	Programas de intercâmbio e viagens de formatura.	Visitas técnicas; viagens de estudo <i>in loco</i>	Visitas técnicas; viagens de estudo <i>in loco</i>
Período em que viajam	Durante o período letivo.	Intercâmbio: durante o período letivo; Viagens de formatura: após o término do período escolar, ou nas férias de inverno ou de verão.	Durante o período letivo.	Durante o período letivo

Quadro 2 – Diferenças Conceituais e Metodológicas
Fonte: Adaptado de Moletta (2003, p.12)

1.2.3 Utilização do Turismo Pedagógico

O Turismo Pedagógico é uma maneira de oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecer melhor uma determinada região por meio de aulas práticas no próprio destino receptor. Isso se realiza com a utilização dos mais diversos meios e com as mais diversas finalidades, independente da localização geográfica em que seja praticado.

Muitas instituições de ensino estão proporcionando aos seus alunos, principalmente do Ensino Fundamental e Médio, a oportunidade de integrar os conteúdos curriculares em projetos multidisciplinares, inter-relacionando diversas disciplinas, como História e Geografia, Biologia e Geografia, entre outras.

Nesse contexto, de acordo com Artigas (2002), é possível, por exemplo, ao visitar determinados pontos turísticos, conhecer a evolução e o desenvolvimento do local, as características geográficas, a preservação ambiental e outros aspectos relacionados ao currículo escolar e às suas áreas de conhecimento. Spínola da Hora e Cavalcanti (2003, p.225) complementam:

As formas de relevo em uma aula de geografia estarão à vista, poderão ser percorridas; os impactos da poluição serão sentidos de perto em uma aula de campo sobre o meio ambiente; a aula de história ganhará forma nos monumentos históricos da cidade; as formas geométricas ganharão fascínio nas fachadas dos prédios e nos terrenos, enfim, são inúmeras as possibilidades educacionais do turismo pedagógico[...].

Por meio do contato direto com os recursos naturais, históricos, culturais e sociais, os alunos poderão se questionar e buscar respostas para as várias situações vivenciadas fora dos limites da escola.

Nesse sentido, a educação através do turismo possibilita ao educando a aprendizagem de conceitos e atitudes corretas por meio da participação, observação ou imitação do cotidiano, e a integração com o conhecimento escolar.

O Turismo Pedagógico também propicia ao aluno aprender mais sobre si mesmo, pois, ao vivenciar experiências concretas que fazem parte de sua própria história, passa a ter interesse em preservá-la e até mesmo enriquecê-la.

Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando se tornam produto de uma construção dinâmica entre os saberes escolares e os demais saberes. Nesse contexto, as contribuições do Turismo Pedagógico para o aprendizado dos alunos englobam vários aspectos:

- a) O psicológico, porque suas vivências e comportamentos estão sujeitos a mudanças por influência do turismo, alterando objetivamente as motivações, preferências, valores e atitudes enquanto “futuros cidadãos”;
- b) O sociológico, porque suas observações e relações no meio em que vivem são interativas com o turismo como fenômeno social, proporcionando novos contatos, experiências e integração entre os alunos, com os professores e com a comunidade em geral;

- c) O cultural, pois o conhecimento do patrimônio histórico-cultural e o contato com outras culturas, tradições, hábitos e costumes da população local transformam-se em experiência enriquecedora, promovendo o intercâmbio entre visitantes e visitados;
- d) O ambiental, porque a apreciação gera consciência para aumentar a preservação da herança natural como fator de potencial turístico da localidade.

Um dos objetivos desse tipo de turismo, de acordo com Moletta (2003), é a formação de um turista mais consciente, enfocando para os estudantes a importância da valorização, da conservação e da preservação das riquezas naturais e culturais das localidades.

Enfim, o Turismo Pedagógico é uma forma de propor ao aluno uma participação ativa no processo de construção do conhecimento, pois oferece meios para que ele possa tornar-se um cidadão criativo, dinâmico e interessado em atuar, de forma efetiva, na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente em todos os níveis.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como “Lei Darcy Ribeiro”, em seu artigo nº 23 abre um precedente inovador ao admitir que as escolas elaborem estratégias diversas para que os alunos possam realmente aprender, ou seja, a escola pode criar novas alternativas para agregar conhecimentos.

Nesse sentido, como salienta Artigas (2002), fica ainda mais explícita a possibilidade da utilização da atividade turística, uma vez que a referida lei propõe inovações no processo educativo e busca modificar o método tradicional de dar aula, levando a escola a proporcionar uma educação completa ao aluno, no sentido de formá-lo para todas as situações da vida.

Sobre a questão, o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais apresenta-se como uma proposta pedagógica que possibilita à escola flexibilizar suas diretrizes curriculares, adequando-as à sua própria realidade e buscando sempre a formação do aluno crítico e autônomo, que se reconheça e participe de sua comunidade ou grupo social, ou seja, que se torne um cidadão. Artigas (2002, p.87) descreve alguns exemplos de propostas curriculares contidas nos PCN's, possíveis de serem relacionadas com o Turismo Pedagógico:

- a) Estudo do meio: consiste, basicamente, na realização de visitas a museus, fábricas, parques, cidades e centros históricos, bairros, zoológicos. Assemelha-se a uma pesquisa científica em que devem ser organizados os novos saberes, requerendo atividades anteriores à visita como: levantamento de questões a serem investigadas, seleção de informações, comparações, interpretação e organização de dados e conclusão.

b) Compreensão do tempo: ao estudar o tempo é possível aprender a respeito de cronologia, ritmo, relações de contemporaneidade. Um dos meios possíveis de estudar o tempo é a observação das diferentes manifestações arquitetônicas, de fotos antigas e modernas, de objetos de uso diário, de documentos e manifestações artísticas.

c) Estudo da Geografia: abrange várias questões, tais como paisagem natural e cultural, ambiente, natureza e suas transformações, lugar, localização no espaço. Tal estudo possibilita ao educando a compreensão das relações entre sociedade e natureza. Torna possível a análise das transformações causadas pelas atividades econômicas, culturais e políticas que se expressam de diferentes maneiras no próprio meio em que o aluno está inserido.

d) Pluralidade cultural: por razões históricas o Brasil se tornou um país com população formada por diversas etnias, a partir de imigrantes de diferentes países. Em consequência disso, as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversificadas. Este estudo está relacionado a diversas áreas como: antropologia, sociologia, filosofia, ética, cidadania, política, entre outras.

Essas e outras propostas podem ser utilizadas pelo Turismo Pedagógico, visto que, em sua maioria, apresentam a necessidade de excursões, passeios, viagens e visitas. Entretanto, para que essa modalidade de turismo seja realmente aproveitada é preciso que toda a comunidade escolar esteja integrada na atividade e ciente de seus benefícios. Sobre o assunto, Cascino (2000, p.200) aponta que:

[...] as razões históricas que levam professores, coordenadores e diretores a programar passeios de final de semana e/ou saídas durante o período letivo são inúmeras, e seu levantamento demandaria um outro estudo. Se, em vez de proceder a uma verificação pormenorizada, detivermo-nos somente na existência dessa prática já consagrada, poderemos avaliar que, até o presente momento – ou até muito recentemente -, essas atividades foram vistas como mera complementaridade dos processos técnicos desenvolvidos intramuros.

No entanto, se há muitas escolas que se conscientizaram da necessidade da viagem como instrumento pedagógico, poucas desenvolveram estudos sobre a forma como tal viagem deve ser realizada. “Os procedimentos então existentes no turismo convencional foram incorporados pelas escolas, fato este responsável pela inadequação do turismo convencional

ao trabalho pedagógico e ao proveito relativo da viagem”. (ANDRIOLO; FAUSTINO, 1997, p.167).

Sobre a questão, Litwin (1997) afirma que à visita turística opõe-se a visita de descoberta, uma vez que esta não pode ser improvisada e que precisa ganhar sentido para alunos e docentes no campo das atividades e temas que estejam desenvolvendo em aula num determinado período. Uma visita que se programe, que tenha propósitos específicos, que possa ser desfrutada sem pretensão turística.

O aluno deve ter plena consciência do que estão lhe ensinando, quais são os objetivos das atividades que lhe sugerem e, assim, aproveitar, integrar o que vê, o que lhe é dito, o que lhe dizem que faça, o que sente. Além disso, pode se dar aos docentes a oportunidade de se pôr num lugar diferente do que estão acostumados em função do exercício de seu papel cotidiano.

É importante avaliar a qualidade das ofertas e identificar de que maneira podem se integrar às seqüências didáticas, de tal modo que a saída não encontre valor apenas num dia de passeio. As saídas não podem ser organizadas segundo a disponibilidade dos que transportarão os alunos, nem segundo um cronograma estabelecido arbitrariamente. As visitas devem ser realizadas, necessariamente, no momento em que o docente e o grupo considerem que se encontram as melhores condições para poder desfrutá-las, para seguir ensinando e aprendendo.

Isso é corroborado com o discurso de Artigas (2002, p.100):

Os professores devem acabar, de uma vez, com os passeios, simplesmente como forma de “passar o tempo”. É indispensável um trabalho anterior à realização das visitas, a fim de que o aluno chegue até o local sabendo “o que” e “por que” vai ver. Essa prática possibilita a formulação de questões de maior interesse, fazendo com que o educando se obrigue a adquirir informações e, com a orientação do professor, fazer a sistematização daquelas necessárias para a construção de seu conhecimento, facilitando suas conclusões.

Para isso, é imprescindível que o profissional tenha formação adequada para atuar nessa área, pois a atividade deve ser encaminhada de forma didática e pedagógica. Não consiste em somente fazer explanações a respeito do ponto turístico; é preciso relacioná-lo com os conteúdos apresentados em sala de aula.

Portanto, dependem da escola, de professores, de alunos e de sua realidade a adaptação, a aceitação, a escolha e a elaboração de propostas e roteiros para a realização de visitas, viagens, passeios e excursões.

Para garantir um melhor aproveitamento é recomendável, na organização desses eventos, a intervenção de uma agência de turismo, em razão dos cuidados e precauções necessários ao conforto e à segurança dos viajantes. Além da escolha do meio de transporte, a agência de turismo deve garantir assistência ao participante, contratação de serviços específicos e de um acompanhante técnico especializado, ademais de estar devidamente integrada com os objetivos propostos pela instituição de ensino.

Atualmente, observa-se que o Turismo Pedagógico está em constante crescimento. Esse segmento movimentava grande parte dos serviços turísticos de um município, influenciando a economia local de forma significativa. Também auxilia na diminuição dos efeitos negativos da sazonalidade, pois é praticado durante o período letivo, ou seja, na baixa temporada.

Devido a esses fatores, é indispensável que o núcleo receptor possua uma imagem positiva no que se refere às questões de segurança, acesso, saneamento, oferta de equipamentos e serviços, entre outros, proporcionando aos visitantes credibilidade suficiente para se deslocarem até a localidade e lá permanecerem o tempo conveniente para a realização das atividades pré-determinadas.

Também é importante salientar que os profissionais e as empresas envolvidas com o Turismo Pedagógico, como, por exemplo, as agências de viagens, meios de hospedagem, restaurantes e guias, devem oferecer qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

A participação da educação no desenvolvimento das localidades brasileiras de vocação turística deve ser objeto de atenção. Visando acrescentar novos valores aos alunos, a escola auxilia de forma a torná-los educados turisticamente, com atitudes coerentes e organizadas em seu ato de pensar, sentir e agir frente à atividade turística.

Propõe-se, então, um sistema integrado de educação e turismo, para que os alunos tenham a oportunidade de conhecer a oferta turística da localidade e da região e usufruir dela. Para isso, faz-se necessária a conscientização das autoridades e representantes institucionais sobre a importância do turismo como atividade educativa.

1.3 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO CONTEXTO DO TURISMO PEDAGÓGICO

Como visto anteriormente, a educação não deve ser separada do ambiente no qual se produz. A aprendizagem é um processo de construção do conhecimento que ocorre na relação com o meio social e natural, ou seja, o próprio meio é educativo em si mesmo.

Nesse sentido, entende-se que o turismo pode contribuir de forma significativa para o processo educativo dos indivíduos, uma vez que viajar é uma fonte de novas experiências, que faz com que o turista abandone temporariamente o seu meio social para observar e vivenciar diferentes sistemas sócio-culturais, promovendo o conhecimento e estimulando o respeito.

Em linhas gerais, Meneses (2004, p.20) sustenta: “É próprio do homem buscar conhecer as diferenças culturais, intentar compreender significados para as vidas de outros grupos sociais, visitar lugares que não são os seus para compreendê-los em sua espacialização histórica e cultural própria”.

Segundo Beni (1998), a mobilidade proporcionada pelo turismo põe em contato muitas pessoas, amplia e enriquece as maneiras de pensar e de atuar, expandindo o acervo cultural. Esse interesse pela história, pela arte e pela cultura em geral tem feito com que haja uma enorme valorização do patrimônio histórico como atrativo turístico.

Sobre a questão, Lemos (1982) afirma que esse tema, ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas, recebe genericamente o nome de “Patrimônio Histórico”, ao qual, às vezes, também é posposta a palavra “Artístico”. O autor esclarece que essa expressão abrange somente um segmento de um acervo maior, que é chamado “Patrimônio Cultural” de uma nação ou de um povo.

De acordo com Rodrigues (2003), a construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar, sendo que seu significado também se modifica segundo as circunstâncias de momento.

Até a primeira metade do século passado patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil. Os prédios considerados merecedores de cuidados especiais e exibição eram antigos palácios, residências de nobres ou locais onde aconteceram fatos relevantes para a história política de determinado local. (BARRETO, 2003).

Entretanto, a autora esclarece que a atual noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, incluindo não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.

Dito de outra forma, compreende-se por patrimônio cultural “todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico”. (PELLEGRINI FILHO, 1993, p. 96).

Atualmente, vem crescendo o interesse na ampliação desse conceito e, por conseguinte, o de Patrimônio Histórico, bem como a participação dos diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público na seleção e preservação desses bens.

Para Gastal (2002, p.70), o Patrimônio Histórico pode ser apresentado na forma de “agrupamentos – os ditos centros históricos – ou na forma de exemplares isolados, respeitados pelas comunidades por sua monumentalidade, qualidade arquitetônica, artística ou mesmo histórica, e incluem-se nos denominados bens culturais”.

Conforme a Constituição Federal de 1988, esses bens têm a característica de estarem vinculados a fatos da História do Brasil ou terem excepcional valor arqueológico, bibliográfico, artístico ou, ainda, serem portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Em sentido amplo, a manutenção do Patrimônio Histórico faz parte de um processo ainda maior, que são a conservação e a recuperação da memória, graças à qual os povos mantêm sua identidade. Para Le Goff (1996, p.137), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

O conceito de memória coletiva, de acordo com Halbwachs⁶ *apud* Barreto (2003), refere-se a uma memória social, exterior ao indivíduo, estendida no tempo, que guarda eventos acontecidos há muito. Essa memória é o invólucro das memórias individuais e conserva, de maneira própria, os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence. O indivíduo, por sua vez, precisa recorrer a essa memória coletiva quando quer saber sobre fatos que não testemunhou e que fazem parte de seu passado e de sua comunidade.

Nesse sentido, é importante entender que recuamos ao passado tentando compreendê-lo para podermos viver mais conscientemente o presente. “A continuidade e a contigüidade

⁶ HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968, pp.36-37.

com o passado dão certezas, permitem traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, permitem que saibamos mais ou menos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade”. (BARRETO, 2003, p.43).

A busca pela memória, seja ela individual ou coletiva, pode ser encontrada, segundo Pierre Nora (1993, p.22), num estudo dos “lugares de memória”, que auxiliam no processo de busca e revelação do passado:

(...) lugares topográficos, como as bibliotecas e os museus, lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações ou as peregrinações, os aniversários ou os emblemas, lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou associações: estes memoriais têm a sua história.

Da mesma forma pode-se colocar como lugar da memória, fornecedor de informações, uma comunidade onde a vivência e a experiência de gerações de conhecimentos, ritos e rituais constituem sua memória. Todo núcleo urbano tem seus marcos arquitetônicos, seus bens, seus pontos de referência, que se constituem em elementos da cultura material e simbólica de seus habitantes. Sobre o assunto, Gastal (2002, p.77) declara:

Conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se, vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória, como aquele local, bairro, rua, prédio ou mesmo objeto em que a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo. Toda comunidade, por mais singela que seja sua constituição, possui seus lugares de memória.

Assim, a memória é a base para a construção de uma identidade cultural, bem como é a responsável por registrar o processo de identificação do sujeito com o espaço em que está inserido e as conseqüentes relações que se vêm estabelecer a partir dela. Bezerra de Menezes (1996, p.43) completa, ainda, que “é por meio das formas concretas de organização espacial da vida coletiva que o homem estrutura as marcas da sua memória, assegurando o caráter social de sua experiência histórica”.

O conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição. Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece.

Sobre a questão, Rodrigues (2003, p.17) afirma:

Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Essa contribuição é importante na construção de uma história regional, presente na fisionomia do local e na cidadania cultural. Cada região, estado, município ou bairro tem sua identidade e a necessidade de preservar suas raízes.

Sobre o tema, Waldisa Russio (1984, p.59) expõe que as sociedades, ao longo de sua história, produzem um conjunto de bens culturais, atribuindo-lhes significados. Na medida em que são atribuídos valores a esses bens, sejam eles artefatos, objetos de uso cotidiano, procedimentos, festas, constrói-se o patrimônio, que é susceptível de ser adquirido, de ser transmitido. Portanto, é condição necessária do patrimônio que ele seja preservado.

Em relação ao relevante papel das declarações internacionais⁷ frente à preservação patrimonial, destacam-se as seguintes propostas:

- a) A Carta de Atenas, de 1931, “recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico”.
- b) As Normas de Quito, de 1967, discutem o problema da necessidade de adequada conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico. Alerta aos governos da América sobre o abandono e falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística, bem como sobre a falta de uma política oficial capaz de imprimir eficácia prática às medidas protecionistas vigentes e de promover a revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público e para benefício econômico da nação. Recomenda: “valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento”.
- c) A Carta de Machu Picchu, de 1977, defende que:

⁷ As Declarações Internacionais citadas neste capítulo estão disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 19 abril 2006.

É necessário que não só se preserve e conserve o patrimônio histórico monumental, como também que se assuma a defesa do patrimônio cultural, conservando os valores que são de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral.

- d) Para a Declaração do México, de 1982, “a preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural”.

No Brasil, a primeira manifestação governamental visando à proteção de monumentos históricos data de meados do século XVIII, quando o Conde de Galveias, inconformado com a destinação das edificações deixadas pelos holandeses, escreveu, em 5 de abril de 1742, carta ao governador de Pernambuco, na qual expressa notável percepção da complexidade da tarefa pública de proteger a memória histórica, representada por monumentos significativos da cultura nacional. Todas as outras iniciativas que se sucederam foram pontuais, até que, a partir de 1927, fosse sugerida oficialmente a criação de uma Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais. (LEMOS, 1982)

A partir de então, o pensamento preservacionista do Brasil desponta no contexto da explosão intelectual proporcionada pelos precursores do movimento de vanguarda brasileiro, o Modernismo. Uma de suas vertentes foi representada pelo escritor e poeta Mário de Andrade, que buscava nas manifestações folclórico-culturais a preservação das tradições autênticas brasileiras como forma de conscientizar o povo de sua civilização específica, sua distinção étnica, sua arte, sua história.

O marco histórico mais importante dessa fase foi em 12 de julho de 1933, com a concretização da primeira medida oficial de reconhecimento do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação: a cidade de Ouro Preto⁸ foi erigida à categoria de Monumento Nacional. (CAMARGO, 2002).

Em 30 de novembro de 1937, Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei nº 25, que teve por base um anteprojeto de Mário de Andrade, criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão federal dedicado à preservação. O artigo 1º define:

⁸ Foi também, em 1980, a primeira cidade brasileira tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis, existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico.

O reconhecimento público desse valor se faria pelo tombamento, isto é, pela inscrição do bem em um dos quatro Livros do Tombo: arqueológico, etnológico e paisagístico; histórico; das belas artes; e das artes aplicadas. O tombamento é o principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, embora, muitas vezes, não atenda à dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas.

Até a década de 1960, poucas leis aprovadas no país tratavam da preservação dos bens culturais. A partir de então, e principalmente na década de 1980, seu número cresceu, refletindo o aumento da preocupação da sociedade com o assunto sem que, todavia, se ampliassem as formas legais de proteção adotadas. (RODRIGUES, 2003).

Com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, definiu-se, em seu artigo 216, que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamenta-se no reconhecimento de seu valor cultural, mas, além disso, de sua potencialidade para o turismo que, conforme exposto anteriormente, desenvolveu-se sob o impulso de motivações diversas, dentre elas o consumo de bens culturais.

Sobre a questão, a Convenção de Quito (1967) considerou que os valores culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao se vincular com os interesses turísticos, declarando “que os monumentos e outros bens de natureza arqueológica, histórica e artística podem e devem ser devidamente preservados e utilizados em função do desenvolvimento, como principais incentivos à afluência turística”. Afirmou ainda que a Europa deve direta ou

indiretamente ao turismo a salvaguarda de grande parte do seu patrimônio cultural, e que “a sensibilidade contemporânea, mais visual que literária, tem oportunidade de se enriquecer com a contemplação de novos exemplos da civilização ocidental, resgatados tecnicamente graças ao poderoso estímulo turístico”.

Dessa forma, percebe-se que o patrimônio cultural é um recurso sumamente importante para o turismo, o que se transforma em argumento para recuperá-lo e protegê-lo, sendo um fator de dinamização e fomento do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Toda comunidade tem um potencial cultural que, se bem definido, estruturado e administrado, pode ser motivo de atração turística. O patrimônio, a partir da identidade e originalidade locais, também pode contribuir para o estímulo e o interesse dos moradores pela própria cultura, por suas tradições, costumes e história, uma vez que esses elementos de valor para os turistas são recuperados e preservados.

Entretanto, é inegável que existe um conflito latente entre a atividade turística e as estratégias de preservação do patrimônio cultural. “Se, por um lado, o turismo pode ajudar a dinamizar esse patrimônio, ou parte dele, também pode contribuir para sua descaracterização e, até mesmo, destruição” (MARTINS, 2003, p.59). Retomá-lo e reconstruí-lo após esse consumo massificado costuma ser tarefa difícil.

Este tipo de turismo que utiliza o patrimônio cultural como recurso é definido pelo ICOMOS (International Council of Sites and Monuments), seguindo as diretrizes da OMT, como um movimento de pessoas essencialmente por uma motivação cultural, tal como a viagem de estudos, apreciação de representações artísticas, participação em festivais ou outros eventos culturais, visitas a lugares e monumentos, conhecimento do folclore, contemplação da arte ou peregrinação. Essas múltiplas atividades são cada vez mais generalizadas e oferecem, como valor agregado sobre outros tipos de turismo, experiências relacionadas com o saber e a aprendizagem. (RAMOS; FERNÁNDEZ, 2005, p.367).

Não obstante oportunizarem propósitos educativos, há de se considerar que existe uma distinção entre o Turismo Cultural e o Turismo Pedagógico. O primeiro passou a se constituir no Brasil nos anos 50, consolidando-se nas duas décadas seguintes. A exploração dos elementos culturais como turísticos ganhou uma de suas definições em 1976, através da Carta do Turismo Cultural, que o conceitua: “É aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos”.

Para a Organização Mundial do Turismo (WTO, 2001), o turista cultural seria caracterizado por aquele que procura estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos,

sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações. Barreto (2003, p.20) considera essa definição tão ampla que sugere o seu estreitamento, afirmando que “assim como não há um turista genérico, não há um turismo cultural genérico”. Nesse sentido, existem apelos para que seja realizada uma subdivisão dos conceitos de Turismo Cultural, Turismo de Arte e Turismo Histórico, que, às vezes, têm sido usados como sinônimos.

A autora propõe a possibilidade de ampliar o conceito de Turismo Histórico para a expressão inglesa *heritage based tourism*, que deve ser traduzida com “turismo com base no legado cultural”, que é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural.

O turismo com base no legado cultural permite que se mantenha, em um lugar específico, um determinado período do tempo, que deu origem a essa comunidade. Permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação das fontes. Permite, até mesmo, que muitos membros dessa comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época. (BARRETO, 2003, p.49).

Com efeito, a adoção de uma postura de sensibilização prevê uma ação educativa que promova o conhecimento do patrimônio cultural e o reconhecimento de seu valor e significado, o que, conseqüentemente, propiciará a formação de uma identidade cultural, da postura crítica e da conscientização do indivíduo enquanto construtor da história. (SANTOS e SANTOS, 2005, p.533)

Nesse contexto, desponta o Turismo Pedagógico enquanto instrumento comprometido com a educação, com a valorização do meio onde se instala e com a integração do sujeito a esse meio.

Portanto, é mister realizar uma concatenação de esforços a fim de se colocar em prática a proposta da Declaração do México, de 1982:

Requer-se atualmente uma educação integral e inovadora que não só informe e transmita, mas que forme e renove, que permita aos educandos tomar consciência da realidade do seu tempo e do seu meio, que favoreça o florescimento da personalidade, que forme na autodisciplina, no respeito aos demais e na solidariedade social; uma educação (...) que inspire a renovação e estimule a criatividade.

Percebe-se, então, que, se por um lado o turismo pressupõe mudanças de comportamento e sensibilização para as questões de preservação e manutenção dos atrativos, por outro, a educação é um instrumento valioso para o alcance desses pressupostos.

Sobre o assunto, a Carta do Turismo Cultural rege que, desde a idade escolar, as crianças e os adolescentes sejam educados para compreender e respeitar os monumentos, os

locais de interesse e o patrimônio cultural. Complementa-se essa afirmação com a Recomendação de Nairóbi (1976), para a qual o estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis, por meio de visitas a essas obras do passado.

Essa prática é adotada nas Filipinas, segundo as palavras de Narzalina Lim, consultora da OMT para a região da Ásia e do Pacífico. Em seu discurso na Conferência Internacional sobre Turismo Cultural, ocorrido em dezembro de 2000, no Camboja, ela afirma: “*Nossa campanha subsidiou viagens para crianças de escolas públicas, servidores públicos e deficientes. Nós os levamos para visitar museus, monumentos e sítios históricos como parte do programa de apreciação do patrimônio cultural*”. (WTO, 2001, p.50, tradução nossa).

De acordo com Pellegrini Filho (1993, p.152), essas atividades devem ser pautadas por três fases, sendo a primeira e a terceira em ambiente fechado (escola) e a segunda sendo a de visitação, da seguinte forma:

- a) Preparo (leituras, debates preliminares para esclarecimento e estabelecimento de metas, incentivo de expectativas, etc);
- b) Visita monitorada, e;
- c) Reuniões e aplicações de recursos didático-pedagógicos para elaboração sobre os assuntos visitados.

Ao visitar um museu, os alunos podem ser estimulados a ver, nas exposições, objetos de uso no passado das sociedades, um acervo de peças que os remete a uma história a ser guardada e narrada. O museu torna-se, assim, um ambiente de conhecimento, um espaço de compreensão dos usos, práticas, técnicas, tecnologias, crenças, ritos, enfim, um local de apreensão prazerosa, que deve permitir interpretações diversas. (MENESES, 2004).

A partir daí, procura-se explorar a curiosidade e despertar o lado investigativo latente dos educandos, numa linha dinâmica que parte do tempo atual para entender o passado e projetar o futuro.

No que concerne à interpretação do patrimônio, pode-se afirmar que é uma atividade de comunicação destinada à compreensão dos bens culturais. De acordo com Murta e Goodey (2002, p.13), é “o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar”. Já para Tilden⁹, *apud* Meneses (2004, p.55), é “uma atividade educacional que pretende revelar significados e relações através de objetos originais, por meio de experiências cotidianas reais e de meios ilustrativos”.

⁹ TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. [S.l.]: University of North Carolina Press, 1967.

Em linhas gerais, o ICOMOS (1994, p.49) subdivide os visitantes com propósitos de interpretação e educação em quatro categorias. Abaixo estão relacionadas características das três principais:

- a) “*The scholar visitor*” – chegam preparados e familiarizados com a história do local e desejam experimentar as atrações imediatamente. Para esse público a visita deve ser prazerosa, sem pressa e o mais interpretativa possível. Organizam-se em grupos e utilizam o auxílio de um guia, esperam alto nível de conhecimento do mesmo.
- b) “*The general visitor*” – geralmente possuem como prioridade o conhecimento. Buscam a compreensão do local e de seu significado histórico. Esse tipo de visitante constituiu o maior público dos programas de interpretação.
- c) “*Students*” – durante as visitas devem ser divididos de acordo com o nível educacional. O programa deve focar em poucas lições e fornecer material de apoio para a compreensão. A fim de não atrapalhar os outros visitantes, a visita de grupos de estudantes deve ser agendada separadamente.

Portanto, interpretar o patrimônio é uma forma prática de informar aos visitantes aquilo que se apreende da construção original de uma determinada sociedade. É tornar possível um entendimento daquilo que não é cotidiano de quem vê; daquilo que é exótico e aguça a curiosidade de saber e de apreender. Esse processo induz o visitante a uma apreciação respeitosa e fascinante que estimula nele a busca de conhecer como entretenimento e fruição prazerosa.

Dessa forma, os educandos têm a oportunidade de entender seu passado, resgatando assim suas referências históricas que os remetem às suas identidades, ou geram buscas de conhecimento mais profundo, contribuindo de alguma forma para uma memorização dessa identidade.

Nesse panorama se apresenta a idéia de ensinar ao aluno a ser cidadão, que viva e aprenda com seu meio, utilizando o turismo ou, mais especificamente, roteiros turístico-culturais como ferramenta de aprendizagem e de revalorização dos atrativos formadores desses roteiros. (CAMARGO, 2002).

Em seguida, apresentar-se-á uma contextualização geográfica, histórica, social e econômica da Região dos Campos Gerais e das localidades foco deste estudo e, por conseguinte, seus respectivos atrativos histórico-culturais.

2 A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS

2.1 GEOMORFOLOGIA

O território do Estado do Paraná localiza-se na Região Sul do Brasil. Limita-se ao norte com São Paulo, ao sul com Santa Catarina, a sudoeste com a Argentina, a oeste com o Paraguai, a noroeste com Mato Grosso do Sul e a leste com o Oceano Atlântico.

De acordo com Maack (1948), em sua maior extensão é formado de planaltos escalonados com caimento para oeste-noroeste, separados por escarpas que formam verdadeiros degraus topográficos verticalizados. Como exposto na Figura 4, de leste para oeste tem-se a Planície Costeira, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto Paranaense (ou Planalto de Curitiba), a Escarpa Devoniana, o Segundo Planalto Paranaense (ou Planalto de Ponta Grossa), a Serra Geral e o Terceiro Planalto Paranaense (ou Planalto de Guarapuava), o qual se estende até as margens do Rio Paraná.

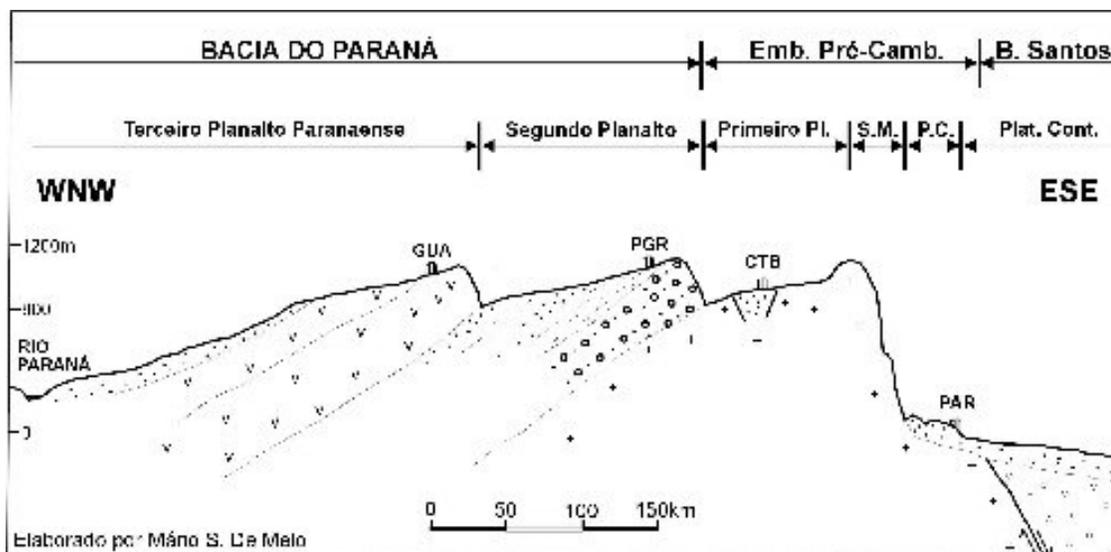


Figura 4 - Seção esquemática do Estado do Paraná, mostrando a estrutura geológica do relevo
Fonte: Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/segundo_planalto.htm>

O Segundo Planalto Paranaense representa o segundo degrau do relevo escalonado do Estado. Estende-se como uma faixa com cerca de 100 quilômetros de largura média, desde os rios Negro e Iguazu, na divisa com Santa Catarina, até o rio Itararé, no limite com São Paulo.

Seus limites naturais são a Escarpa da Serra Geral a oeste e norte e a Escarpa Devoniana a leste.

Seu relevo apresenta muitos contrastes. Junto à Escarpa Devoniana as amplitudes são grandes, com encostas abruptas, *canyons* e trechos encaixados dos rios, inúmeras cachoeiras e corredeiras sobre leito rochoso. Já no sentido oeste e noroeste, predomina paisagem de topografia suavemente ondulada de configuração uniforme, formada por colinas e outeiros. Outras feições morfológicas presentes neste planalto são as furnas e os relevos ruiformes. Nas proximidades da Escarpa da Serra Geral, destacam-se mesetas, colinas e morros testemunhos, formados por rochas vulcânicas da Era Mesozóica (derrames de basalto da Formação Serra Geral). Os morros testemunhos também aparecem sustentados por arenitos do Grupo Itararé, como é o caso do Morro do Jacaré em Tibagi, da Serra do Monge na Lapa, e outros.

Os principais rios do Segundo Planalto Paranaense são o Iguaçu e o Negro, o Tibagi e seus afluentes da margem direita (Pitangui e Iapó), e o Itararé. Os rios Iguaçu, Negro, Pitangui, Iapó e Itararé são rios antecedentes, isto é, são mais antigos que o relevo escalonado atual, e, vindos de leste e dirigindo-se para oeste ou norte, atravessam as escarpas em gargantas profundas esculpidas pela erosão. Já o rio Tibagi, que possui suas nascentes nos Campos Gerais, no próprio Segundo Planalto, é um exemplo de rio conseqüente, isto é, acompanha o declive do relevo regional até próximo da Escarpa da Serra Geral, onde passa a se comportar também como um rio antecedente.

Toda a região natural dos Campos Gerais do Paraná, conforme Maack (1948), situa-se no Segundo Planalto Paranaense, nas proximidades do reverso da Escarpa Devoniana.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS

A região denominada Campos Gerais do Paraná não tem uma definição única e permanente, visto que esta tem sido modificada, atendendo a necessidades e conveniências de uma identificação regional dentro de um estado com marcante dinâmica territorial nas últimas décadas.

A expressão "Campos Gerais do Paraná" foi consagrada por Maack (1948), que a definiu como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária.

Com efeito, trata-se de uma definição que integra critérios fitogeográficos e geomorfológicos, que por sua vez exprimem a estrutura geológica e a natureza das rochas, responsáveis pelos solos rasos e arenosos, pouco férteis, que favorecem a vegetação de campos e o aparecimento do limite natural representado pela Escarpa Devoniana, conforme pode ser visto na Figura 5.

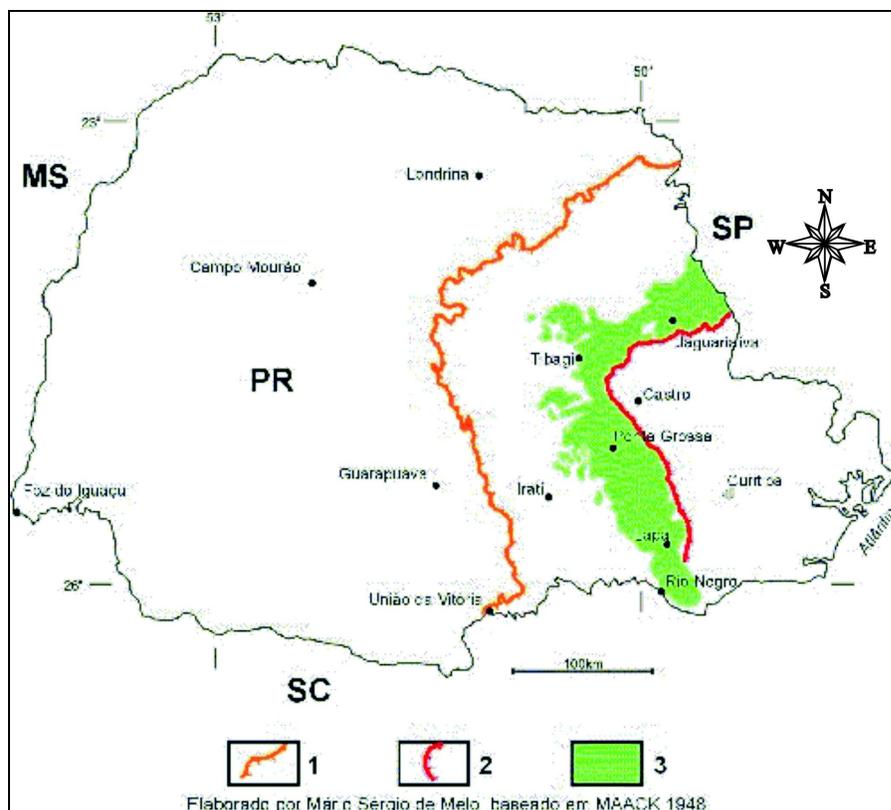


Figura 5 - Os Campos Gerais do Paraná, segundo sua definição original (MAACK, 1948)

Fonte: Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm>

Legenda: 1) Escarpa da Serra Geral
2) Escarpa Devoniana
3) Extensão original dos campos naturais no Segundo Planalto Paranaense.

Outra definição pode ser observada pelo relato do naturalista francês August de Saint-Hilaire, que esteve na região no ano de 1820, realizando uma das mais importantes viagens científicas através do Paraná. Para ele:

... os *Campos Gerais*, assim chamados devido à sua vasta extensão, não constituem uma *comarca* nem um distrito; trata-se de um desses territórios que, independentemente das divisões políticas, se distinguem em qualquer região pelo seu aspecto e pela natureza de seus produtos e de seu solo; onde deixam de existir as características que deram à região um nome particular – aí ficam os limites desses territórios. Na margem esquerda do Itararé começam os Campos Gerais, região bem diferente das terras que a precedem do lado nordeste, e ele termina a pouca distância do *Registro de Curitiba*, onde o solo se torna desigual e às verdejantes pastagens se sucedem sombrias e imponentes matas. (SAINT-HILAIRE, 1995, p.11-12).

No que concerne à identidade histórica e cultural da região dos Campos Gerais, remonta à primeira década do século XVIII, período no qual se iniciou a ocupação dessas terras. Local propício para o desenvolvimento da pecuária, os Campos Gerais tornaram-se, então, paragem obrigatória na rota do comércio que levava gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e das Minas Gerais. O ciclo do tropeirismo se estendeu até meados do século XX e ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes da população local, que preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros, em sua maioria de origem gaúcha.

Nesse sentido, o Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais adotou uma definição que procura preservar os critérios naturais e históricos de identidade regional, e que ao mesmo tempo seja funcional diante das tendências recentes de organização do espaço, sendo eles:

- a) Fitogeografia: a vegetação primitiva do município deve ter sido, no todo ou em parte, de Campos Limpos;
- b) Tropeirismo: o município deve ter estado integrado ao "Caminho de Viamão", principal rota das tropas no século XVIII e XIX;
- c) Associativismo: o município deve integrar a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG).

Assim, para os efeitos do Dicionário, os Campos Gerais do Paraná são formados pelos seguintes municípios, conforme ilustração da Figura 6:

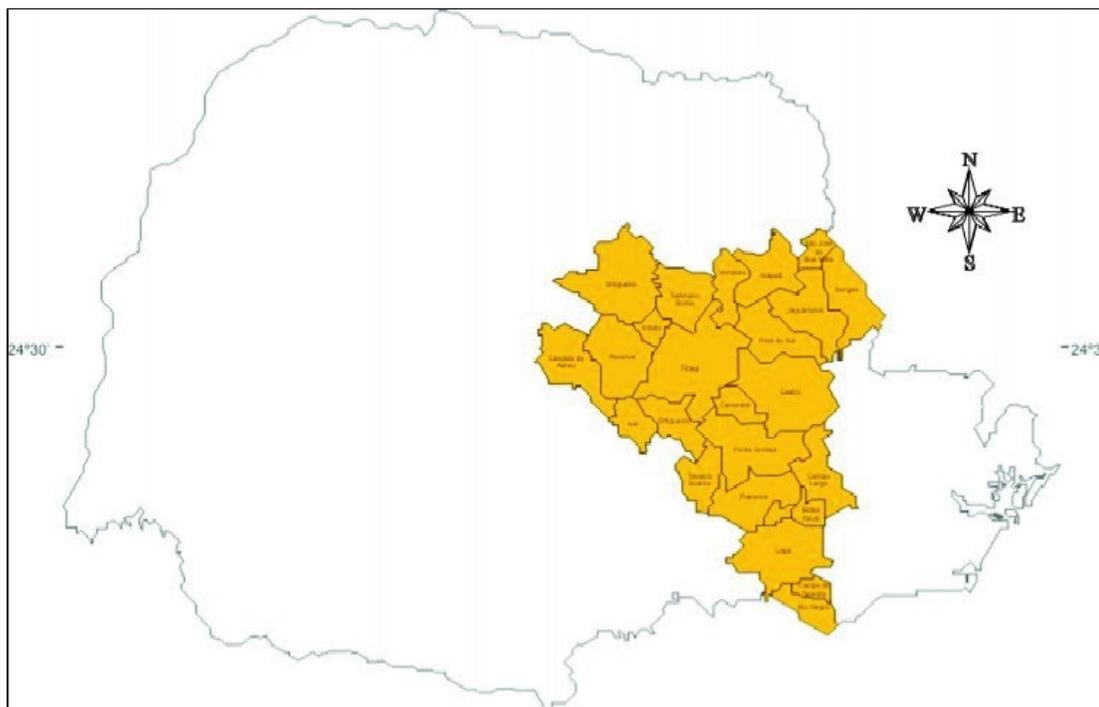


Figura 6 – Os Campos Gerais do Paraná, segundo o Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais

Fonte: Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm>

A Associação dos Municípios dos Campos Gerais é composta por vinte e um municípios: Arapoti, Cândido de Abreu, Castro, Carambeí, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Lapa, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. Dentre eles, doze também fazem parte do projeto turístico intitulado “Rota dos Tropeiros”, que teve início em 2002, por meio de um convênio de cooperação entre o Fórum de Turismo Sustentável, o Sebrae/PR, a Paraná Turismo, a AMCG e a EcoParaná, sendo relativo à implantação de um roteiro turístico interligando os municípios dos Campos Gerais localizados ao longo do antigo Caminho das Tropas, também conhecido por Caminho de Viamão.

Portanto, o recorte da área de pesquisa para este estudo terá como referência dois municípios pertencentes concomitantemente à AMCG e a “Rota dos Tropeiros”, sendo eles Castro e Lapa. Justifica-se esta opção pelo fato de esses municípios possuírem destacado potencial histórico-cultural e, por isso, indicados para a proposta da implantação de roteiros turístico-pedagógicos e, posteriormente, servindo como elemento potencial para o desenvolvimento do Turismo Pedagógico na região.

2.3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Como indica o historiador Romário Martins (1995), todas as atividades dos primeiros povoadores do território do Estado do Paraná, por mais de dois séculos, exerceram-se exclusivamente à beira dos rios auríferos e no pastoreio. As minas atraíram os grupos iniciais de povoadores brancos e lhes possibilitaram a existência durante quase um século, no litoral e em certas regiões do planalto.

A caça, a pesca, os frutos silvestres e as roças de emergência foram o primeiro apoio possibilitador da vida desses homens de aventura, que, aos poucos, foram desbravando o sertão. Onde os grupos mineradores encontravam zona rica de aluvião aurífero, nela se estabeleciam, constituindo os primeiros lares mais ou menos fixos, que, ao passar do tempo, foram se multiplicando.

Escasseados novos descobrimentos, comenta o autor, os grupos advindos passaram a explorar o pastoreio, que exigia esforços sedentários, fixados em torno dos “currais” da criação e foram surgindo sítios e, nas zonas deles, os arraiais estáveis, aldeias, vilas e cidades.

Com o surto de novos descobrimentos de ouro em outras regiões do país, principalmente nas Minas Gerais, criou-se uma demanda por animais necessários para transporte e como alimento para a permanência das bandeiras descobridoras nos sertões. Dessa forma foi se desenvolvendo a criação nos campos do planalto curitibano, fazendo com que os mineradores e bandeirantes de melhor teor social que os primeiros vindos fossem se dedicando a esse gênero de atividade.

Sem se descuidarem dos trabalhos das minas, para os quais dispunham de índios “administrados”, sinônimo, nesse tempo, de “escravizados”, os homens foram se fazendo criadores de gado e as populações que os sucederam não tiveram, no planalto de Curitiba e nos Campos Gerais, até o século de 800, mais rendoso meio de vida. (MARTINS, 1995, p.266).

Aos poucos as atividades dedicadas à criação pastoril foram se transferindo para os Campos Gerais, ao longo do caminho que ia de São Paulo aos campos de Vacaria, no Rio Grande do Sul.

As comitivas de tropas que percorriam os caminhos em direção à feira de Sorocaba conduziam o gado e os muares criados nos Campos Gerais, além dos objetos necessários para a viagem e das mercadorias destinadas às fazendas.

De acordo com Ditzel e Lamb (2005), a tropa consistia em um grupo de dezenas a centenas de animais e um conjunto humano composto pelo tropeiro, camaradas e cozinheiro, podendo incluir o arrieiro e, por vezes, ser acompanhada por mulheres e crianças. Os camaradas eram o grupo de auxiliares do tropeiro, também conhecidos pela denominação de tocador ou tangedor. O tropeiro tanto podia ser o dono da tropa, que transportava e negociava seu rebanho, quanto o simples condutor, intermediário que se encarregava do negócio.

O tropeiro levava uma vida de aventuras, que lhe exigia desprendimento e disposição para enfrentar os percalços e riscos da jornada. Mas o péssimo estado de conservação dos caminhos, os ataques dos índios e de feras, a perda de animais, problemas rotineiros das viagens, eram compensados pelos altos lucros obtidos nesse comércio.

As despesas de viagem ficavam reduzidas, aumentando os lucros, quando os tropeiros possuíam escravos como ajudantes, e também porque estavam habituados a uma alimentação simples e pouco despendiam no pouso. Muitos tropeiros hábeis não tinham recursos próprios para realizar os negócios de vulto exigidos pela atividade. Conceder empréstimos a eles também foi um dos meios utilizados pelos grandes comerciantes de gado dos Campos Gerais para a expansão do seu capital.

O prestígio econômico e social do fazendeiro-tropeiro acabava por lhe abrir as portas da política. Muitos homens vinculados a essa atividade ocuparam cargos nos governos paulista e paranaense. Muitos deles consumiram parte de seus lucros enviando seus filhos para estudos nos grandes centros coloniais e na Europa.

Os referidos autores afirmam também que, ligadas ao tropeirismo, ainda no século XVIII, pequenas povoações começaram a surgir ao longo do Caminho das Tropas. Nos locais em que as tropas fixavam pouso, fazendo seus pequenos ranchos para descanso, trato e engorda do rebanho, ou esperando passar as chuvas e baixar o nível dos rios, logo surgia um ou outro morador, fundando casa de comércio, interessado em atender as necessidades dos tropeiros. Dessa forma, pequenas freguesias e vilas, como a Vila do Príncipe (Lapa), Palmeira, Ponta Grossa, Pirai do Sul, Castro e Jaguariaíva, tiveram seu desenvolvimento inicial dependente das fazendas e do movimento das tropas.

Durante esse ciclo econômico, os Campos Gerais estavam ponteados de fazendas e de invernadas desde as de grande vulto até as dos sitiantes ou pequenos criadores. Segundo Wachowicz (1995), para se obter uma propriedade nessa região, o interessado mandava um preposto, acompanhado de dois ou três escravos. Escolhiam uma paragem que lhes agradasse e ali soltavam algumas cabeças de gado bovino e cavalari. Alguns anos mais tarde, alegando posse, o proprietário requeria a *El Rey* e solicitava a concessão da sesmaria. Tais pedidos

atingiram um total superior a 90 entre os anos de 1725 e 1744, porém, não indicavam necessária intenção dos sesmeiros em estabelecer residência fixa na região. Isso se comprova pelo alto índice de absentéismo dos sesmeiros que, não residindo em suas terras, entregavam a administração aos "fazendeiros".

As sesmarias se diferenciavam pela extensão e localização, formando fazendas, sítios e chãos urbanos. O recenseamento de 1772 indicou a existência de 50 grandes fazendas e 125 sítios na região dos Campos Gerais. Foi o gradativo processo de partilha dessas sesmarias, por venda, herança e doação, que contribuiu para a valorização da terra e fixação das populações campeiras. (DITZEL; LAMB, 2005).

A respeito da origem dos sesmeiros, as diferentes análises existentes permitem concluir que tinham procedência múltipla - São Paulo, Santos, Paranaguá e Curitiba - pertencendo a famílias ricas e poderosas desses locais. As sesmarias eram concedidas pela Coroa portuguesa, por meio de seus representantes na administração colonial. Impunha-se como condição para a doação que o pretendente comprovasse dispor de cabedais. Sua concessão conferia o direito de uso da terra, reforçando o prestígio e poder das famílias proprietárias e ampliando as distinções sociais.

As primeiras sesmarias dos Campos Gerais foram concedidas a vários integrantes da família de Pedro Taques de Almeida: o latifúndio compreendia as áreas dos atuais municípios de Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. Dos seus beneficiados, membros da sociedade paulista, apenas Inácio Taques de Almeida passou a residir na região.

Os mesmos autores declaram que nas fazendas desenvolveu-se uma economia quase autárquica, voltada para a subsistência e para o comércio de gado. Ali, os trabalhadores se ocupavam de atividades diversas, como a moagem de trigo, a fabricação de laticínios, o artesanato de couro, a criação de pequenos rebanhos de ovelhas (cuja lã era destinada à confecção doméstica de cobertores e tecidos grosseiros). Nos sítios também se dedicavam à lavoura de subsistência, complementando ou substituindo a produção das fazendas.

As fazendas dos Campos Gerais estavam voltadas, principalmente, para a economia pecuária, envolvidas com o criatório próprio e a invernagem do gado trazido do sul. Contudo, a ambição pelos possíveis lucros, assim como a menor exigência de capital e mão-de-obra, fez com que a invernagem se sobressaísse àquela atividade de criação. A invernagem consistia na engorda do gado, durante os meses de inverno, em campos alugados. Com sua generalização, passou a ocorrer durante o ano inteiro, ocupando a maior parte das pastagens na região campeira. Essa possibilidade de lucro atraiu novos investimentos, tanto de proprietários locais

quanto de outros profissionais, como médicos, burocratas, clérigos, comerciantes, os quais, como visto, também financiaram parte da atividade tropeira.

O trabalho nas fazendas era realizado pela família proprietária (quando esta ali residia), pelos agregados e, sobretudo, pelos escravos, força de trabalho que incluía negros, índios ou mestiços. Os agregados eram homens juridicamente livres e compunham uma camada intermediária entre proprietários e escravos:

...eram camaradas, conforme a denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínquas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos de fazenda. (BALHANA, 1969, p.93).

Entre os agregados, os chamados "fazendeiros" ocupavam-se das questões administrativas; constituíam uma camada social flutuante e, muitas vezes, tornaram-se arrendatários, ou posseiros de terras vizinhas. A maioria dos serviços da fazenda era executada por escravos. Ocupavam-se das atividades artesanais, havendo escravos oficiais carpinteiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates e arrieiros. Outros se dedicavam aos trabalhos domésticos, cuidando da rouparia e da cozinha.

Para Diztel e Lamb (2005), a sobrevivência dessa sociedade colonial, tendo base na mão-de-obra escrava, tanto exigiu a incorporação das terras, como forçou a reorganização das sociedades indígenas. Desde o início da expansão e da ocupação do território dos Campos Gerais, no século XVIII, o trabalho escravo foi um dos destinos dados aos índios aprisionados.

Os primeiros registros do contato entre indígenas e criadores de gado datam de 1760. Mas já em período anterior, antes de sua expulsão da colônia portuguesa, os jesuítas haviam construído uma igreja no lugar, que posteriormente tomou o nome de Igreja Velha, próximo ao Guartelá. Pode-se supor que pretendessem ali realizar a catequização dos índios Coroados, que viviam nos arredores.

Os contatos entre grupos colonizadores e os indígenas da região, predominantemente Tupis, foram, com frequência, conflituosos. O propósito de expansão interiorana da sociedade colonial prescrevia a expulsão dos índios, obrigando suas comunidades a se retirarem para regiões mais afastadas. "A expansão territorial sempre significou a 'desapropriação' dos aborígenes, colocando-os automaticamente no 'mercado' de escravos". (IANNI, 1962, p.81).

No início do século XIX, essa sociedade campeira já estava integrada social, política e economicamente aos núcleos que formariam o Paraná. Apesar dessa integração, as populações

não latifundiárias dos Campos Gerais eram relativamente pobres. Em 1820, as casas de Castro eram de pau-a-pique. Na Lapa, as primeiras casas de alvenaria surgiram em 1824 e, em Palmeira, Ponta Grossa e Castro já eram de pedra e cal em 1844. (WACHOWICZ, 1995)

Conforme Ditzel e Lamb (2005), foi ao longo do século XIX que as vilas adquiriram uma conformação urbana, deixando de ser um complemento da vida rural. Tornaram-se centro de resolução de questões políticas e pólo de atração de populações, inclusive das fazendas. Diversificaram-se ali as atividades econômicas, sendo que passaram a ter uma dinâmica própria. Essa realidade emergente propiciou um novo ordenamento do convívio, com a instauração da Justiça e a elaboração de Códigos de Posturas¹⁰, regulando o cotidiano do cidadão.

Após a independência do Brasil, em 1822, e especificamente após a separação política do Paraná de São Paulo, em 1853, os fazendeiros dos Campos Gerais tornaram-se a elite econômica e política do Estado. Apesar de a presidência da província ser de nomeação do governo imperial, o poder político regional era exercido, de forma oligárquica, pela elite campeira. (WACHOWICZ, 1995)

A partir de 1880, essa liderança começa a se deteriorar. As fazendas de criatório perderam sua importância, ao mesmo tempo em que Curitiba se consolidava como centro administrativo e econômico do Estado. Em âmbito nacional, no início do regime republicano, a cafeicultura era o estio da economia brasileira, havendo uma substituição das classes detentoras do poder: dos pecuaristas à nova elite formada pelos barões do café.

Sendo assim, as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela contraposição entre a consolidação dos núcleos urbanos e a retração da economia rural nos Campos Gerais. Nessa conjuntura de decadência, ainda de acordo com Wachowicz, destacam-se:

- a) a perda dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro para outros centros de criatório existentes no país;
- b) a queda da produção de gado: aos poucos o Paraná passa de exportador a importador;
- c) a decadência do mercado de muares, com o surgimento de ferrovias nas regiões produtoras de café em São Paulo;
- d) a diminuição dos negócios de invernadas para o gado vindo do Rio Grande do Sul;
- e) a ocupação de todos os campos da região;

¹⁰ As principais disposições envolviam questões construtivas, como regras para arquitetura das casas e alinhamento das ruas; questões sanitárias e de higiene, como por exemplo, o controle da presença de animais soltos pelas ruas; questões de regulação do abastecimento, defendendo a idéia de um mercado justo, sem a presença dos atravessadores; e questões de controle comportamental, que cerceavam hábitos nocivos e difundiam os considerados adequados à vida urbana. (PEREIRA, 2003)

- f) o desenvolvimento e modernização da indústria da erva-mate, sem a participação dos capitalistas oriundos dos Campos Gerais;
- g) a não participação dos fazendeiros na indústria madeireira, que se desenvolveu onde passava a estrada de ferro;
- h) a introdução de imigrantes europeus, notadamente os russos-alemães do Volga, que aceleraram a desagregação da tradicional sociedade campeira.

O mesmo autor cita que três importantes inovações iriam alterar o ritmo decadente dessa sociedade no século XX: 1) o surgimento na região de imigração do tipo empresa capitalista, como os holandeses de Castrolanda e Carambeí e os colonos menonitas de Witmarsum; 2) a evolução tecnológica com o aparecimento de adubos sintéticos e do plantio direto, proporcionando a transformação dos antigos campos de criatório em terras propícias para a agricultura; e 3) o surgimento de indústrias modernas, sobretudo as ligadas à transformação de produtos agrícolas.

2.4 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS

Dos capões, das fazendas e chácaras, a Região dos Campos Gerais, espaço de tantas fisionomias e transformações é, sobretudo, um lugar de história e memória. Ao longo do tempo, alguns municípios tornaram-se símbolos por excelência do Paraná, espelhando as mudanças urbanas e sociais da sua população. (ALMEIDA, 2004).

As cidades pontuadas neste estudo possuem características comuns, que se configuram, segundo Jorge (2002), pelas relações de poder, pois o tradicionalismo histórico dos antigos fazendeiros, a atividade tropeira e, mais tarde, as pequenas e médias manufaturas, promoveram o aporte político, econômico e social das famílias que, formando a elite, e por meio de seus representantes, dominaram a vida pública do Paraná, no período imperial e, depois, no estado republicano.

Essa representatividade político-econômica baseada na antiga aristocracia rural se materializa em algumas edificações existentes como elementos do contexto cultural dos municípios, que reúnem um conjunto de igrejas, palacetes, sobrados, prédios públicos, sedes de antigas fazendas, museus e residências centenárias, um significativo patrimônio com representatividade histórica. (JORGE, 2002, p.26).

2.4.1 Municípios Integrantes da Pesquisa

Considerando os aspectos descritos anteriormente, apresentar-se-ão, em seguida, os municípios integrantes da pesquisa, sendo eles Castro e Lapa. Dentro desta perspectiva, é necessário conhecer a formação das localidades elencadas, por meio do levantamento dos respectivos históricos, bem como de seus atrativos turísticos histórico-culturais.

2.4.1.1 Castro

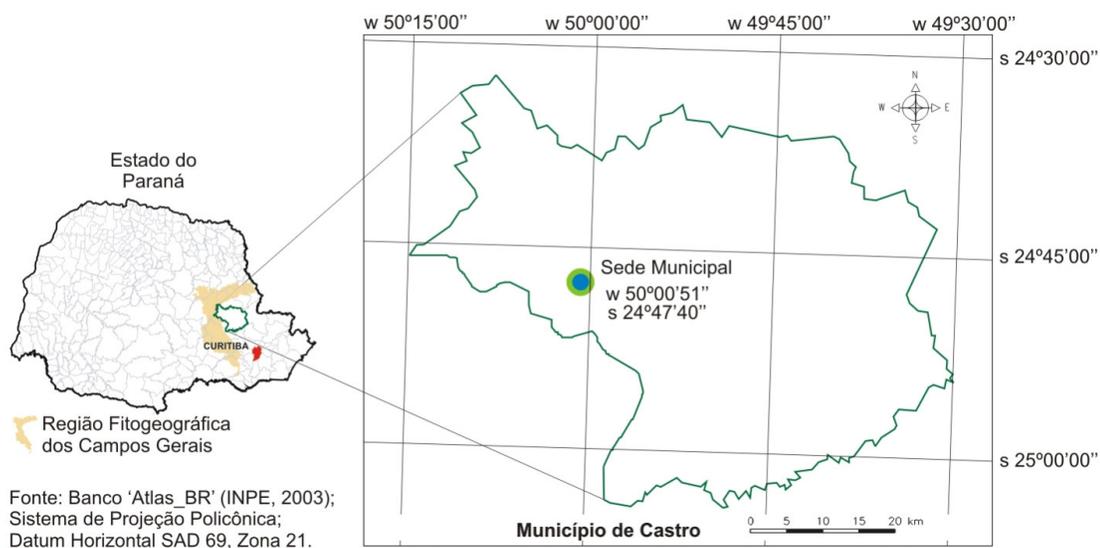


Figura 7 – Mapa de localização do município de Castro - PR

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Banco “Atlas_BR”.

Conforme pode ser observado na Figura 7, o município de Castro está situado na região centro-norte dos Campos Gerais, a 150 km da Capital, no Primeiro Planalto Paranaense, mas intimamente ligado ao Segundo Planalto, tanto cultural quanto historicamente. Sua extensão territorial é de 2.532 Km² e a população (estimada pelo IBGE em 01/07/2005) é de 68.574 habitantes. Possui clima sub-tropical úmido mesotérmico, com temperatura média de 19,9°C, no verão, e 12,4°C, no inverno. A economia é baseada na agropecuária e exploração mineral de calcário e talco. O acesso pode ser feito pela PR 151, PR 340 ou PR 090.

Segundo Ferreira (1996), Castro surgiu às margens do histórico Caminho do Viamão e foi o maior centro tropeiro do Paraná. Pelo regime de sesmarias, a Coroa Portuguesa concedeu vastas extensões de terras às famílias que pretendessem ali se fixar. A primeira concessão dessa natureza foi feita a Pedro Taques de Almeida e sua gente, em 19 de março de 1704.

O povoamento do local iniciou-se com o tropeirismo. O Rio Iapó, por sua característica alagadiça, obrigava os tropeiros em trânsito a acampar e esperar a enchente baixar e o rio dar vau. No vau de cima construiu-se a capela em louvor a Santo Antônio. Essa paragem, conhecida como Capão Alto, tornou-se propriedade dos religiosos da Ordem dos Carmelitas, que forçaram os tropeiros, gente às vezes buliçosa, a utilizarem um vau mais abaixo e aí fazerem seus pousos.

Assim, o antigo “Pouso do Iapó” evoluiu para a categoria de Freguesia de Sant’Ana do Iapó, em 05 de março de 1774. A elevação à Vila Nova de Castro ocorreu em 20 de janeiro de 1789, e o novo nome foi em homenagem a Martinho de Mello e Castro, então Secretário dos Negócios Ultramarinos da Coroa Portuguesa, que muito beneficiou o povo da região. Com o progresso acelerado, ocorreu a instalação da Comarca, em 1854, não tardando a se tornar cidade, em 21 de janeiro de 1857. É considerada, portanto, a primeira cidade instituída no Estado do Paraná, quando este se emancipou de São Paulo, em 1853.

A partir de 1855, Castro começou a receber grande fluxo de imigrantes, dentre eles alemães, poloneses, holandeses e japoneses, que transformaram essa paragem em centro de referência em produção agrícola e pecuária.

Tal como a Lapa, Castro também foi palco de ações político-militares durante a Revolução Federalista, entre 1893 e 1894, tornando-se a capital interina do Paraná, quando Curitiba foi invadida pelas tropas gaúchas.

A “cidade mãe do Paraná” conta com edificações arquitetônicas legadas da colonização portuguesa, bem como estilos deixados pelos tropeiros, que hoje servem de referencial cultural para a região. Grande parte dos casarões é tombada pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, preservando as características de sua arquitetura colonial. De acordo com o Guia Rota dos Tropeiros (2005), os atrativos históricos e culturais de Castro são:

- a) **Igreja Matriz de Sant’Ana:** a primitiva capela de barro foi construída por escravos em 1704, em honra a Sant’Ana. A Igreja passou por diversas reformas, sendo totalmente concluída em 1876. Em seu interior encontram-se esculturas de madeira

feitas pelo Frei Mathias de Gênova, os lustres de cristal (doados por D. Pedro II) e o sino de bronze, de 120 quilos, rachado após ter sido tocado euforicamente em razão do fim da II Guerra Mundial. É considerada uma das igrejas mais antigas do Paraná.

- b) **Museu do Tropeiro:** inaugurado em 21 de janeiro de 1977, com objetivo de resgatar e preservar a memória do tropeirismo. Seu valioso acervo é composto por peças como vestuários da época, montarias, objetos pessoais dos antigos viajantes, mapas, documentos, móveis e uma pequena coleção de arte sacra. A casa onde está instalado o museu foi construída em estuque, no final do século XVIII, pela família Carneiro Lobo. É considerado o mais importante do gênero no país.
- c) **Casa da Praça:** em alvenaria de pedra e taipa de pilão, a casa foi construída em fins do século XIX. Sofreu várias intervenções que deixaram à mostra, em algumas paredes, recortes que revelam a taipa de pilão. Totalmente restaurada; suas esquadrias externas, a maior parte do forro e o piso são originais. É espaço cultural para exposições e venda de livros sobre a história de Castro.
- d) **Casa de Sinhara:** teve sua construção iniciada na primeira metade do século XIX. A casa é ambientada retratando a vida da mulher castrense na época do tropeirismo. Objetos, móveis e utensílios ligam-se à vida doméstica, transmitindo ao visitante uma idéia fiel da época.
- e) **Casa de Cultura Emília Erichsen:** espaço construído em 1862, sendo sede do primeiro jardim de infância do Brasil, sob direção da Professora Emília Erichsen. Abriga atualmente o Arquivo Público Municipal, com importantes documentos do século XIX e também serve de espaço cultural para exposições.
- f) **Teatro Bento Mossurunga:** em 1949 foi inaugurado o “Cine Marajá”, o qual foi o centro das atenções da comunidade castrense. Na década de 1970 começou a decadência do cinema devido ao avanço da tecnologia. Com a intenção de reativar esse espaço, em 19 de março de 2003 foi inaugurado o Teatro Bento Mossurunga, em homenagem ao músico castrense que compôs o hino do Paraná. O prédio foi reformado para receber produções de dança, teatro, musicais e palestras em geral.

- g) **Ponte Férrea:** foi construída no final século XIX, com uma estrutura de aço importada da Alemanha, que chegou em Castro desmontada. A construção iniciou-se em 1897, sendo inaugurada em 16 de dezembro de 1899, tendo como engenheiro responsável Frederico Von Bock. A ponte possui 144 metros de comprimento.
- h) **Morro do Cristo:** situa-se em um dos pontos mais altos do perímetro urbano de Castro, proporcionando uma bela vista da região. Sobre o morro está uma estátua do Cristo Redentor e um restaurante que serve o “Castropeiro”¹¹, prato típico da cidade, criado em 1991, em homenagem a Castro e aos tropeiros.
- i) **Colônia Castrolanda:** entre os anos de 1951 e 1954, famílias holandesas chegaram a Castro trazendo consigo tratores, equipamentos agrícolas e gado, dando origem à Colônia e a Cooperativa Agropecuária Castrolanda¹². Localizada a 06 quilômetros do centro da cidade, mantém viva suas tradições por meio da arquitetura típica, do grupo folclórico, gastronomia, língua, entre outros. A pecuária leiteira é a principal atividade econômica da colônia, destacando-se pela alta tecnologia empregada, sendo considerada a mais produtiva e avançada bacia leiteira do país.
- j) **Museu da Imigração Holandesa:** inaugurado em 29 de novembro de 1991, para comemorar o aniversário dos 40 anos da imigração holandesa no município, com o objetivo de preservar a história da Cooperativa e da Colônia Castrolanda; o museu mantém a arquitetura européia, desde a fachada até a decoração interna.
- k) **Memorial da Imigração Holandesa “De Immigrant” (O Imigrante):** construído em 2001 pelo engenheiro Jan Heijdra em comemoração aos 50 anos da chegada dos imigrantes holandeses ao município de Castro. É considerado o maior moinho da América Latina, com 37 metros de altura, cinco andares e asas com envergadura de 26 metros. No seu interior encontra-se um rico acervo histórico da formação da Colônia e

¹¹ Consiste no feijão tropeiro temperado, carne de gado e de porco, quibebe de abóbora, couve com torresmo acompanhado de pão caseiro.

¹² Em 1954, a Cooperativa Agropecuária Castrolanda Ltda, juntamente com a CAPAL - Cooperativa Agropecuária Arapoti Ltda e a Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda, de Carambeí, formaram a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLP), fornecendo matéria-prima para a industrialização dos produtos Batavo. Em 1998, associou-se à multinacional italiana Parmalat, formando a Batávia S.A., que passou a ser detentora da marca Batavo. Desde 2004, com a falência da Parmalat, o controle acionário da Batávia pertence à Perdigão S.A.

da Cooperativa Castrolanda, além de um vídeo documentário. Também é possível conhecer o artesanato típico feito pelos moradores no espaço “Artelanda”.

- l) **Fazenda Capão Alto:** fundada no início do século XVIII, está localizada na Colônia Castrolanda, em terras de sesmaria concedidas a Pedro Taques de Almeida. Em 1749 a fazenda foi a leilão e arrematada por José Góes Moraes que, em 1751 teria feito doação ou venda da mesma aos religiosos de Nossa Senhora de Monte Carmelo. Os carmelitas ali permaneceram por mais de um século como agricultores e criadores de gado. Em meados do século XIX os religiosos deixaram a fazenda aos cuidados de seus escravos durante cerca de cem anos. Existiu ali uma capela em louvor a Santo Antônio e um pequeno cemitério, restando, hoje, somente as ruínas dessas construções. A casa sede da fazenda foi construída em taipa de pilão na segunda metade do século XIX, e tombada pelo Patrimônio Histórico do Estado em 1983, garantindo, assim, a preservação de um dos mais expressivos testemunhos arquitetônicos e históricos da região.

- m) **Colônia Terra Nova:** localizada a 15 quilômetros do centro da cidade, foi fundada a partir de 1933. Tem como principais atividades econômicas a produção de leite, o cultivo de milho e soja.

- n) **Museu do Imigrante Alemão:** conhecido como Casa do Colono – *Das Kolonistenhaus*, foi inaugurado em 18/04/99, na Colônia Terra Nova. Seu acervo é composto por peças e objetos doados pelos imigrantes alemães (utensílios domésticos e agrícolas, da época da imigração). O museu é administrado pela Associação Cultural de Preservação da História e Ecologia de Terra Nova, cujo objetivo é a preservação da cultura alemã.

- o) **Igreja de Santa Terezinha:** teve sua construção iniciada em 1937 em sistema de mutirão e doações. As missas são celebradas todos os domingos, havendo um domingo do mês em que é celebrada no idioma alemão. Localiza-se na Colônia Terra Nova.

2.4.1.2 Lapa

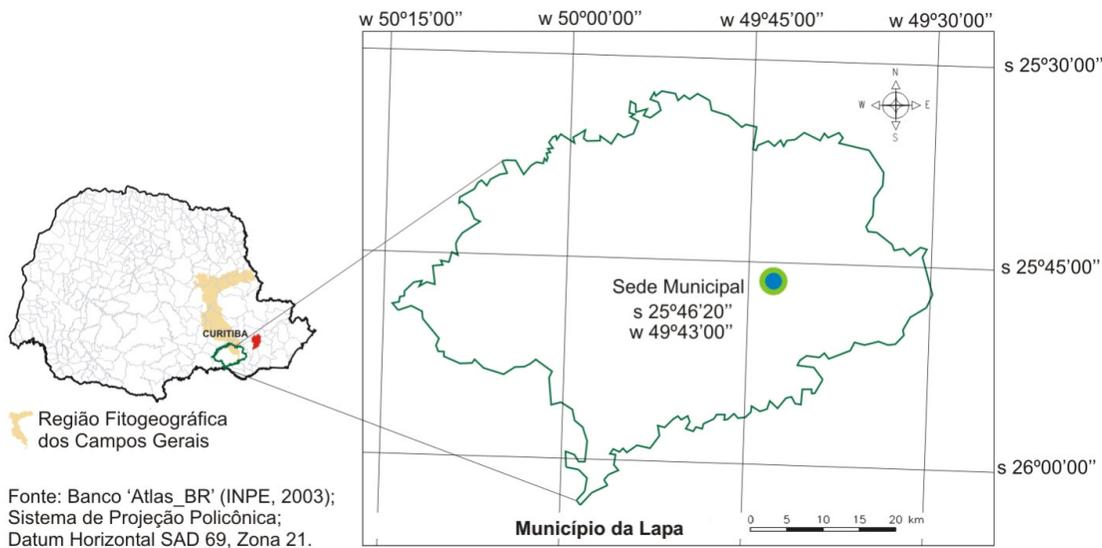


Figura 8 – Mapa de localização do município de Lapa – PR
 Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Banco “Atlas_BR”.

Conforme pode ser observado na Figura 8, o município da Lapa está localizado a 71 quilômetros de Curitiba, na região dos Campos Gerais. Sua extensão territorial é de 2.046 Km² e a população (estimada pelo Censo IBGE em 01/07/2005) é de 44.733 habitantes. Possui clima sub-tropical úmido mesotérmico, com temperatura variável inferior a 22° C nos meses de verão e a 18° C, no inverno. A economia baseia-se na agropecuária, com destaque para a fruticultura e agricultura orgânica. O município tem como principais rodovias de acesso a Rodovia do Xisto - BR 476 e a PR 427.

O topônimo é oriundo da marcante presença de uma montanha de camadas xistosas com grutas, que são chamadas de lapa.

De acordo com Ferreira (1996), originou-se de um pequeno povoado fundado às margens da antiga Estrada da Mata, aberta em 1731, que era apenas um trecho do histórico Caminho de Viamão, por onde circulavam tropas vindas do Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba. Ao longo dessa estrada foram surgindo pousos dos tropeiros, sendo que um deles recebeu a denominação de Capão Alto.

A primeira família que lá se fixou foi a de João Pereira Braga e sua mulher Josefa Gonçalves da Silva. Em meados do século XVIII foi construída uma pequena capela sob a

invocação de Nossa Senhora do Capão Alto, sendo o primeiro pároco do lugar João da Silva Reis.

Em 13 de junho de 1797, Capão Alto é elevado à categoria de Freguesia, tendo como padroeiro Santo Antônio. Posteriormente, em 06 de junho de 1806, foi instalada a Vila Nova do Príncipe. Em 1870 passou a ser sede da Comarca e a elevação à categoria de cidade se deu em 07 de março de 1872, com território desmembrado de Curitiba e denominação alterada para Lapa.

A cidade é um capítulo à parte na história do Paraná, devido a sua riqueza cultural e de fatos vividos por seus habitantes. Foi palco do significativo episódio ocorrido durante a Revolução Federalista, em 1894, conhecido como Cerco da Lapa, quando, sitiada pelas tropas de Gumercindo Saraiva, resistiu bravamente, sob o comando do General Gomes Carneiro, por 26 dias, tempo necessário para a recomposição das tropas legalistas.

A Lapa guarda um dos maiores patrimônios culturais e arquitetônicos do Paraná. Após anos de esforço contínuo, em agosto de 1989, as normas de uso do Setor Histórico, com todo o detalhamento que envolve o casario e a paisagem integrada, foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, preservando, assim, a memória de seu passado.

Seu centro histórico possui 14 quarteirões, com 258 edificações. Nesse espaço há muitas casas que guardam a arquitetura típica, caiadas de branco, rosa, amarelo e azul, com pé direito alto. O uso predominante é o residencial, seguido das atividades comerciais e de prestação de serviços, das atividades administrativas de saúde e de educação, de cultura e lazer, de uso religioso, de hospedagem e alimentação.

Conforme o Guia Rota dos Tropeiros (2005), os atrativos históricos e culturais da Lapa são:

- a) **Monumento ao Tropeiro:** edificado em 1965, na Avenida Manoel Pedro – antiga Rua das Tropas - o painel em azulejos do artista paranaense Poty Lazzaroto é a porta de entrada da cidade. A homenagem aos tropeiros que iam de Viamão (RS) a Sorocaba (SP) ressalta a importância do município no processo de colonização do Sul do Brasil.
- b) **Museu Casa Vermelha:** construído em pau-a-pique no ano de 1868, é considerada a residência existente mais antiga da cidade, servindo de pousada na época do tropeirismo. A Casa Vermelha abriga o Centro de Artesanato Aloísio Magalhães e o Museu do Tropeiro, que resgata a história da atividade nos tempos do Caminho de Viamão, sendo seu acervo composto por inúmeras peças doadas por ex-tropeiros.

- c) **Igreja Matriz de Santo Antônio:** é o marco mais antigo da Lapa, construído entre 1769 e 1784. Sua edificação constitui grande exemplo da arquitetura luso-brasileira da segunda metade do século XVIII, pelo emprego da técnica em pedra, pela torre-sineira e pelo desenho barroco no frontão. No seu interior existem imagens religiosas de procedência européia, que valorizam seu acervo. Foi tombada pelo IPHAN em abril de 1938.

- d) **Theatro São João:** inaugurado em 1876, como sede da Associação Literária Lapeana e Biblioteca. Apresenta estilo elizabetano e capacidade para 212 espectadores. No Brasil existem apenas dois exemplares arquitetônicos desse estilo: na Lapa-PR e em Sabará-MG. Em junho de 1880, recebeu a visita de D. Pedro II; em 1894 serviu como enfermaria e hospital durante o Cerco da Lapa; nessa época foi bastante avariado pelas balas dos canhões das tropas que assediavam a cidade. Restaurado e tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, é espaço para apresentações artísticas e palestras.

- e) **Museu Histórico da Lapa:** Casa construída na metade do século XIX, onde faleceu o General Gomes Carneiro, comandante da resistência ao cerco federalista em 1894. Tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 1938.

- f) **Prefeitura Municipal:** O prédio que hoje abriga a Prefeitura foi construído em 1890 para funcionar como escola. Dom Pedro II doou 500 mil réis para sua efetivação. Nessa antiga construção, funcionou o primeiro Ginásio da Lapa.

- g) **Memorial Ney Braga:** Casa construída em 1880, onde viveu Ney Aminthas de Barros Braga e que abriga atualmente objetos e documentos pessoais desse importante político paranaense. A residência sofreu ataques durante o Cerco da Lapa. Foi inaugurada como memorial durante as comemorações dos 236 anos da cidade.

- h) **Pantheon dos Heroes:** construído em 1944, em ocasião das comemorações do Cinquentenário do Cerco da Lapa, abrigando os restos mortais dos combatentes republicanos, destacando-se o General Gomes Carneiro, o Coronel Aminthas de Barros Braga, o Coronel Dulcídio Pereira e o Tenente Coronel Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda.

- i) **Casa da Memória:** construída em 1888, a “Casa dos Cavalinhos” ou, ainda, “Casa dos Cavalos Alados” recebeu esse nome pelo fato de seu primeiro dono ter sonhado com cavalos voando e, acreditando no sonho, comprou bilhete da loteria imperial, ganhando o prêmio máximo. Em homenagem, construiu a casa com os cavalos de asas esculpidas na argamassa em relevo. Atualmente, possui um acervo de livros raros, documentos históricos, como a réplica da Carta de Sesmaria de 1768, e objetos antigos que fazem parte da memória lapeana.

- j) **Museu Casa Lacerda:** a casa foi construída entre 1842 e 1845, em alvenaria de pedra com paredes internas de estuque. Seu interior é decorado com objetos e mobiliário que permitem a visualização do modo de vida familiar do século XIX. Em sua sala de visitas, foi assinada a ata de rendição da Lapa. Esse fato histórico motivou o tombamento do imóvel pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 1938, e atualmente é administrado sob a orientação do IPHAN.

- k) **Casa de Câmara e Cadeia:** foi a primeira casa de detenção da cidade, inaugurada em 1868. O Museu de Armas, que ocupa a parte inferior do prédio, foi inaugurado em 1974, para resguardar o acervo sobre a Revolução Federalista, composto de armas, fotolitos e objetos de época. No piso superior está instalada a Câmara de Vereadores da Lapa.

- l) **Santuário de São Benedito:** Foi construído em 1947 onde antigamente havia uma capela erguida pelos escravos por volta de 1870, em homenagem a São Benedito. Conserva a primitiva imagem desse santo.

- m) **Gruta do Monge:** localizada no Parque Estadual do Monge, a 3,5 quilômetros do centro da cidade. Tem como características grandes formações rochosas, vertentes de água que surgem por entre as pedras e trilhas ecológicas. Local de peregrinação religiosa, que atrai milhares de fiéis. Nesse espaço viveu por algum tempo o Monge João Maria D’Agostinis, que se dedicava ao estudo das plantas da região, medicava enfermos, realizava profecias e fazia orações, razão pela qual o local é procurado por grande número de pessoas que buscam a cura para os seus males.

2.4.2 Parâmetros de Classificação dos Atrativos Turísticos Histórico-Culturais

Dada a quantidade de atrativos observados nos municípios de Castro e Lapa, houve a necessidade de se aplicar uma metodologia para a classificação dos mesmos. No presente estudo, utilizou-se o “Método de Alavancagem Múltipla”, criado por Mário Jorge Pires, considerado por alguns autores, a citar Camargo (2001), o mais completo elaborado até o momento. Nele se propõe uma categorização com base em nomenclatura mais atualizada, e faz uma reflexão sobre o grande conjunto de variáveis que podem ser incluídas na fórmula de atratividade.

Pires (2002) afirma que essa proposta representa um grande avanço diante das anteriores, pois objetiva dar uma visão de conjunto dos atrativos históricos e da forma como eles se articulam para um melhor aproveitamento turístico.

Esse método tem como ponto de partida a tipologia dos bens históricos, como segue:

- a) **Bem histórico isolado:** Em geral tem sua importância por razões específicas, como ter sido palco de episódios marcantes, ter pertencido a alguma pessoa ilustre, destacar-se pelo luxo ou grandiosidade, entre outras. Sob o prisma da visitação turística, seu isolamento não impede que possua grande atratividade.
- b) **Complexo histórico:** É o conjunto dos componentes orgânicos de um bem ou o conjunto de bens em que cada um desempenhou (ou ainda desempenha) uma função complementar ao outro. Sua utilização em turismo apresenta grandes vantagens, uma vez que agrega valor de atratividade aos bens. A preservação desses complexos os torna excepcionalmente didáticos para sua utilização no turismo cultural, visto que a organização da funcionalidade do espaço no passado é reveladora de muitos aspectos da vida cotidiana de vários períodos da história.
- c) **Mancha histórica:** Ocorre quando (diferentemente do complexo histórico) nem todos os bens estabelecem um diálogo entre si, mas existe uma identidade, sobretudo visual no conjunto. A atratividade neste caso será diretamente proporcional ao grau de descaracterização da mancha, como microrregiões com casario antigo, ilhadas por construções modernas. Nada impede que em uma mancha haja um complexo histórico

ou, até mesmo, um bem histórico, que por si só possua tanta importância que seja capaz de atrair visitantes.

- d) **Distrito histórico:** Uma mancha que recebe grande número de visitantes seria um distrito próprio, quando extrapola os limites administrativos de um ou mais bairros, não por ser necessariamente grande, mas por estar estrategicamente situada entre eles.
- e) **Cidade histórica:** Considera-se cidade histórica aquela que possui a maior parte dos seus bairros ou distritos como históricos. Vários são os componentes que podem integrar uma cidade histórica: a cultura material, com bens históricos específicos ou isolados, complexos históricos e manchas, bem como a cultura imaterial, como os costumes e práticas comuns em outros tempos.

Mesmo tendo como certo de que qualquer tentativa de categorização sempre estará sujeita à subjetividade do avaliador, acredita-se que a cidade da Lapa se enquadra na categoria de “cidade histórica”, pelo fato de que a maior parte das edificações presentes no perímetro urbano dessa localidade são remanescentes dos séculos XVIII e XIX. Já Castro se enquadra na tipologia de distrito histórico, pois possui algumas regiões (ou bairros) da cidade com essa característica. Entretanto, ambas são detentoras de um patrimônio histórico e cultural importante e preservado.

Em seguida, parte-se para a utilização da fórmula do “Método de Alavancagem Múltipla”, com o intuito de classificar e selecionar os atrativos histórico-culturais mais significativos dos municípios pesquisados:

$$FP = FCI \cdot FCG \cdot (X)FCR \cdot FUR^n$$

em que,

FP: Fator de Ponderação

FCI: Fator de Conectividade Intrínseca

FCG: Fator de Conectividade Geral

FCR: Fator de Concentração de Recursos

(X) valor a ser atribuído em função da quantidade de recursos

FUR: Fator de Utilização de Recursos

n: potência com base nos aspectos mais dinâmicos na utilização dos recursos

Sendo os valores a serem atribuídos a cada fator:

$FCI \geq$ até 4

$FCG \geq$ até 4

$FCR \geq$ até 4

$(X) \geq 1$ até 4

$FUR \geq$ até 4

$n \geq$ até 3

O Fator de Ponderação (FP) representa a atratividade ligada diretamente aos recursos históricos. Entende-se por Fator de Conectividade Intrínseca (FCI) as variáveis ligadas aos inibidores geográficos entre os bens históricos, ou seja, às possibilidades ou não de acesso ao recurso turístico dentro do próprio pólo receptor, de acordo com o perfil da demanda que irá visitá-lo. O Fator de Conectividade Geral (FCG) representa a acessibilidade dos centros emissores para os centro receptores. O Fator de Concentração de Recursos (FCR) depende basicamente de como os bens históricos estão dispostos na localidade e se utiliza um numeral diferente de zero (X) para multiplicá-lo devido à idéia de que o conjunto dos bens históricos pode oferecer como resultado uma atratividade maior que a simples soma das partes. Ao Fator de Utilização de Recursos (FUR) pertencem todos os aspectos relacionados à infraestrutura de apoio ao visitante, incluindo-se a limpeza e a conservação do local. Esse item entra na fórmula potencializado (n) em razão de possíveis diferenciais de atratividade, como, por exemplo, a realização de eventos periódicos no bem histórico, dramatizações ou recriações históricas que podem demonstrar o cotidiano de épocas anteriores.

O autor afirma que o maior diferencial desse método é o fato de que não se propõe a ser um método acabado, pois parte do pressuposto de que permite adaptações às especificidades.

A partir da utilização dessa metodologia foram classificados os atrativos turísticos histórico-culturais dos municípios de Castro (Quadro 3) e da Lapa (Quadro 4), como segue:

ATRATIVOS	FCI	FCG	X	FCR	FUR	n	FP
Museu do Tropeiro	4	3	2	3	3	2	648
Casa de Sinhara	4	3	2	3	3	2	648
Igreja Matriz de Sant'Anna	4	3	2	3	2	1,5	203,6
Casa da Praça	4	3	2	3	2	1,5	203,6
Memorial da Imigração Holandesa	3	2,5	1,5	2	2,5	2	140,6
Museu da Imigração Holandesa	3	2,5	1,5	2	2,5	2	140,6
Teatro Bento Mossurunga	4	3	2	3	1,5	1,5	132,2
Fazenda Capão Alto	3	2,5	1,5	2	2,5	1,5	88,9
Casa de Cultura Emília Erichsen	4	3	1	1,5	2	1,5	50,9
Museu do Imigrante Alemão	2	2	1,5	2	1,5	1,5	22
Igreja de Santa Terezinha	2	2	1,5	2	1,5	1	18
Ponte Férrea	4	3	1	1,5	1	1	18
Morro do Cristo	2	3	1	1,5	1	1	9

Quadro 3 – Classificação dos atrativos turísticos histórico-culturais de Castro, segundo o “Método de Alavancagem Múltipla”

Fonte: organizado pela autora

Os valores atribuídos ao Fator de Conectividade Intrínseca (FCI), levaram em consideração a presença de inibidores geográficos entre os atrativos, dentro do próprio município. Os que receberam nota quatro não possuem esses inibidores, por estarem localizados no centro da cidade e próximos uns aos outros. A nota três foi atribuída aos atrativos localizados na Colônia Castrolanda, distante 06 quilômetros do centro de Castro. Receberam nota dois os atrativos situados na Colônia Terra Nova, distante 15 quilômetros do centro da cidade, e o Morro do Cristo, por possuir uma subida íngreme, que dificulta o acesso de veículos grandes, como ônibus, por exemplo.

O Fator de Conectividade Geral (FCG) representa a acessibilidade do centro emissor ao centro receptor, neste caso de Ponta Grossa (local escolhido como parâmetro para análise) a Castro. Considerando a distância relativamente curta (cerca de 40 quilômetros) e a boa condição da estrada (PR 151), os atrativos localizados no centro de Castro receberam nota três, seguidos dos pertencentes à Colônia Castrolanda, com nota dois vírgula cinco, e dos pertencentes à Colônia Terra Nova, com nota dois. Nesses dois últimos casos, o acesso é feito por estradas secundárias, cujas condições são regulares.

Em relação ao Fator de Concentração de Recursos (FCR), levou-se em consideração a disposição dos bens históricos no município. Receberam nota três os atrativos pertencentes ao centro histórico, e foram multiplicados por dois devido ao fato de que a idéia de conjunto

oferece uma atratividade maior a esses bens. A nota dois foi atribuída aos atrativos das colônias Castrolanda e Terra Nova, e foram multiplicados por um vírgula cinco, pelo fato de que a quantidade de bens nesses conjuntos é menor do que a encontrada no centro histórico. Por último, receberam nota um vírgula cinco os bens isolados, e foram multiplicados por um por não constituírem conjunto.

No Fator de Utilização de Recursos (FUR) foram analisados aspectos relacionados à infra-estrutura de apoio ao visitante. As notas foram atribuídas de acordo com os atrativos que oferecem melhores condições aos turistas, como organização, limpeza, sanitários, etc, até aqueles que são meramente contemplativos.

Quanto aos valores atribuídos à variável (n), os atrativos elevados à potência dois possuem acervo rico, organizado, de grande valor histórico e demonstram o cotidiano de épocas passadas. Os atrativos elevados à potência um vírgula cinco possuem acervo de destaque, inferior, porém, aos anteriores. Já os que foram elevados à potência um não possuem significativo diferencial de atratividade.

Como resultado final - Fator de Ponderação (FP), obteve-se a classificação dos atrativos histórico-culturais do município de Castro, em ordem decrescente, de acordo com o grau de atratividade relacionado.

ATRATIVOS	FCI	FCG	X	FCR	FUR	n	FP
Theatro São João	4	2	2	3	3	2	432
Museu Histórico da Lapa	4	2	2	3	3	2	432
Museu Casa Lacerda	4	2	2	3	3	2	432
Casa da Memória	4	2	2	3	2,5	2	300
Memorial Ney Braga	4	2	2	3	2,5	1,5	189,7
Igreja Matriz de Santo Antônio	4	2	2	3	2	1,5	135,7
Museu Casa Vermelha	4	2	1,5	2	2,5	1,5	94,8
Casa de Câmara e Cadeia	4	2	1,5	2	2,5	1,5	94,8
Pantheon dos Heroes	4	2	2	3	1,5	1	72
Prefeitura Municipal	4	2	2	3	1	1	48
Santuário de São Benedito	4	2	1,5	2	1,5	1	36
Monumento ao Tropeiro	4	2	1	1	1	1	8
Gruta do Monge	3	1	1	1	1,5	1	4,5

Quadro 4 – Classificação dos atrativos turísticos histórico-culturais de Lapa, segundo o “Método de Alavancagem Múltipla”

Fonte: organizado pela autora

No Fator de Conectividade Intrínseca (FCI) foi atribuída nota quatro a todos os atrativos localizados no centro da cidade, por estarem situados próximos uns aos outros e não haver inibidores geográficos entre eles. A Gruta do Monge recebeu nota três por estar localizada a 3,5 quilômetros do centro da Lapa e também por possuir relativa dificuldade de acesso, devido à trilha que deve ser percorrida, com inúmeros degraus, sendo, em alguns trechos, muito estreita.

Quanto ao Fator de Conectividade Geral (FCG), a maioria dos atrativos recebeu pontuação dois, pelo fato de que a distância entre a origem (Ponta Grossa) e o destino (Lapa) é de aproximadamente 100 quilômetros, o itinerário percorre três rodovias (PR 151, BR 277 e PR 427) e o estado de conservação das estradas, em alguns trechos, é regular.

No Fator de Concentração de Recursos (FCR), receberam nota três os atrativos localizados muito próximos uns aos outros, e foram multiplicados por dois pelo fato de formarem um conjunto de grande atratividade. Os atrativos que receberam nota dois e que foram multiplicados por um vírgula cinco situam-se ao redor daqueles, mas não formam conjunto. Já os que receberam nota um e que foram multiplicados por um constituem-se em bens isolados.

Quanto ao Fator de Utilização de Recursos (FUR) foram atribuídas notas de acordo com a infra-estrutura de apoio aos visitantes, bem como de acordo com o grau de conservação e organização dos bens histórico-culturais analisados.

Em relação aos valores atribuídos à variável (n), os atrativos elevados à potência dois possuem acervo de grande valor histórico ou recriam o cotidiano de épocas passadas. Os atrativos elevados à potência um vírgula cinco possuem acervo de destaque inferior aos anteriores. Os atrativos que foram elevados à potência um não possuem elementos que significam grande diferencial de atratividade.

Como resultado final - Fator de Ponderação (FP), obteve-se a classificação dos atrativos histórico-culturais do município da Lapa, em ordem decrescente, de acordo com o grau de atratividade relacionado.

3 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E DE DEFINIÇÃO DOS ROTEIROS

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa se caracteriza pela natureza exploratória que, segundo Gil (1991, p. 44),

[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, esta é a que apresenta menor rigidez no planejamento. Habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Para a elaboração dos dois primeiros capítulos desta dissertação foi realizada pesquisa em documentação indireta que, de acordo com Dencker (1998, p.125), é desenvolvida a partir de material já elaborado, permitindo um grau de amplitude maior, economia de tempo, e possibilita o levantamento de dados históricos.

O delineamento adotado foi o estudo de caso, por ser utilizado nas pesquisas exploratórias em que a flexibilidade torna-se um estímulo a novas descobertas. Segundo Gil (1991, p.79), o estudo de caso se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a “compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa”.

O estudo de caso é caracterizado por uma análise profunda e exaustiva de objetos e situações (DENCKER, 1998) permitindo, assim, o seu amplo e detalhado conhecimento. Chizzotti (2001, p.102) acrescenta que o estudo de caso “é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente”.

Gil (1991) apresenta uma série de vantagens do estudo de caso, dentre as quais cita a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos. Ademais, segundo o autor, o estudo de caso é adotado em investigações das mais diversas áreas do conhecimento. Genericamente, indica-o como executável em quatro fases:

Fase 1 - delimitação da unidade-caso;

Fase 2 - coleta de dados;

Fase 3 - análise e interpretação dos dados;

Fase 4 - redação do relatório.

O autor ressalta, ainda, que delimitar a unidade-caso exige habilidade do pesquisador, sobretudo pela dificuldade em determinar a quantidade de informações necessárias sobre o objeto delimitado.

Nesta pesquisa as unidades-caso são os municípios de Castro e Lapa, no Paraná. A corrente metodológica utilizada baseou-se no método de Procedimento Histórico, que se constituiu na contextualização histórica e geográfica da Região dos Campos Gerais, além da investigação acerca do Patrimônio Histórico e Cultural dos municípios foco do estudo. Esse método foi selecionado visto que o recorte da área de pesquisa foram localidades que faziam parte do antigo Caminho das Tropas, marco da história do Estado.

Utilizou-se a técnica de amostragem não-probabilística intencional para a escolha das escolas que fariam parte da pesquisa de campo. A partir do contato com a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa, soube-se que havia um programa que proporcionava às escolas, no segundo semestre letivo de 2006, a oportunidade de realizarem uma viagem, com alunos matriculados no segundo ciclo do Ensino Fundamental (3ª e 4ª séries), a determinadas localidades do Estado, com o transporte oferecido pela Prefeitura.

Dessa forma, em um universo de oitenta e três escolas municipais de Ponta Grossa, foram selecionadas duas para amostra da pesquisa, sendo que cada uma participaria de um roteiro turístico-pedagógico diferente: a Escola Mul. Dr. Edgar Sponholz iria à Lapa e a Escola Mul. Prefeito Theodoro Batista Rosas iria a Castro, em datas estipuladas por sorteio pela Secretaria de Educação.

Tendo em vista que a quantidade de lugares disponíveis no ônibus cedido pela Prefeitura era menor do que o número de alunos interessados em participar da viagem, as escolas tiveram que selecionar os estudantes que fariam parte dessa atividade. Portanto, nas turmas do segundo ciclo de ambas as escolas haveria alunos que realizariam os passeios e outros que não poderiam participar dos mesmos.

Os roteiros turístico-pedagógicos às cidades de Castro e Lapa foram previamente elaborados pelas escolas, de acordo com o conteúdo abordado em sala de aula. Após a realização das viagens, seriam aplicados dois modelos de questionários: o primeiro aos discentes, com perguntas sobre as localidades visitadas e o segundo aos docentes, com a finalidade de verificar a eficácia da proposta e os comportamentos dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

O pré-teste do questionário aplicado aos alunos revelou que o mesmo deveria ser reformulado, pois não estava adequado ao nível de conhecimentos dos estudantes. Dessa forma, optou-se por elaborar folhas de atividades (APÊNDICES A e B), compostas por

exercícios diversos, dentre eles: perguntas de classificação dicotômicas (sim/não), perguntas de opinião (discursivas), completamento (lacunas), falso-verdadeiro, associação (ligar pontos) e desenho. Já o questionário aplicado aos professores (APÊNDICE C) foi mantido.

Para fins de avaliação e comparação entre as respostas, a folha de atividades foi aplicada a todos os alunos presentes em sala de aula no momento da pesquisa, tanto àqueles que participaram da viagem quanto aos que não participaram.

Os dados obtidos foram analisados e serão apresentados no Capítulo 4, visando identificar aspectos relevantes, capazes de incrementar as discussões sobre a temática em questão.

Portanto, de acordo com o exposto anteriormente, o trabalho foi desenvolvido de forma expandida nas suas etapas – diferentemente do que recomenda Gil (1991), devido à especificidade dos estudos e às características diferenciadas – no caso, os roteiros turístico-pedagógicos e, por isso, foi desenvolvido em cinco etapas:

Etapa 1 - Coleta de dados secundários, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a fim de realizar a fundamentação teórica, bem como a contextualização histórica e geográfica da Região dos Campos Gerais e da oferta de elementos de valor histórico-cultural dos municípios foco do estudo;

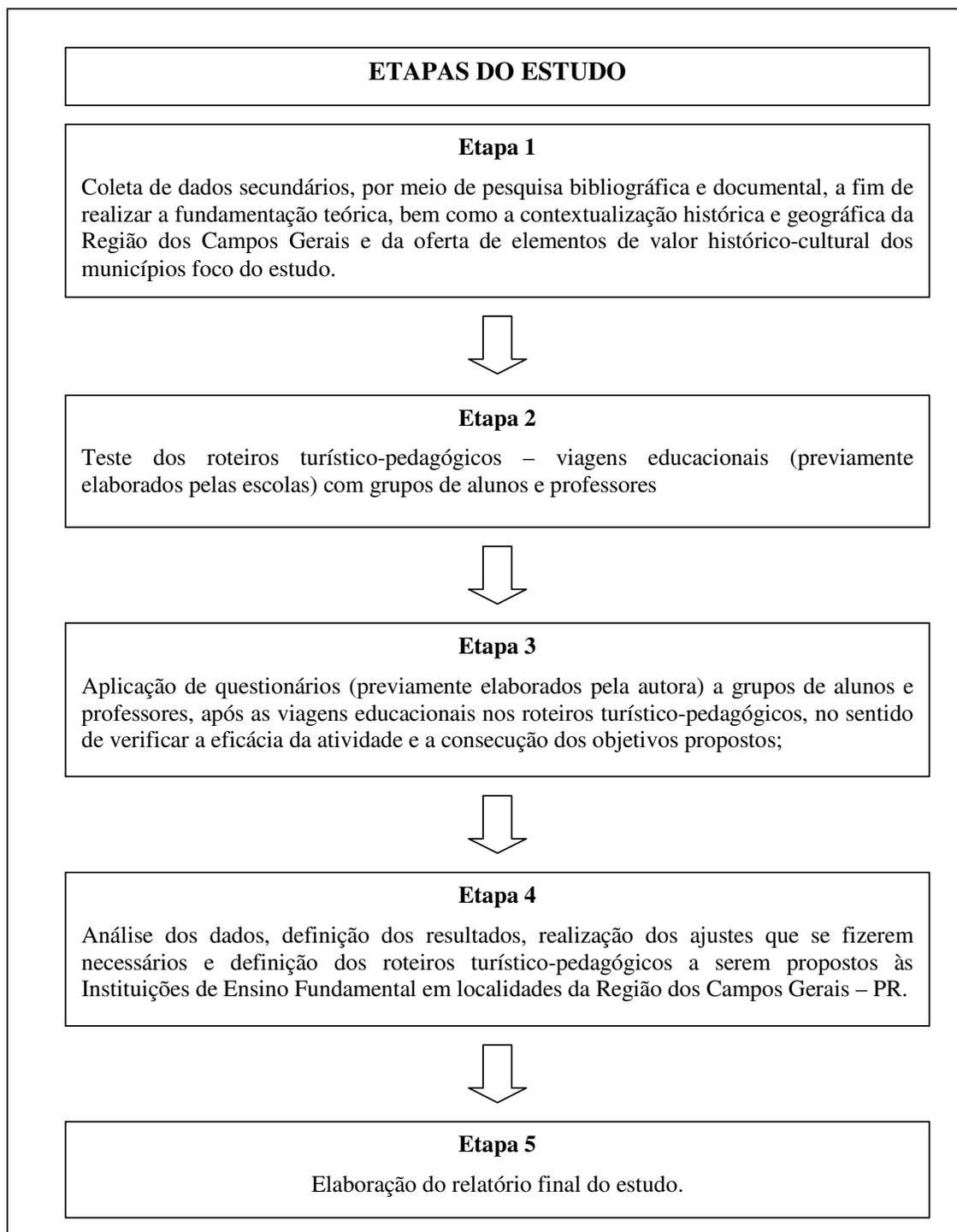
Etapa 2 - Teste dos roteiros turístico-pedagógicos – viagens educacionais (previamente elaborados pelas escolas) com grupos de alunos e professores;

Etapa 3 - Aplicação de questionários (previamente elaborados pela autora) a grupos de alunos e professores, após as viagens educacionais nos roteiros turístico-pedagógicos, no sentido de verificar a eficácia da atividade e a consecução dos objetivos propostos;

Etapa 4 - Análise dos dados, definição dos resultados, realização dos ajustes que se fizerem necessários e definição dos roteiros turístico-pedagógicos a serem propostos às Instituições de Ensino Fundamental em localidades da Região dos Campos Gerais – PR;

Etapa 5 - Elaboração do relatório final do estudo.

Esquemáticamente, as etapas do estudo são apresentadas no Quadro 5, a seguir:



Quadro 5 – Etapas do Estudo
Fonte: organizado pela autora

3.2 ROTEIROS TURÍSTICO-PEDAGÓGICOS

Um roteiro turístico é um itinerário com descritivo dos locais a serem percorridos durante uma viagem. Estabelece diretrizes para a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar.

No momento de sua elaboração, muitos aspectos devem ser analisados: equipamentos e serviços envolvidos (meios de transporte, hospedagem, alimentação, etc); aspectos que se referem à utilização dos atrativos incluídos na programação, tanto em termos de quantidade como de qualidade; duração do roteiro; público-alvo; entre outros.

O conhecimento da oferta da localidade receptora permite prever e utilizar adequadamente os elementos componentes do roteiro, facilitando a montagem do programa. No caso dos roteiros turístico-pedagógicos, é indispensável a presença de alguém que possua conhecimento prévio sobre os locais a serem visitados, seja ele um guia de turismo (preferencialmente) ou até mesmo o professor que conduzirá o passeio, para que a atividade transcorra de maneira didática, de acordo com o conteúdo visto em sala de aula, não sendo apenas uma mera contemplação dos atrativos por parte dos alunos.

Em seguida, apresentam-se os roteiros turístico-pedagógicos organizados e realizados pelas escolas municipais selecionadas como amostra da pesquisa, nas cidades da Lapa e Castro, respectivamente, de acordo com a data das visitas, levando-se em consideração as características do público-alvo (alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental), os temas de interesse, a disponibilidade de tempo e recursos, entre outros.

3.2.1 Roteiro 1: Lapa

Data da visita: 04/10/2006

Local de saída e retorno: Escola Municipal Dr. Edgar Sponholz

Horário da saída: 08h00

Horário de retorno: 18h30

Grupo: 36 alunos, 03 professoras, 01 diretora da escola, 01 funcionária da escola, 01 guia de turismo.

De Ponta Grossa seguiu-se pela PR 151 até Palmeira, adentrando à esquerda na BR 277 e, em seguida, à direita pela PR 427, passando por Porto Amazonas até chegar à Lapa. No percurso puderam ser observados diversos aspectos, tais como a paisagem da região (vegetação, fauna, rios), o estilo das casas, a presença de fazendas e de algumas indústrias.

Na chegada ao trevo da Lapa, logo na entrada da cidade, os alunos observaram o **Monumento ao Tropeiro** (Figura 9).

Seguiu-se em direção à **Casa Vermelha** (Figura 10), onde há um centro de apoio aos visitantes. Lá foi realizada uma visita ao **Museu do Tropeiro** (Figura 11), no qual puderam ser observados instrumentos e algumas roupas doadas por ex-tropeiros (Figura 12), bem como o piso original e algumas paredes da casa mais antiga da cidade. Visitou-se também o Centro de Artesanato Aloísio Magalhães, no qual os alunos conheceram as peças produzidas pela comunidade local e adquiriram algumas lembranças da cidade.

Em seguida, partiu-se em direção à **Praça General Carneiro** (Figura 13), local onde ocorreu o auge da batalha e onde atualmente existe um busto de bronze em homenagem ao considerado herói da resistência na Revolução Federalista (Figura 14).

Em frente à praça encontra-se a **Igreja de Matriz de Santo Antônio** (Figura 15), na qual puderam ser observados o estilo de construção colonial português e, em seu interior, algumas imagens religiosas.

Do outro lado da praça localiza-se o **Theatro São João** (Figura 16). A visita a este atrativo infelizmente não pôde ser realizada, pois naquele dia estava ocorrendo a gravação de um filme.

Ao lado do teatro encontra-se o **Museu Histórico da Lapa** (Figura 17). Nele os alunos assistiram a um vídeo de aproximadamente doze minutos sobre a história da Revolução Federalista (Figura 18). Em seguida, realizaram uma visita guiada às dependências do museu, onde puderam observar vestimentas dos soldados, armas e objetos utilizados no combate, painéis explicativos e quadros que retratam esse importante fato da história do Paraná (Figura 19).

Próximo dali observou-se o prédio da **Prefeitura Municipal** (Figura 20), onde não há visitação turística.

Em seguida, o grupo dirigiu-se à **Casa de Câmara e Cadeia** (Figura 21). Lá, a guia local explicou detalhes da construção e do uso atual do prédio (Figura 22). Os alunos conheceram várias armas utilizadas em guerras (Figuras 23 e 24), algumas imagens de

batalhas (Figura 25) e dos combatentes da Revolução Federalista - os federalistas (maragatos)¹³ e os republicanos (pica-paus)¹⁴.

Retornou-se em direção ao **Memorial Ney Braga** (Figura 26). A guia explicou aos alunos quem foi esse importante político paranaense, mostrando sua história por meio de objetos pessoais, documentos e fotos ao lado de importantes personalidades.

Ao lado do Memorial situa-se a **Casa da Memória** (Figura 27). Antes de conhecer seu acervo, a guia local esclareceu ao grupo sobre o motivo pelo qual o lugar também é conhecido como Casa dos Cavalos Alados ou Casa dos Cavalinhos (Figuras 28, 29 e 30). Em seu interior puderam ser observados documentos históricos, como a réplica da Carta de Sesmaria da Lapa (Figura 31), uma coleção de livros raros, além de quadros, móveis e objetos antigos.

Finalizando o passeio pela manhã, visitou-se o **Pantheon dos Heroes** (Figuras 32 e 33), onde foi possível visualizar alguns canhões (Figura 34), bustos em bronze dos heróis da Revolução e diversas placas com nomes de soldados mortos em combate (Figura 35).

Por volta do meio dia, o grupo almoçou em um restaurante da cidade. Aos responsáveis pelo grupo foi servida a comida típica lapeana, de origem tropeira.

A programação vespertina foi iniciada com visita ao **Museu Casa Lacerda** (Figura 36). Logo na entrada, a guia local fez uma explanação sobre o processo que culminou na assinatura do termo de rendição da Lapa, realizada na sala de visitas desse imóvel (Figura 37), em 11/02/1894. Em seguida, contou a história da família Lacerda, conduzindo os alunos aos vários cômodos da casa, mobiliados segundo o modo de vida de uma família do século XIX (Figuras 38 e 39).

Posteriormente, no trajeto para o Parque Estadual do Monge, pôde ser observado o **Santuário de São Benedito**.

O último atrativo visitado foi a **Gruta do Monge** (Figura 40). O grupo dirigiu-se até o mirante, que apresenta uma bela vista panorâmica da região e, em seguida, percorreu a trilha que leva até a gruta, local de refúgio do Monge João Maria D'Agostinis, em 1847. Ainda no parque foi servido um lanche aos alunos, que aproveitaram o final do passeio. Em seguida, retornou-se a Ponta Grossa.

¹³ Foram os republicanos legalistas que deram aos revolucionários o nome pejorativo de “maragatos”, que podia designar “pessoa desqualificada” ou “castelhana”, atribuindo-lhes intentos mercenários e desordeiros. Mais tarde, a denominação passou, porém, a ser um epíteto honroso para os defensores da causa parlamentarista.

¹⁴ As tropas federais passaram a ser conhecidas por “pica-paus”, em razão do uniforme azul e do barrete vermelho. (SÊGA, 2005, p.97-98)



Figura 9 – Monumento ao Tropeiro

Fonte: acervo da autora



Figura 10 – Casa Vermelha

Fonte: acervo da autora

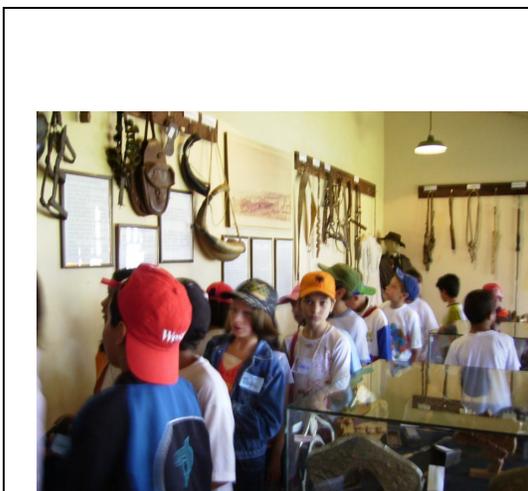


Figura 11 – Museu do Tropeiro

Fonte: acervo da autora



Figura 12 – Museu do Tropeiro (acervo)

Fonte: acervo da autora



Figura 13 – Praça General Carneiro

Fonte: acervo da autora



Figura 14 – Busto em homenagem ao General Carneiro

Fonte: acervo da autora



Figura 15 – Igreja Matriz de Santo Antônio
Fonte: acervo da autora



Figura 16 – Theatro São João
Fonte: acervo da autora



Figura 17 – Museu Histórico da Lapa
Fonte: acervo da autora



Figura 18 – Vídeo sobre Revolução Federalista
Fonte: acervo da autora



Figura 19 – Museu Histórico da Lapa (acervo)
Fonte: acervo da autora



Figura 20 – Prefeitura Municipal da Lapa
Fonte: acervo da autora





Figura 27 – Casa da Memória

Fonte: acervo da autora



Figura 28 – Grupo ouvindo explicações da guia

Fonte: acervo da autora



Figura 29 – Detalhe da fachada da Casa

Fonte: acervo da autora



Figura 30 – Aspecto externo da Casa

Fonte: acervo da autora



Figura 31 – Réplica da Carta de Sesmaria

Fonte: acervo da autora



Figura 32 – Pantheon dos Heróis

Fonte: acervo da autora



Figura 33 – Grupo reunido em frente ao
Pantheon dos Heroes

Fonte: acervo da autora



Figura 34 – Aspecto externo (canhão)

Fonte: acervo da autora



Figura 35 - Bustos e placas em homenagem aos
heróis da Revolução Federalista

Fonte: acervo da autora



Figura 36 – Museu Casa Lacerda

Fonte: acervo da autora



Figura 37 – Sala onde foi assinado o termo de
rendição da Lapa

Fonte: acervo da autora

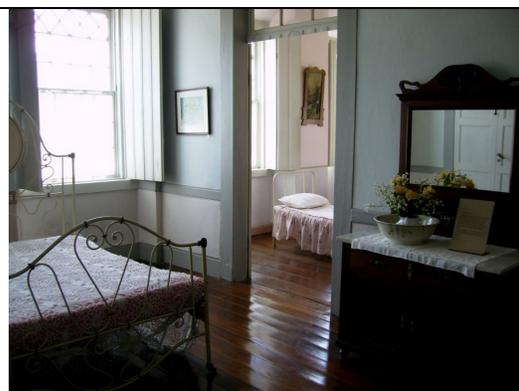
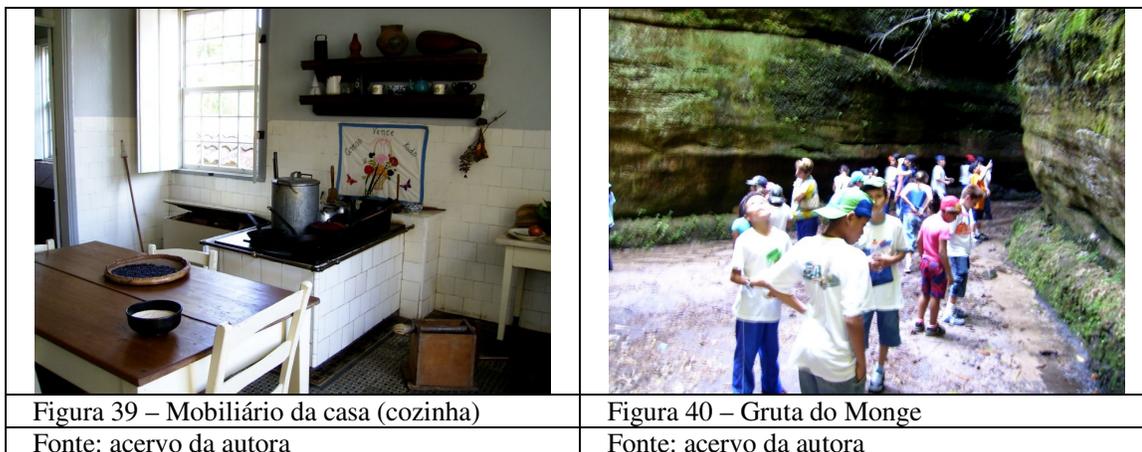


Figura 38 – Mobiliário da casa (quartos)

Fonte: acervo da autora



3.2.2 Roteiro 2: Castro

Data da visita: 10/11/2006

Local de saída e retorno: Escola Municipal Theodoro Batista Rosas

Horário da saída: 08h30

Horário de retorno: 18h00

Grupo: 38 alunos, 03 professoras, 01 diretora da escola, 01 pedagoga, 01 mãe de aluno.

De Ponta Grossa seguiu-se pela PR 151, passando por Carambeí e, em seguida, chegou-se à Castro. No percurso os alunos puderam observar aspectos da região, como a paisagem, o relevo, a flora e fauna, a presença de várias fazendas (agricultura e pecuária).

O primeiro atrativo visitado foi o **Museu do Tropeiro** (Figura 41). Lá, a guia local explicou aos alunos sobre como viviam esses viajantes, por meio de peças utilizadas durante os deslocamentos e nos pousos, como roupas, utensílios, montarias, mapas e documentos.

Em seguida, o grupo dirigiu-se à **Igreja Matriz de Sant'Anna** (Figura 42), onde puderam observar algumas esculturas, pinturas, mosaicos de vidros coloridos nas janelas (Figura 43), os lustres de cristal doados por D. Pedro II e o sino de bronze rachado ao anunciar o fim da Segunda Guerra Mundial.

Posteriormente, atravessaram a Praça Sant'Anna do Iapó (Figura 44), onde há uma estátua de bronze dessa santa.

Do outro lado da praça, visitaram a **Casa de Sinhara** (Figura 45), que reconstitui uma antiga casa de tropeiro, com atenção especial ao universo feminino do século XIX. O guia local conduziu os alunos pelos cômodos da casa, explicando sobre o modo de vida das mulheres daquela época, mostrando móveis, utensílios domésticos, objetos pessoais, roupas e retratos de algumas sinharas.

Próximo dali observaram a **Casa da Praça**, que infelizmente não pôde ser visitada por encontrar-se fechada naquela data.

Posteriormente, seguiram em direção ao **Morro do Cristo**. Entretanto, notou-se que devido à subida íngreme, o ônibus que transportava o grupo não conseguiria chegar ao topo; por isso, preferiram visitar o Parque Municipal Prefeito Dr. Ronie Cardoso ou **Parque Lacustre** (Figura 46), onde percorreram algumas trilhas e puderam observar algumas aves em meio à vegetação.

Em seguida, dirigiram-se ao Parque Municipal Dr. Libâneo E. Cardoso, mais conhecido como “**Prainha de Castro**” (Figura 47). Lá conheceram o Rio Iapó, que teve fundamental importância na história do município e do tropeirismo.

O almoço ocorreu em um restaurante tradicional da cidade. À tarde o grupo seguiu em direção à Colônia Castrolanda. O primeiro atrativo a ser visitado foi o **Museu do Imigrante Holandês** (Figura 48), réplica de uma casa dos primeiros imigrantes que vieram da Holanda. Além da arquitetura típica, os alunos puderam observar móveis e utensílios europeus trazidos pelos pioneiros (Figuras 49 e 50).

Dali partiram para o **Memorial da Imigração Holandesa** (Figura 51), no qual realizaram apenas visitação externa.

O último atrativo visitado foi a **Fazenda Capão Alto** (Figura 52). O guia local recebeu o grupo contando a história da fundação da fazenda e do município de Castro. Em seguida, conduziu os alunos ao interior da sede, explicando o estilo, detalhes da construção e as funções dos aposentos (Figuras 53, 54 e 55). Na área externa (Figura 56), conheceram o local onde os tropeiros faziam o pouso e realizaram uma trilha ecológica (Figura 57), onde puderam observar alguns animais da região e o tronco de um pinheiro de 36 metros (Figura 58), que, segundo o guia, tem a idade aproximada de 400 anos. Em seguida, retornou-se a Ponta Grossa.



Figura 41 – Museu do Tropeiro

Fonte: acervo da autora

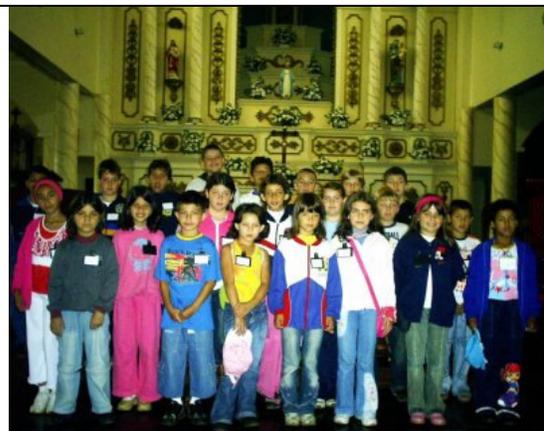


Figura 42 – Igreja Matriz de Sant'Anna

Fonte: acervo da autora

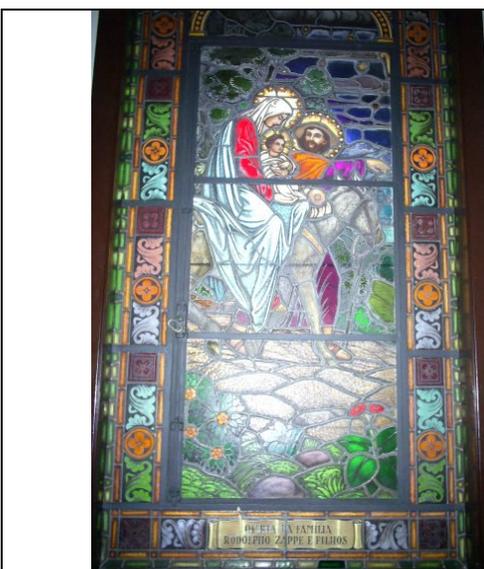


Figura 43 – Mosaico de vidros coloridos

Fonte: acervo da autora



Figura 44 – Praça Sant'Anna do Iapó

Fonte: acervo da autora



Figura 45 – Casa de Sinhara



Figura 46 – Parque Lacustre

Fonte: acervo da autora



Figura 47 – “Prainha” de Castro

Fonte: acervo da autora

Fonte: acervo da autora



Figura 48 – Museu do Imigrante Holandês

Fonte: acervo da autora



Figura 49 – Tamanco holandês (*klomp*)

Fonte: acervo da autora



Figura 50 – Artesanato típico holandês

Fonte: acervo da autora



Figura 51 – Memorial da Imigração Holandesa

Fonte: acervo da autora



Figura 52 – Fazenda Capão Alto

Fonte: acervo da autora



Figura 53 – Interior da sede da Fazenda

Fonte: acervo da autora



Figura 54 – Detalhe da construção

Fonte: acervo da autora



Figura 55 – Alunos brincando com sino

Fonte: acervo da autora



Figura 56 – Guia local brincando com aluno

Fonte: acervo da autora



Figura 57 – Trilha ecológica

Fonte: acervo da autora



Figura 58 – Interior do pinheiro

Fonte: acervo da autora

No capítulo a seguir, encontram-se os resultados da pesquisa de campo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 LAPA

4.1.1 Alunos

A primeira pergunta da folha de atividades aplicada aos alunos da Escola Municipal Dr. Edgar Sponholz, após a realização do roteiro turístico-pedagógico, tinha o propósito de dividi-los em dois grupos: alunos que visitaram a Lapa e alunos que não visitaram a referida cidade. Dos 36 estudantes que participaram da viagem, 34 estavam presentes em sala de aula no momento da pesquisa e responderam ao questionário, que também foi aplicado a outros 27 alunos que não realizaram a viagem. Para fins de comparação entre as respostas, esses valores foram convertidos em 100%.

A segunda pergunta indagava aos estudantes se conheciam a história da Lapa. Conforme ilustra o gráfico 1, 100% dos alunos que viajaram afirmaram conhecê-la. Dos alunos que não viajaram, 55,5% afirmaram não conhecer a história desse município e 44,5% afirmaram conhecê-la. Percebe-se, portanto, que apesar de todos os alunos pesquisados terem estudado sobre a história da Lapa no conteúdo visto em sala de aula, a maioria dos alunos que não viajaram declara não haver aprendido sobre ele.

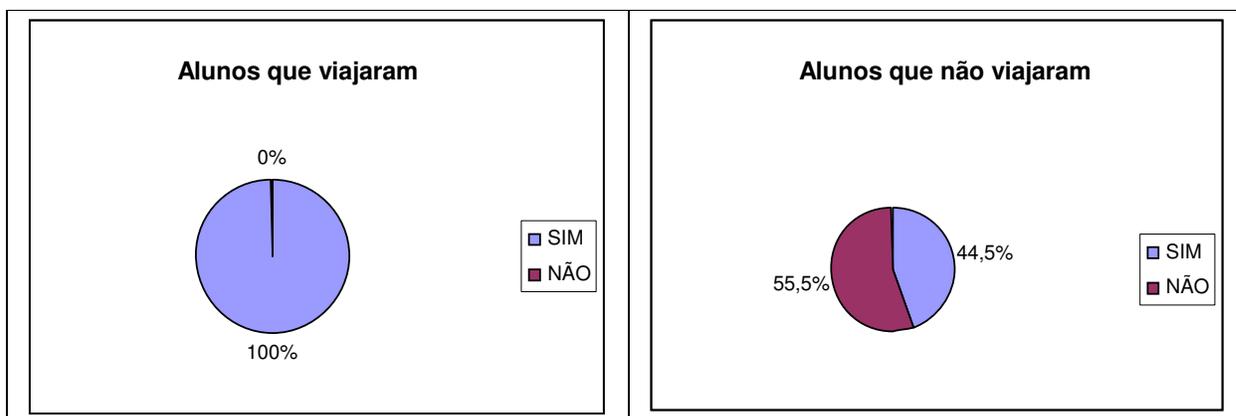


Gráfico 1 – Conhecimento sobre a história da Lapa
Fonte: pesquisa de campo

O gráfico 2 ilustra o terceiro exercício da folha de atividades, no qual é proposto aos discentes completarem uma frase relacionada ao tropeirismo com determinadas palavras citadas. Dentre os alunos que viajaram, 44,1% acertaram todas as palavras; 41,1% obtiveram 03 acertos e 14,8% obtiveram 02 acertos, não havendo índice de 01 acerto. Dentre os alunos que não viajaram, 40,8% acertaram todas as palavras; 29,6% obtiveram 03 acertos; 25,9% obtiveram 02 acertos e 3,7% obtiveram 01 acerto. Não houve respostas completamente erradas. Nota-se que o índice de acertos é maior entre os alunos que realizaram a viagem, pois no roteiro turístico-pedagógico foram visitados alguns atrativos relacionados diretamente ao tropeirismo, como o Museu do Tropeiro e o Monumento ao Tropeiro. Percebe-se, também, bom nível de acertos entre os alunos que não realizaram a visita à cidade.

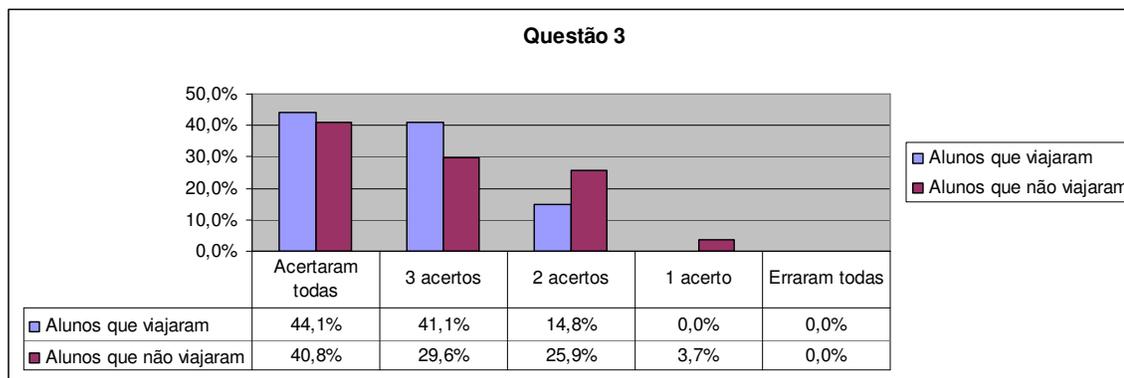


Gráfico 2 – Conhecimento sobre o tropeirismo (alunos que visitaram Lapa)

Fonte: pesquisa de campo

O quarto exercício proposto aos alunos era o de marcar verdadeiro ou falso em afirmações relacionadas à Revolução Federalista. De acordo com o gráfico 3, dentre os alunos que viajaram, 79,4% acertaram toda a questão; 11,8% obtiveram 03 acertos e 8,8% obtiveram 02 acertos, não havendo índices de 01 acerto e totalmente errado. Dentre os alunos que não foram viajar, 22,2% acertaram toda a questão; 22,2% obtiveram 03 acertos; 48,2% obtiveram 02 acertos; 3,7% obtiveram 01 acerto e 3,7% erraram toda a questão. Percebe-se que a grande maioria dos alunos que viajaram acertou completamente o exercício, já a maioria dos que não viajaram acertou a metade dele.

Apesar de todos os discentes pesquisados terem estudado sobre a história da Revolução Federalista em sala de aula, aqueles que realizaram o roteiro turístico-pedagógico

tiveram a oportunidade de conhecer lugares de memória desse acontecimento histórico, como a Praça General Carneiro, o Museu Histórico da Lapa, o Museu Casa Lacerda, a Casa de Câmara e Cadeia e o Pantheon dos Heroes, tornando a visita uma experiência rica em aprendizado.

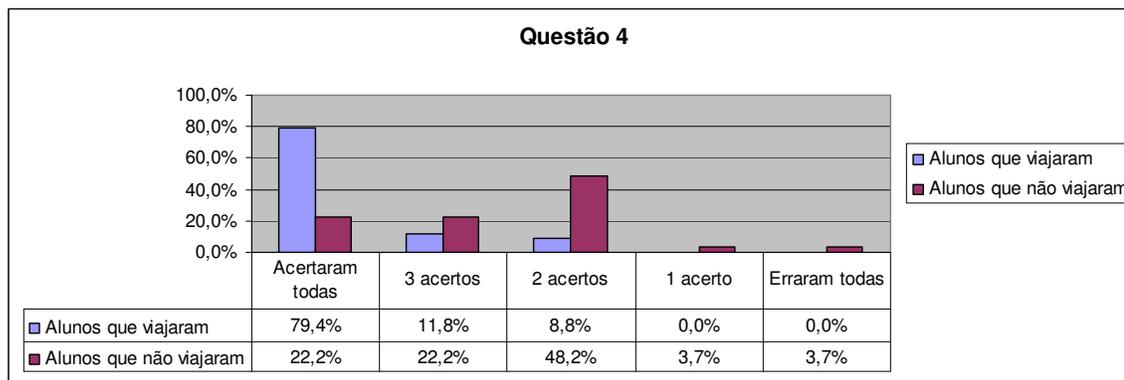


Gráfico 3 – Conhecimento sobre a Revolução Federalista

Fonte: pesquisa de campo

O gráfico 4 ilustra o quinto exercício proposto, ou seja, relacionar os atrativos turísticos a suas respectivas descrições. O intuito dessa atividade era de averiguar se o conteúdo aprendido durante a visita havia sido fixado pelos alunos que participaram do roteiro, e verificar se os alunos que não participaram tinham algum conhecimento dos atrativos turísticos da cidade. Os resultados foram os seguintes: dentre os alunos que viajaram, 79,4% acertaram toda a questão; 11,7% obtiveram 03 acertos; 5,9% obtiveram 02 acertos e 3,0% obtiveram 01 acerto, não havendo respostas totalmente erradas. Já dentre os que não viajaram, 3,8% acertaram toda a questão; 37% obtiveram 03 acertos; 11,1% obtiveram 02 acertos; 37% obtiveram 01 acerto e 11,1% erraram toda a questão.

Observa-se que a grande maioria dos alunos que realizaram o roteiro compreendeu o significado dos atrativos turísticos visitados, confirmando que a visita, além de lúdica proporcionou real aprendizagem. Entre os que não foram, as respostas indicam que existe algum conhecimento sobre os atrativos, adquirido, talvez, pelas informações repassadas pelos colegas e professoras que visitaram a cidade.

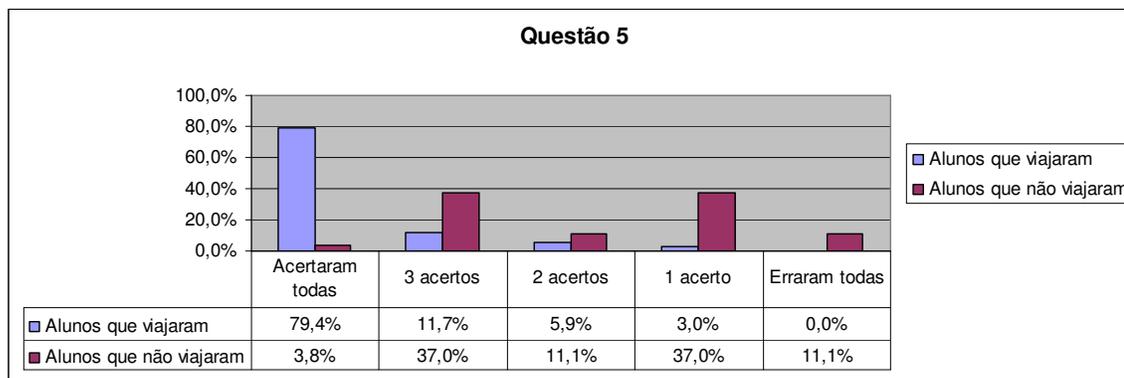


Gráfico 4 – Conhecimento sobre atrativos turísticos da Lapa

Fonte: pesquisa de campo

A sexta pergunta indagava aos alunos se visitar a cidade da Lapa ajuda a aprender mais sobre ela e por qual motivo. A Tabela 1 apresenta as respostas citadas pelos alunos que realizaram a visita, e a Tabela 2 mostra as respostas dos alunos que não visitaram a cidade:

Tabela 1 – Relação entre visita à Lapa e aprendizado sobre a cidade: alunos que realizaram a visita

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>Sim, porque foi divertido/legal</i>	08
<i>Sim, porque vendo aprende mais</i>	08
<i>Sim, porque é uma cidade histórica/antiga</i>	07
<i>Sim, porque tem vários museus e coisas antigas</i>	05
<i>Sim, porque aprende sobre a cultura/história da cidade</i>	02
<i>Sim, porque mostrava o que nós estudamos</i>	01
<i>Sim, para explicar aos colegas</i>	01
<i>Outras</i>	02
Total	34

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 2 - Relação entre visita à Lapa e aprendizado sobre a cidade: alunos que não realizaram a visita

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>Sim, porque quem foi aprendeu mais do que quem não foi</i>	07
<i>Sim, porque a gente ia aprender mais visitando a Lapa</i>	06
<i>Sim, para conhecer e aprender a história da Lapa</i>	04
<i>Sim, porque vendo aprende mais</i>	03
<i>Sim, porque daí a gente ia saber responder as perguntinhas</i>	02
<i>Sim, porque lá tem coisas antigas que ensinam bastante</i>	01
<i>Outras</i>	04
Total	27

Fonte: pesquisa de campo

Em geral, por meio da linguagem simples das crianças, percebe-se que aquelas que não puderam participar da visita acreditam que seus conhecimentos sobre o assunto são inferiores aos dos colegas que viajaram. Em contrapartida, estes expressam seu aprendizado de várias maneiras, enfatizando o aspecto lúdico do passeio, a importância da visualização do conteúdo estudado em sala de aula, a valorização da história e cultura da cidade, entre outros.

A sétima questão perguntava sobre a importância de se preservar os lugares históricos, com o objetivo de verificar o grau de conscientização dos alunos sobre a necessidade de preservação dos bens do patrimônio histórico e cultural. A Tabela 3 apresenta as respostas citadas pelos alunos que visitaram a Lapa, e a Tabela 4 mostra as respostas dos alunos que não visitaram a cidade.

Tabela 3 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que visitaram a Lapa

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>É importante preservar para outras pessoas conhecerem</i>	07
<i>É importante para saber coisas do passado</i>	06
<i>Sim, para deixar lembranças da cidade</i>	05
<i>Sim, já preservaram e a gente tem que ajudar</i>	05
<i>Sim, porque são lugares muito antigos</i>	03
<i>Sim, porque é importante</i>	03
<i>Sim, porque são lugares bonitos</i>	02
<i>Sim, porque são lugares onde os tropeiros passaram</i>	01
<i>Outras</i>	02
Total	34

Fonte: pesquisa de campo

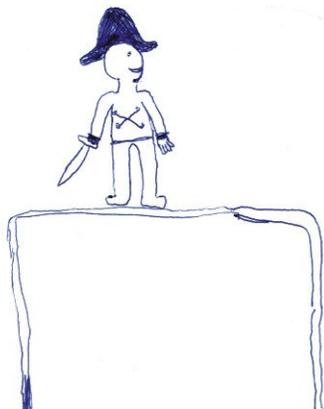
Tabela 4 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que não visitaram a Lapa

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>Sim, para aprender sobre o passado</i>	08
<i>Sim, porque lá aprendemos mais</i>	05
<i>Sim, para as pessoas poderem ver</i>	05
<i>Sim, porque são lugares bonitos</i>	03
<i>Não fui viajar, mas acho que é importante</i>	02
<i>Sim, porque fica marcado na memória</i>	01
<i>Outras</i>	03
Total	27

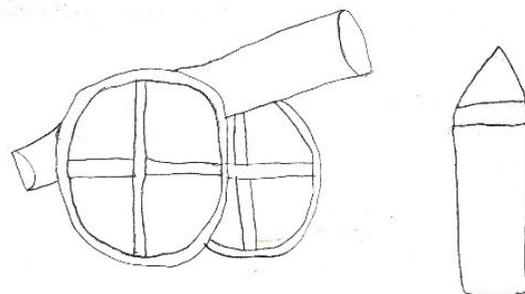
Fonte: pesquisa de campo

Ambos os grupos estão cientes da importância em preservar os lugares históricos. As respostas são semelhantes e enfatizam que esses locais, além de bonitos, ajudam a aprender sobre o passado e devem ser preservados para que outras pessoas possam conhecê-los. Essa questão merece destaque pelo fato de estimular nos educandos a reflexão sobre a valorização dos bens históricos e dos lugares de memória, contribuindo para que se tornem cidadãos e turistas conscientes.

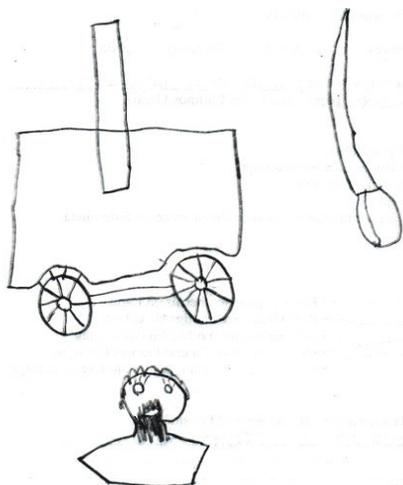
A última atividade proposta aos alunos era a de fazer um desenho sobre a Lapa no verso da folha. A maioria retratou armas e canhões, pelo fato de terem visto esses objetos em vários museus da cidade. Alguns desenharam ainda a Igreja Matriz, a Casa Vermelha, o Museu Casa Lacerda, a réplica da Carta de Sesmaria da cidade e a Gruta do Monge. Abaixo, observam-se alguns desenhos selecionados.



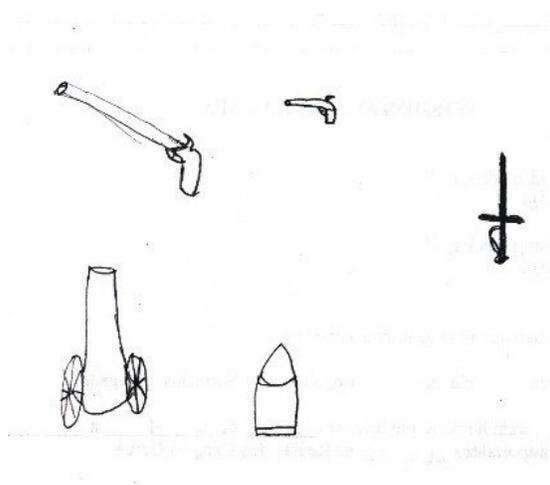
Aluna: Tatiana da Silva (3ª A)
Idade: 9 anos



Aluna: Thalya de Fátima dos Santos (3ª C)
Idade: 9 anos



Aluno: Cleverton de Souza (3ª A)
Idade: 9 anos



Aluno: Eduardo Lisboa (4ª A)
Idade: 10 anos

4.1.2 Professores

Aplicou-se, também, um questionário às professoras que acompanharam os alunos na visita à cidade. A primeira questão referia-se à descrição da experiência dos estudantes durante a realização do roteiro turístico-pedagógico. Dentre as respostas, as docentes citaram que primeiramente foi realizado um levantamento do que seria importante observar e analisar durante o passeio. No dia da visita, perceberam que houve maior interesse dos alunos ao estarem presentes em locais onde aconteceram fatos históricos do que em apenas estudá-los em sala de aula. A professora Marilene Neves Custódio complementa: *“a experiência dos alunos com o conteúdo estudado e a visão da realidade foi maravilhosa e gratificante”*.

A segunda pergunta questionava se a utilização de roteiros turístico-pedagógicos auxilia no processo de ensino-aprendizagem. As respostas foram afirmativas, demonstrando que os alunos participam de forma concreta na construção do conhecimento, vivenciam e entendem melhor o conteúdo visto em sala de aula, e que pessoas preparadas (guias de turismo) transmitem uma visão ampliada sobre o local visitado. Segundo a professora Bruna F. de Oliveira, *“além de promover uma aprendizagem mais lúdica, favorece a valorização do nosso Estado e cidades”*.

A terceira e última questão solicitava o apontamento de críticas e sugestões a respeito do roteiro realizado. Além de afirmarem que o roteiro foi interessante e muito enriquecedor, destacaram que houve colaboração por parte dos alunos em termos de disciplina e no desejo de constatar o que haviam aprendido no conteúdo escolar e sugeriram a realização de outros roteiros, cuja temática envolva a história do Paraná.

4.2 CASTRO

4.2.1 Alunos

A folha de atividades aplicada aos alunos da Escola Municipal Theodoro Batista Rosas, após a realização do roteiro turístico-pedagógico, seguiu o modelo utilizado na escola analisada anteriormente. A primeira pergunta dividia-os em dois grupos: alunos que visitaram

Castro e os que não visitaram o município. Dos 38 estudantes que participaram da viagem, 30 estavam presentes em sala de aula no momento da pesquisa e responderam ao questionário, que também foi aplicado a outros 22 alunos que não realizaram a viagem. Para fins de comparação entre as respostas, esses valores foram convertidos em 100%.

A segunda pergunta referia-se ao conhecimento sobre a história de Castro. De acordo com o gráfico 5, dos alunos que viajaram, 96,7% afirmaram conhecê-la e 3,3% afirmaram não conhecê-la. Entre os alunos que não viajaram, 81,8% afirmaram conhecer a referida história e 18,2% afirmaram não conhecê-la. Esses dados revelam duas situações: a) nem todos os alunos que visitaram Castro aprenderam sobre a história da cidade, mesmo após ouvirem explicações sobre o assunto durante a visita à Fazenda Capão Alto, indicando que esse conteúdo deveria ter sido mais abordado durante a realização do roteiro turístico-pedagógico; e b) a grande maioria dos alunos que não realizaram a visita aprendeu corretamente o conteúdo em sala de aula.

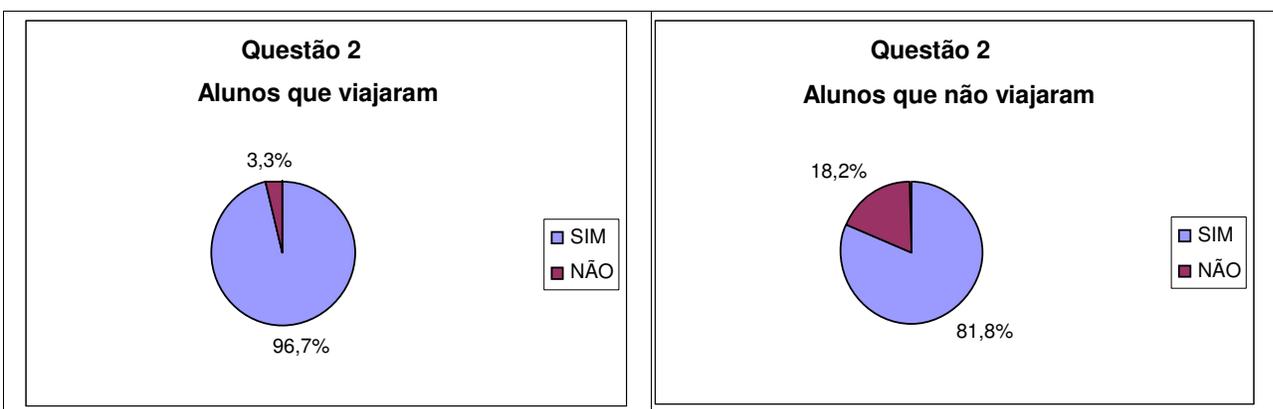


Gráfico 5 – Conhecimento sobre a história de Castro
Fonte: pesquisa de campo

O terceiro exercício solicita que os estudantes completassem uma frase relacionada ao tropeirismo com determinadas palavras citadas. Como ilustra o gráfico 6, dentre os alunos que viajaram, 83,3% acertaram todas as palavras; 6,7% obtiveram 03 acertos e 10% obtiveram 02 acertos, não havendo índices de 01 acerto e totalmente errado. Dos alunos que não viajaram, 36,4% acertaram todas as palavras; 31,8% obtiveram 03 acertos; 13,6% obtiveram 02 acertos e 18,2% obtiveram 01 acerto, não havendo respostas completamente erradas. Nota-se que o índice de acertos é muito superior entre os alunos que realizaram a viagem, pois, assim como na Lapa, no roteiro turístico-pedagógico realizado em Castro foram visitados atrativos

relacionados diretamente com a história do tropeirismo, como o Museu do Tropeiro, a Casa de Sinhara e a Fazenda Capão Alto.

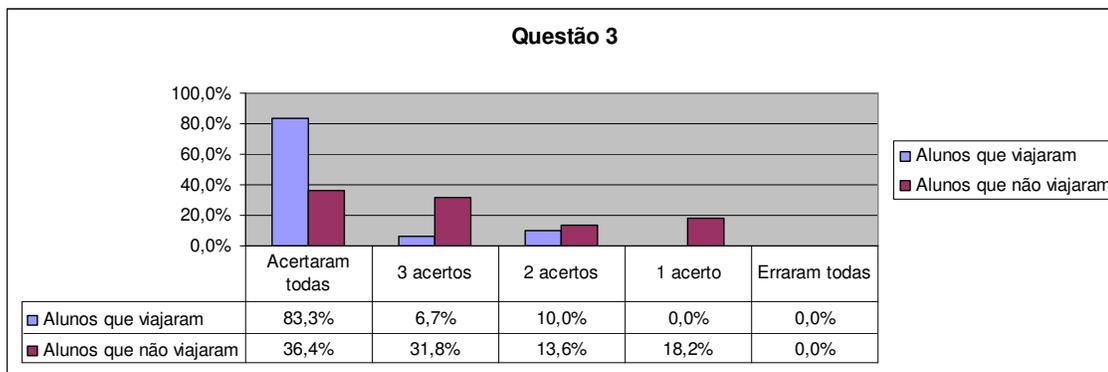


Gráfico 6 – Conhecimento sobre o tropeirismo (alunos que visitaram Castro)

Fonte: pesquisa de campo

A quarta questão indagava qual era o nome do rio que, quando alagava, obrigava os tropeiros a acamparem em Castro. O gráfico 7 ilustra que dentre os alunos que viajaram, 93,3% acertaram a questão e 6,7% a erraram. Dentre os alunos que não foram viajar, 59% acertaram a questão e 41% a erraram. Percebe-se que, mesmo visitando a “Prainha” de Castro e atravessando a ponte sobre o Rio Iapó, alguns alunos marcaram outras opções de respostas. Isso indica que esse conteúdo deveria ter sido mais enfatizado durante a visita ao local, aproveitando o momento para explicar sobre a história da formação do município (remete a segunda questão) e, posteriormente, reforçá-lo na visita à Fazenda Capão Alto.

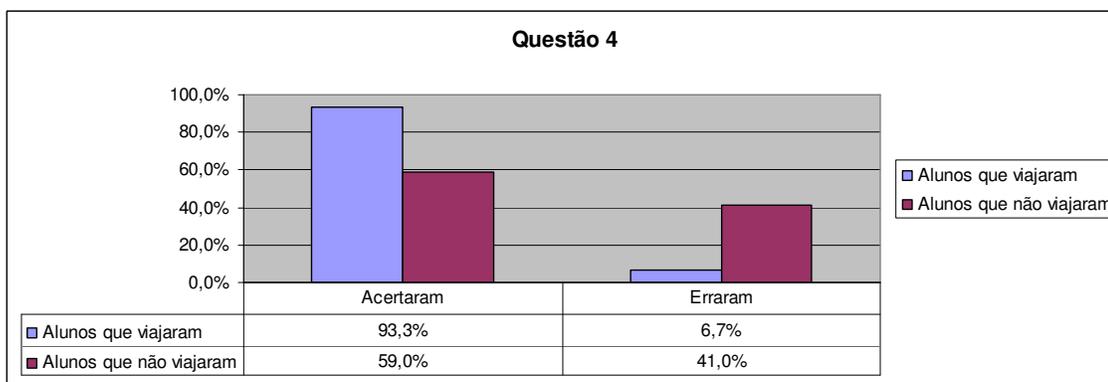


Gráfico 7 – Conhecimento sobre o Rio Iapó

Fonte: pesquisa de campo

O quinto exercício proposto aos alunos estava relacionado ao conhecimento sobre atrativos turísticos de Castro, com o intuito de averiguar se o conteúdo aprendido durante a visita foi compreendido pelos alunos que participaram do roteiro, e se os alunos que não participaram tinham algum conhecimento sobre esse assunto.

Como ilustra o gráfico 8, dentre os alunos que viajaram, 76,7% acertaram toda a questão; 10% obtiveram 03 acertos; 0% obteve 02 acertos; 10% obtiveram 01 acerto e 3,3% erraram toda a questão. Entre os que não viajaram, 13,6% acertaram toda a questão; 13,6% obtiveram 03 acertos; 9,1% obtiveram 02 acertos; 41% obtiveram 01 acerto e 22,7% erraram toda a questão.

Observa-se que a maioria dos alunos que realizaram o roteiro compreendeu o significado dos atrativos turísticos visitados, entretanto, para os que erraram completamente a questão, o objetivo de aprendizado não foi completamente alcançado, indicando que houve desatenção ou não compreensão das explicações recebidas. Entre os alunos que não viajaram, as respostas demonstram haver algum conhecimento sobre os atrativos.

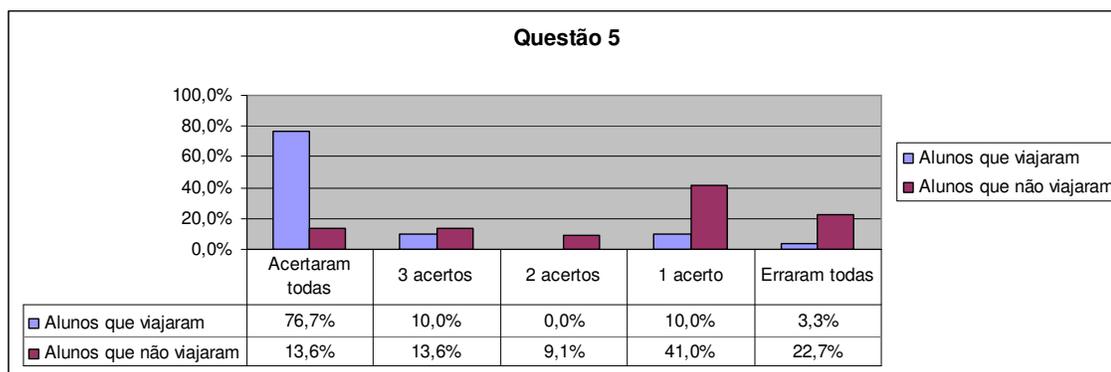


Gráfico 8 – Conhecimento sobre atrativos turísticos de Castro
Pesquisa de campo

A sexta pergunta indagava se visitar a cidade de Castro ajuda a aprender mais sobre ela e por qual motivo. A Tabela 5 apresenta as respostas citadas pelos alunos que visitaram a localidade, e a Tabela 6 mostra as respostas dos alunos que não realizaram a referida visita.

Tabela 5 – Relação entre visita a Castro e aprendizado sobre a cidade: alunos que realizaram a visita

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>Sim, porque ajuda a aprender mais sobre Castro</i>	12
<i>Sim, porque vimos os pontos turísticos da cidade</i>	03
<i>Sim, porque ajuda nos estudos</i>	02
<i>Sim, porque tem vários museus e coisas antigas</i>	02
<i>Sim, porque ajuda a aprender sobre os tropeiros</i>	02
<i>Sim, porque é importante aprender sobre outras cidades</i>	02
<i>Sim, porque é uma cidade histórica</i>	01
<i>Sim, porque foi muito interessante</i>	01
<i>Sim, para poder ensinar aos outros sobre Castro</i>	01
<i>Outras</i>	04
Total	30

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 6 - Relação entre visita a Castro e aprendizado sobre a cidade: alunos que não realizaram a visita

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>Sim, porque aprende mais sobre ela</i>	05
<i>Sim, porque é interessante de conhecer</i>	02
<i>Sim, porque é uma cidade com muitas coisas importantes</i>	02
<i>Sim, porque ela ensina muitas coisas</i>	01
<i>Sim, porque aprende sobre o turismo</i>	01
<i>Sim, porque é uma cidade cheia de histórias</i>	01
<i>Sim, porque ajuda a conhecer sobre os tropeiros</i>	01
<i>Eu gostei muito de saber sobre Castro</i>	01
<i>Porque é um lugar bom/legal/calmo</i>	03
<i>Não fui</i>	04
<i>Não respondeu</i>	01
Total	22

Fonte: pesquisa de campo

Apesar de boa parte dos alunos de ambos os grupos repetir a pergunta para responder a questão, houve algumas respostas interessantes. Dentre os estudantes que foram a Castro, percebe-se que a visita, além do caráter lúdico, auxilia nos estudos e ajuda a aprender sobre o tropeirismo, sendo considerada muito interessante. Já os que não foram, mencionaram que Castro é uma cidade interessante de conhecer, possui muitas coisas importantes, é repleta de histórias, além de ser um lugar agradável e tranquilo. Percebem-se, portanto, os diversos aspectos observados pelos alunos em relação aos benefícios desta atividade.

A sétima pergunta questiona a importância de se preservar os lugares históricos, a fim de verificar o grau de conscientização dos alunos. A Tabela 7 apresenta as respostas citadas

pelos alunos que visitaram Castro, e a Tabela 8 mostra as respostas dos alunos que não visitaram o município.

Tabela 7 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que visitaram Castro

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>É importante preservar para outras pessoas poderem conhecer</i>	07
<i>Sim, porque tem coisas muito interessantes</i>	06
<i>Sim, porque são coisas antigas/dos antepassados</i>	04
<i>Sim, porque são lugares bonitos</i>	03
<i>Sim, porque lá aprende mais sobre os tropeiros</i>	02
<i>Sim, porque se não preservar não será mais ponto turístico</i>	02
<i>Sim, porque é bom preservar</i>	01
<i>Sim, porque ajuda nos estudos</i>	01
<i>Porque são lugares importantes</i>	01
<i>Outras</i>	03
Total	30

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 8 – Importância da preservação dos lugares históricos: alunos que não visitaram Castro

<i>Respostas</i>	<i>Citações</i>
<i>Sim, para as pessoas poderem ver (filhos e netos)</i>	03
<i>Sim, porque ajuda a aprender as histórias</i>	03
<i>Sim, porque a gente pode ver tudo o que aconteceu antes</i>	03
<i>Sim, porque são lugares bonitos</i>	02
<i>Sim, porque a gente aprende mais</i>	02
<i>Sim, porque é uma lembrança do passado</i>	01
<i>Sim, porque se deixar sujo é feio</i>	01
<i>Sim, porque ajuda as outras crianças</i>	01
<i>Para lembrar quando a professora falar</i>	01
<i>Não respondeu</i>	02
<i>Outras</i>	03
Total	22

Fonte: pesquisa de campo

Observa-se que os alunos estão conscientes sobre a importância da preservação dos lugares históricos. As respostas mais citadas em ambos os grupos enfatizam a necessidade de preservar esses locais para que outras pessoas possam conhecê-los, entre elas seus filhos e netos. Entre os que realizaram a visita, alguns citaram que esses lugares possuem coisas interessantes e antigas, são bonitos, importantes, auxiliam na aprendizagem e devem ser preservados para que continuem sendo pontos turísticos. Entre os alunos que não viajaram,

alguns citaram que esses lugares ajudam a aprender sobre histórias e fatos que ocorreram anteriormente, são lembranças do passado, havendo ainda preocupação com a questão da limpeza dos mesmos.

Durante a visita a determinados atrativos, os alunos divertiram-se com a utilização de pantufas, exigidas para fins de conservação das características originais do piso de algumas construções históricas. Percebe-se que, por meio de atitudes como essa, é despertado nos educandos o reconhecimento sobre a importância dos bens patrimoniais e a responsabilidade coletiva pela sua preservação.

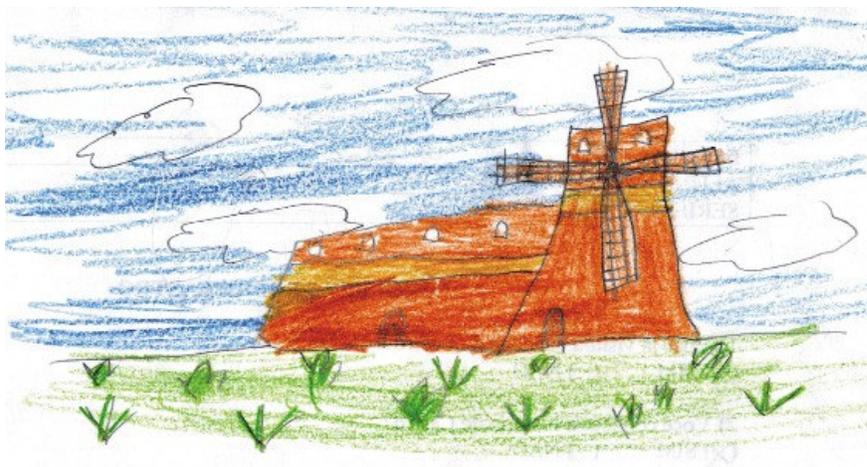
A última atividade proposta aos alunos era a de fazer um desenho sobre Castro. Como tiveram mais tempo para desenvolvê-la que os da outra escola, o resultado foi surpreendente: desenhos coloridos, ricos em detalhes, retratando diversos atrativos e aspectos observados durante o roteiro, como a Igreja Matriz de Sant'Anna, o Memorial da Imigração Holandesa, o Morro do Cristo, a "Prainha" e a ponte sobre o Rio Iapó, a Fazenda Capão Alto, o Museu do Tropeiro, os animais do Parque Lacustre, etc. As crianças que não puderam visitar a cidade usaram a imaginação para representá-la, desenhando, principalmente, os tropeiros e suas mulas. A seguir, observam-se alguns desenhos selecionados.



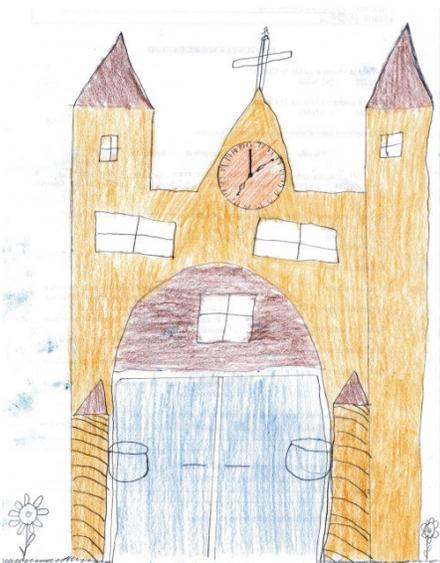
Aluna: Cassiane (1º ano do 2º ciclo C)
Idade: 9 anos



Aluna: Camila Cardoso Costa (1º ano do 2º ciclo A)
Idade: 9 anos



Aluno: Gabriel Ângelo Bittencourt Moreira (1º ano do 2º ciclo A)
Idade: 9 anos



Aluno: Marcelo Pach (1º ano do 2º ciclo A)
Idade: 9 anos



Aluno: Luan H. Pereira (1º ano do 2º ciclo C)
Idade: 9 anos

4.2.2 Professores

Seguiu-se o mesmo modelo do questionário aplicado aos professores no item 4.1.2. Sobre a experiência dos alunos durante a realização do roteiro turístico-pedagógico, as docentes responderam que foi muito proveitoso, pois os estudantes, além de assimilarem

melhor o conteúdo ao compararem a fala da professora com as explicações dadas durante o passeio, ficaram impressionados com o que viram, por saberem que tudo aquilo aconteceu com pessoas de outras épocas. Segundo a professora Jucionari Cristina Ribeiro Suliani, *“todo passeio deve ter um roteiro e um objetivo, e o nosso foi satisfatório, pois os alunos puderam ver os aspectos históricos, geográficos e sociais estudados em sala de aula, a teoria com a prática”*.

Questionadas se a utilização de roteiros turístico-pedagógicos auxilia no processo de ensino-aprendizagem, responderam afirmativamente, enfatizando a importância de os alunos verem e vivenciarem o conteúdo. Nas palavras da professora Caroline Eurich, *“a proximidade com a realidade acrescenta muito mais à experiência de vida dos educandos e os faz terem muito mais interesse sobre o assunto”*.

Sobre as críticas e sugestões a respeito do roteiro realizado, as docentes disseram que foi agradável, organizado e apropriado, pois permitiu conhecerem o que havia de mais significativo na cidade de Castro, além de incitar a retornarem em outras oportunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, apresentados no capítulo anterior, foi possível descobrir novas e interessantes perspectivas, as quais contribuem para ampliar a discussão sobre a temática em questão.

Ao comparar as respostas dos alunos de ambas as escolas pesquisadas, constatou-se que o estudo *in loco*, por meio do Turismo Pedagógico, aumentou o nível de conhecimento dos mesmos sobre a história da localidade estudada. Isso ficou evidente principalmente no caso da Lapa, indicando que o aprendizado obtido sobre o assunto em sala de aula foi ampliado após a realização da visita ao município.

Outro aspecto observado foi a necessidade de enfatizar aos estudantes sobre o processo que culminou na formação das localidades visitadas, pois se encontra intrinsecamente ligado à formação da região dos Campos Gerais. Esse entendimento é importante, pois estimula a identificação dos alunos com o espaço onde estão inseridos, e a oportunidade de entenderem seu passado, resgatando assim suas referências históricas, que os remetem às suas identidades individuais e coletivas.

Ao longo do estudo, destacou-se a influência do tropeirismo no legado cultural da população regional. Nesse sentido, a visita a Castro foi muito proveitosa, devido ao fato de no município haver grande quantidade de atrativos turísticos relacionados diretamente a esta temática, nos quais os alunos puderam observar objetos de uso cotidiano, equipamentos, móveis e utensílios utilizados pelos tropeiros e suas famílias, além de ouvirem histórias sobre aquela época.

É fundamental aos educandos a compreensão dos seus antepassados: quem eram eles, como viviam, como percebiam o mundo, como trabalhavam, como se vestiam e como se relacionavam. O conhecimento sobre o “outro” possibilita reconhecer diferentes formas de viver, aprender histórias e culturas distintas, em tempos e espaços diversos. Dessa maneira, aumenta a consciência do estudante sobre si mesmo, à medida que compara situações e estabelece relações entre elas.

Percebeu-se, ainda, que a oportunidade de visualizar o patrimônio edificado e a riqueza de objetos em seu interior, o fato de ouvir explicações sobre épocas anteriores e a sensação de estar presente em lugares onde ocorreram fatos importantes do passado enriquece sobremaneira o aprendizado dos alunos. Além de torná-lo mais lúdico, também envolve os

diversos sentidos do ser humano, bem como aspectos afetivos, emocionais e cognitivos, contribuindo para o processo de transformação do conhecimento em saber.

Em tempos de globalização, o saber não é apenas o acúmulo de informações, mas um conjunto de capacidades adquiridas e desenvolvidas dentro e fora da escola, que tornam o aluno apto a enfrentar os desafios da vida.

Além disso, verificou-se que quanto mais rica for a experiência vivida no momento da aquisição do conhecimento, maior é a possibilidade de compreendê-lo e de conservá-lo, pois a aprendizagem torna-se mais rápida e duradoura se for agradável e prazerosa.

Entretanto, sabe-se que, durante muitos séculos, o modelo tradicional de ensino baseou-se no paradigma de que o professor era o detentor exclusivo do conhecimento, e o transmitia aos alunos, que se constituíam em meros expectadores nesse processo.

Com o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação e, posteriormente, da informática, a escola deixou de ser o único espaço de disseminação do saber. A grande quantidade de informações disponíveis e de estímulos recebidos pelos educandos acaba gerando falta de atenção, desinteresse e, muitas vezes, indisciplina em sala de aula, tornando evidente que somente a prática de aulas expositivas já não consegue atingir completamente os objetivos propostos.

Ao docente cabe, então, o desafio de mudar sua postura diante dessa nova realidade, compreendendo que o aprendizado transcende a sala de aula e, até mesmo, a escola, e, por isso, exige ações criativas e dinâmicas, nas quais o aluno seja estimulado a interagir com o meio onde está inserido.

Nesse sentido, a visita aos atrativos turísticos dos municípios pesquisados veio ao encontro dessa proposta, por proporcionar melhor entendimento do conteúdo previamente estudado, aliado a momentos de descontração e sociabilização, rompendo com a monotonia das aulas ministradas em classe. O resultado desse contato com contextos vivos e dinâmicos da realidade se refletiu na maior porcentagem de respostas corretas pelos alunos que participaram da atividade.

Da mesma forma, comprovou-se que os roteiros turístico-pedagógicos são ferramentas eficazes para a compreensão do patrimônio histórico-cultural dos municípios visitados. Ao utilizar os atrativos turísticos como elementos que transmitem a história local foi possível informar aos alunos aquilo que se apreende da construção original dessas localidades.

Por meio da identificação dos diferentes tipos de habitações antigas ainda existentes, dos estilos arquitetônicos utilizados, das diversas mudanças ocorridas no espaço, das manifestações culturais e artísticas da população é possível conhecer a evolução, o

desenvolvimento e as transformações sofridas durante o tempo em determinado lugar e sociedade.

As relações e comparações entre o passado e o presente ampliam a capacidade dos alunos de observar seu entorno e permitem uma compreensão maior de sua própria realidade.

A visita aos atrativos turísticos também auxiliou na sensibilização para a questão da preservação do patrimônio. Os alunos compreenderam que algumas condutas são necessárias para reduzir as interferências prejudiciais aos lugares de uso coletivo, e que também são responsáveis pela conservação e valorização das riquezas culturais e naturais visitadas. Incentivar o respeito ao patrimônio público, desde a idade escolar, transmite valores para a formação de cidadãos e futuros turistas conscientes.

Na opinião das professoras que participaram da atividade, o contato direto com o objeto de estudo e a oportunidade de os alunos verem e vivenciarem o que já conheciam por meio de livros facilitou o processo de aprendizagem e implicou em maior interesse pelo estudo. Para elas, os roteiros turístico-pedagógicos são muito proveitosos, por contribuírem para melhor assimilação do conteúdo, favorecerem uma participação ativa na elaboração de conhecimentos, além de incentivarem a valorização da história e da cultura das localidades visitadas.

Nesse contato com a fonte de informações podem ser criadas oportunidades para que os alunos confrontem o que já sabiam com o que a realidade apresenta. Nesse sentido, o que se observa instiga os educandos a compreenderem a diversidade de interpretações sobre uma mesma realidade e a organizarem suas próprias conclusões a respeito de determinado assunto.

É gratificante e significativo, para o docente e seus alunos, trabalhos que envolvam saídas da sala de aula ou mesmo da escola. Essas situações são geralmente lúdicas e representam oportunidades especiais para todos se colocarem diante de situações didáticas diferentes daquelas a que estão habituados no dia-a-dia. Estimulam, também, a sociabilização e a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais, com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo.

Ademais, constitui-se em uma experiência, muitas vezes única, para que os alunos provenientes de famílias de baixa renda possam conhecer melhor a região onde vivem.

Entretanto, essas saídas não se relacionam à simples obtenção de informações fora do ambiente escolar, e, sim, envolvem uma metodologia de pesquisa e de organização de novos saberes, que requer atividades anteriores à visita, como o levantamento de questões a serem investigadas, observações em campo, interpretação e análise dos dados.

Depois de concluída a atividade, recomenda-se que professores e alunos organizem e compartilhem as informações obtidas com outras pessoas, por meio de exposições, mostras, palestras, entre outras. É importante destacar que esse trabalho anterior e posterior à realização das visitas foi feito em ambas as escolas pesquisadas, no entanto, a pesquisadora não obteve acesso ao mesmo por ter sido executado em classe, durante o período letivo.

Além de devidamente planejadas e organizadas, as saídas deveriam ocorrer no momento considerado mais adequado, no qual professores e alunos estejam desenvolvendo, em aula, temas relacionados a determinado local.

Todavia, o fato de haver grande quantidade de escolas a serem atendidas pelo ônibus da Prefeitura de Ponta Grossa que faria o transporte até os destinos selecionados, a Secretaria Municipal de Educação precisou realizar um sorteio e estabelecer um cronograma para que todas pudessem ser assistidas. Dessa forma, as professoras responsáveis pelas turmas que participariam da atividade tiveram que adequar o conteúdo ministrado em sala de aula ao calendário escolar e, ao mesmo tempo, às datas estipuladas para o passeio.

Quanto à elaboração dos roteiros turístico-pedagógicos, as escolas pesquisadas o fizeram de acordo com os objetivos de ensino-aprendizagem propostos aos alunos dos ciclos que realizariam as saídas.

No caso do roteiro à Lapa, o acompanhamento de uma guia de turismo, desde a saída da escola até o retorno à mesma, conferiu caráter mais técnico e trouxe maior dinamismo à atividade, pois sua experiência profissional lhe permitiu conduzir o grupo de forma assertiva.

O passeio transcorreu de forma organizada. Foram visitados os principais atrativos turísticos do município, com exceção do Theatro São João, que se encontrava fechado. Houve, inclusive, colaboração por parte das mães dos alunos, que prepararam o lanche servido antes do retorno a Ponta Grossa.

Considerando o público-alvo (alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental), o conteúdo abordado em sala de aula e a análise dos resultados da pesquisa, o roteiro turístico-pedagógico realizado pela Escola Mul. Dr. Edgar Sponholz atingiu amplamente os objetivos propostos.

Já na visita a Castro, a professora que elaborou o roteiro e conduziu o grupo possuía a experiência de organização dessa atividade em anos anteriores. Contudo, o passeio teve caráter mais turístico, pois alguns atrativos histórico-culturais importantes não foram visitados (ANEXO A), como a Casa da Praça, a Casa de Cultura e o Teatro Bento Mossurunga.

Na impossibilidade de o ônibus que transportava o grupo subir o Morro do Cristo, optou-se pela visita a dois parques públicos: o Parque Municipal Dr. Libâneo E. Cardoso,

mais conhecido como “Prainha” e o Parque Municipal Prefeito Dr. Ronie Cardoso, também chamado de Parque Lacustre. A ida ao último local não agregou novos conhecimentos aos alunos, por ser considerado apenas uma área de lazer para a população castrense.

Da mesma forma, não conheceram o interior do Memorial da Imigração Holandesa, localizado na Colônia Castrolanda. A visita aos cinco andares do moinho é acompanhada de um guia local, que mostra a cultura dessa etnia por meio de trajes típicos, objetos, fotos, mapas e alguns instrumentos curiosos, como o realejo. Além disso, é apresentado um vídeo de aproximadamente quinze minutos sobre a história da imigração holandesa. Na parte superior, os visitantes ouvem explicações e observam o funcionamento do moinho.

O resultado da pesquisa feita junto aos alunos que participaram do roteiro turístico-pedagógico realizado pela Escola Mul. Theodoro Batista Rosas foi satisfatório, todavia, sugerem-se algumas mudanças que poderão contribuir para melhor desempenho dessa atividade futuramente.

Segundo a classificação dos atrativos histórico-culturais de Castro, indicada no Quadro 3 do item 2.4.2 deste trabalho, a proposta de roteiro percorreria os seguintes pontos turísticos, de acordo com a distribuição espacial dos mesmos no município (ANEXO B):

- a) Museu do Tropeiro;
- b) Igreja Matriz de Sant'Anna;
- c) Casa de Sinhara;
- d) Casa da Praça;
- e) Prainha - Rio Iapó;
- f) Casa de Cultura Emília Erichsen;
- g) Teatro Bento Mossurunga;
- h) Museu da Imigração Holandesa;
- i) Memorial da Imigração Holandesa;
- j) Fazenda Capão Alto.

Se houver interesse em visitar o Museu do Imigrante Alemão e a Igreja de Santa Terezinha, terá que ocorrer em outra ocasião, pois esses atrativos localizam-se na Colônia Terra Nova, distante dos demais pontos turísticos citados.

Quanto à visita à Lapa, existe apenas uma ressalva em relação ao roteiro previamente elaborado: a inclusão do Santuário de São Benedito (ANEXO C), se houver tempo disponível no decorrer do passeio. De acordo com a classificação dos atrativos histórico-culturais do

município, indicada no Quadro 4 do item 2.4.2, seguir-se-ia a ordem relacionada abaixo, de acordo com a distribuição espacial dos mesmos na localidade (ANEXO D):

- a) Monumento ao Tropeiro;
- b) Casa Vermelha (Museu do Tropeiro);
- c) Igreja Matriz de Santo Antônio;
- d) Theatro São João;
- e) Museu Histórico da Lapa;
- f) Memorial Ney Braga;
- g) Casa da Memória;
- h) Pantheon dos Heroes;
- i) Museu Casa Lacerda;
- j) Casa de Câmara e Cadeia;
- k) Santuário de São Benedito;
- l) Gruta do Monge.

Dessa forma, esta pesquisa responde ao problema anteriormente formulado. Os roteiros turístico-pedagógicos são ferramentas eficazes para apresentar o patrimônio histórico-cultural de localidades dos Campos Gerais para alunos do ensino fundamental da região, por meio de viagens técnico-turísticas nas quais o entendimento, a conscientização e a valorização da identidade cultural regional estejam inseridas dentro de uma proposta pedagógica ampla e diversificada.

O objetivo geral do estudo foi alcançado: analisou-se a viabilidade técnica, operacional e educativa da utilização de roteiros turístico-pedagógicos voltados à visita aos bens patrimoniais histórico-culturais dos municípios de Castro e Lapa, escolhidos como objeto de estudo, como elemento potencial para o desenvolvimento do Turismo Pedagógico na região dos Campos Gerais.

Destarte, os objetivos específicos também foram atingidos. Contextualizou-se histórica e geograficamente a região e os municípios em questão. Identificaram-se os atrativos mais significativos que compõem seu patrimônio histórico-cultural. Propuseram-se roteiros turístico-pedagógicos para serem praticados por estudantes do ensino fundamental nessas localidades.

Como sugestões de temas para futuras pesquisas apresentam-se os relacionados à correlação entre espaço/cultura/educação. Sendo o próprio meio educativo em si mesmo, a viagem um recurso para o ensino, e os Campos Gerais um lugar de história e cultura, sugere-

se a elaboração de roteiros turístico-pedagógicos a serem realizados em outros municípios da região e, até mesmo, do próprio Estado ou do País.

A principal dificuldade encontrada no decorrer deste estudo foi a falta de interesse da maioria das escolas em conhecer e valorizar a região onde se encontram inseridas. Grande parte optou pela visita à Capital e ao litoral do Paraná.

Entretanto, independentemente do destino escolhido, o Turismo Pedagógico ou “o viajar para aprender” apresenta-se como alternativa eficaz para agregar conhecimentos aos estudantes, facilitar o processo de aprendizado e permitir ao aluno adquirir conhecimentos de forma direta, por meio do contato com a realidade, possibilitando vivenciar a teoria na prática.

Enfim, de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é resistente a mudanças. O desafio, portanto, está lançado.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Administración del turismo**: conceptualización y organización. México: Trillas, 1991.

ALMEIDA, S. A. P de. **Desenvolvimento regional do turismo em áreas com potencial cultural e natural**: gestão compartilhada na Micro-região Sul dos Campos Gerais – PR. 294 p. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú, 2004.

ANDRIOLO, A.; FAUSTINO, E. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo**: desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.

ANSARAH, M. G. dos R. **Turismo**: segmentação de mercado. São Paulo: Futura, 1999.

ARTIGAS, A. Turismo educativo em Curitiba. In: **Cadernos de Pesquisa Turismo**. Faculdades Integradas Curitiba, 2002.

AZEVEDO, J. Enraização de propostas turísticas. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BALHANA, A. P. et alii. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba : UFPR, 1968.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. O grand tour revisitado. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.) **Turismo com ética**. 2. ed. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2003. (Coleção Turismo)

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

_____. _____. 8.ed. São Paulo: Senac, 2003.

BORBA, A.M. de.; LUZ, S. P. da. (Coord.). **Formação continuada para docentes do ensino superior:** apontamentos para novas alternativas pedagógicas. Itajaí: UNIVALI, 2002. (Cadernos de ensino).

BRASIL. **Constituição (1988)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 dez. 1996.

CAMARGO, H. L. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In: TRIGO, L. G. G. (Org.) **Turismo:** como aprender, como ensinar, 1. 2.ed. São Paulo: Senac, 2001.

_____. **Turismo e patrimônio cultural no Brasil:** impasses para a construção de uma “metodologia nacional” para o inventário de atrativos culturais. In: Resumo do Seminário I Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – Unibero. São Paulo: Aleph, 2001.

_____. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção Turismo).

CAMARGO, P. Turismo na escola. In: OLIVEIRA, S.; CAMARGO, P.; CRUZ, G. da; SZELIÁNSZKY, E. **Ensaio Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2004.

CASCINO, F. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COUSINET, R. **A formação do educador e a pedagogia da aprendizagem**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1974.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion>>. Acesso em: 10 de nov. 2005.

DITZEL, C. de H. M.; LAMB, R. E. **Ocupação dos Campos Gerais**. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion>>. Acesso em 10 de nov. 2005.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

FELTRAN, R. C. de S.; FELTRAN FILHO, A. Estudo do Meio. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas: Papirus, 1991.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FUSTER, L. F. **Introducción a la teoria y técnica del turismo**. Madrid: Alianza, 1985.

GASTAL, S. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: _____. **Turismo: investigação crítica**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo).

GIARETTA, M. J. **Turismo da juventude**. Barueri, SP: Manole, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIA ROTA DOS TROPEIROS, 2005. **História-Cultura, Fé-Misticismo, Natureza-Aventura, Saúde-Bem Estar**. 4.ed. Curitiba: Paraná Turismo, 2005.

Haidt, R. C. C. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 1995.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional**. São Paulo: DIFEL, 1962.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 de nov. 2005.

ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL OF SITES AND MONUMENTS. **Tourism at world heritage cultural sites: the site manager's handbook**. 2.ed. US/ICOMOS: Washington-DC, 1994.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Banco "Atlas_BR". São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2003. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/bancos.spr.html>>. Acesso em: 12 fev. 2007

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 19 de abr. 2006.

JORGE, M. A. P. **O caminho das tropas na região dos Campos Gerais: uma proposta de turismo cultural**. 157 p. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú, 2002.

LAGE, B.; MILONE, P. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIBEDINSKY, M. Os museus e as escolas: da visita turística à visita de descoberta. In: LITWIN, E. (Org.) **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LITWIN, E. (Org.) **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MAACK, R. **Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná**. Curitiba: Arquivos de Biologia e Tecnologia, v. II, p.102-200, 1948.

MAIA, T.; MAIA, T. R. C. **O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro / Taubaté: MEC-SEC, Funarte, Universidade de Taubaté, 1981.

MARINHO, A.; GÁSPARI, J. C. de. Turismo de aventura e educação: desafios e conquistas de espaços. In: **Turismo Visão e Ação**. Itajaí: UNIVALI, v. 5, n. 1, jan./abr. 2003.

MARTINS, C. (Org.) **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MENESES, J. N. C. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENEZES, U. B. de. **Os usos culturais da cultura**. In: Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOLETTA, V. B. F. **Turismo estudantil**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2003. (Série Desenvolvendo o Turismo, 11).

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2001.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

NORA, P. Entre memória e história. In: **Projeto de História**. São Paulo, n.10, p.6-39 dez.1993.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PARO, V. H. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, L. H. (Org.) **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREIRA, M. R. de MELLO (Org.) **Posturas municipais – Paraná, 1829 a 1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. (Série Monumenta).

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papyrus, 1993.

PERNIGOTTI, J. M. [et al.] **Aceleração da aprendizagem**: ensaios para transformar a escola. Porto Alegre: Mediação, 1999.

PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2002.

PIZA, D. de T. Experiências precursoras do turismo pedagógico no Brasil: um depoimento pessoal. In: **Turismo em Análise**. São Paulo: ECA/USP, v. 3, n. 1., 1992.

RAMOS, A. G.; FERNÁNDEZ, G. Turismo cultural e de sol e praia: complementaridade no sudeste bonaerense – Argentina. In: **Turismo Visão e Ação**. Itajaí: UNIVALI, v. 7, n. 2, maio/ago.2005.

REBELO, S. M. Plano municipal de educação turística – PMET: um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico. In: **Turismo Visão e Ação**. Itajaí: UNIVALI, v. 1, n. 2., out.1998/mar.1999.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARY, P. P.; PINSKY, J. (Org.) **Turismo e patrimônio cultural**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo).

RUSSIO, W. In: **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. (Org.) Antônio Augusto Arantes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAMPAIO, R. M. W. F. A aula-passeio transformando-se em aula de descobertas. In: ELIAS, M. del C. (Org.). **Pedagogia Freinet**: teoria e prática. São Paulo: Papyrus, 1996. (Coleção Práxis).

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, M. H. M. B. dos; SANTOS, R. I. C. dos. Do clientelismo à democracia: a importância da política de turismo cultural para a formação de sociedades sustentáveis. In: **Turismo Visão e Ação**. Itajaí: UNIVALI, v. 7, n. 3., set./dez. 2005.

SÊGA, R. A. **Tempos belicosos**: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907). Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEFET-PR, 2005.

SIQUEIRA, M. M.; ORNELAS, R. dos S. **Viagem a serviço da escola: a concepção de turismo pedagógico pelas agências de turismo do Brasil.** São Paulo: ECA/USP, 2005. (Monografia).

SPÍNOLA DA HORA, A. S; CAVALCANTI, K. B. Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar. In: REJOWSKI, M.; KRAMER, B. (Orgs.). **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão.** São Paulo: Atlas, 2003.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor turista.** São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo).

VALENTE, F. J.; CURY, R. M. Transporte aéreo e a integração logística com as atividades turísticas. In: **Turismo Visão e Ação.** Itajaí: UNIVALI, v. 6, n. 1, jan./abr. 2004.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** 7.ed. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1995.

WTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Cultural heritage and tourism development.** A report on the International Conference on Cultural Tourism. Madrid, Spain: WTO, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Exercícios sobre a Lapa

1) Você já visitou a cidade da Lapa?

() SIM () NÃO

2) Você conhece a história da Lapa?

() SIM () NÃO

3) Complete a frase abaixo com as seguintes palavras:

Viamão cidades tropeiros Sorocaba gado

Os _____ eram homens que levavam _____ de _____ a _____ e ajudaram a fundar importantes _____ na região dos Campos Gerais.

4) Marque V para verdadeiro e F para falso:

() Gumercindo Saraiva e suas tropas invadiram a Lapa.

() Poucas pessoas morreram durante a batalha.

() O Cerco da Lapa durou 10 dias.

() O General Gomes Carneiro foi o comandante da resistência ao cerco federalista.

5) Ligue os pontos:

<ul style="list-style-type: none"> Pantheon dos Heróios ▪ Casa de Câmara e Cadeia ▪ Museu Casa Vermelha ▪ Casa Lacerda ▪ Museu Histórico da Lapa ▪ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Homenagem aos heróis da Lapa ▪ Residência mais antiga da cidade ▪ Nela se encontra o Museu das Armas ▪ Onde morreu o General Gomes Carneiro ▪ Onde foi assinada a rendição do Cerco da Lapa
---	---

6) Visitar a cidade da Lapa ajuda a aprender mais sobre ela? Por quê?

7) É importante preservar os lugares históricos? Por quê?

8) Faça um desenho sobre a Lapa no verso da folha.

APÊNDICE B - Exercícios sobre Castro

1) Você já visitou a cidade de Castro?

() SIM () NÃO

2) Você conhece a história de Castro?

() SIM () NÃO

3) Complete a frase abaixo com as seguintes palavras:

Viamão cidades tropeiros Sorocaba gado

Os _____ eram homens que levavam _____ de _____ a _____ e ajudaram a fundar importantes _____ na região dos Campos Gerais.

4) Qual é o nome do rio que, quando alagava, obrigava os tropeiros a acampar em Castro?

() Rio Iguaçu

() Rio Tibagi

() Rio Iapó

5) Ligue os pontos:

Casa de Sinhara ▪	▪ Possui lustres de cristal doados por D. Pedro II e um sino de bronze que rachou depois de tocado várias vezes no fim da II Guerra Mundial.
Museu do Tropeiro ▪	▪ Possui roupas da época, montarias e objetos pessoais dos antigos viajantes.
Fazenda Capão Alto ▪	▪ Foi sede do primeiro jardim de infância do Brasil.
Igreja Matriz de Sant' Anna ▪	▪ Retrata a vida da mulher castrense na época do Tropeirismo.
Casa de Cultura Emília Erichsen ▪	▪ Pertenceu aos freis carmelitas e depois a escravos.

6) Visitar a cidade de Castro ajuda a aprender mais sobre ela? Por quê?

7) É importante preservar os lugares históricos? Por quê?

8) Faça um desenho sobre Castro no verso da folha.

APÊNDICE C - Questionário aplicado aos professores

1) Descreva, de forma sucinta, como foi a experiência dos alunos durante a realização do roteiro turístico-pedagógico.

2) Você acredita que a utilização de roteiros turístico-pedagógicos auxilia no processo de ensino-aprendizagem? Comente.

3) Aponte críticas e/ou sugestões a respeito do roteiro realizado.

ANEXOS

ANEXO A – Atrativos turísticos de Castro não visitados durante a realização do roteiro

	
Casa da Praça	Casa de Cultura Emília Erichsen
Fonte: Prefeitura Municipal de Castro	Fonte: Prefeitura Municipal de Castro

	
Teatro Bento Mossurunga	Interior do Memorial da Imigração Holandesa
Fonte: Prefeitura Municipal de Castro	Fonte: Prefeitura Municipal de Castro

	
Morro do Cristo	Ponte Férrea
Fonte: Prefeitura Municipal de Castro	Fonte: Prefeitura Municipal de Castro

	
Igreja de Santa Terezinha	Museu do Imigrante Alemão
Fonte: Prefeitura Municipal de Castro	Fonte: Prefeitura Municipal de Castro

ANEXO B – Mapa turístico de Castro



Fonte: Prefeitura de Castro - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Departamento de Turismo).

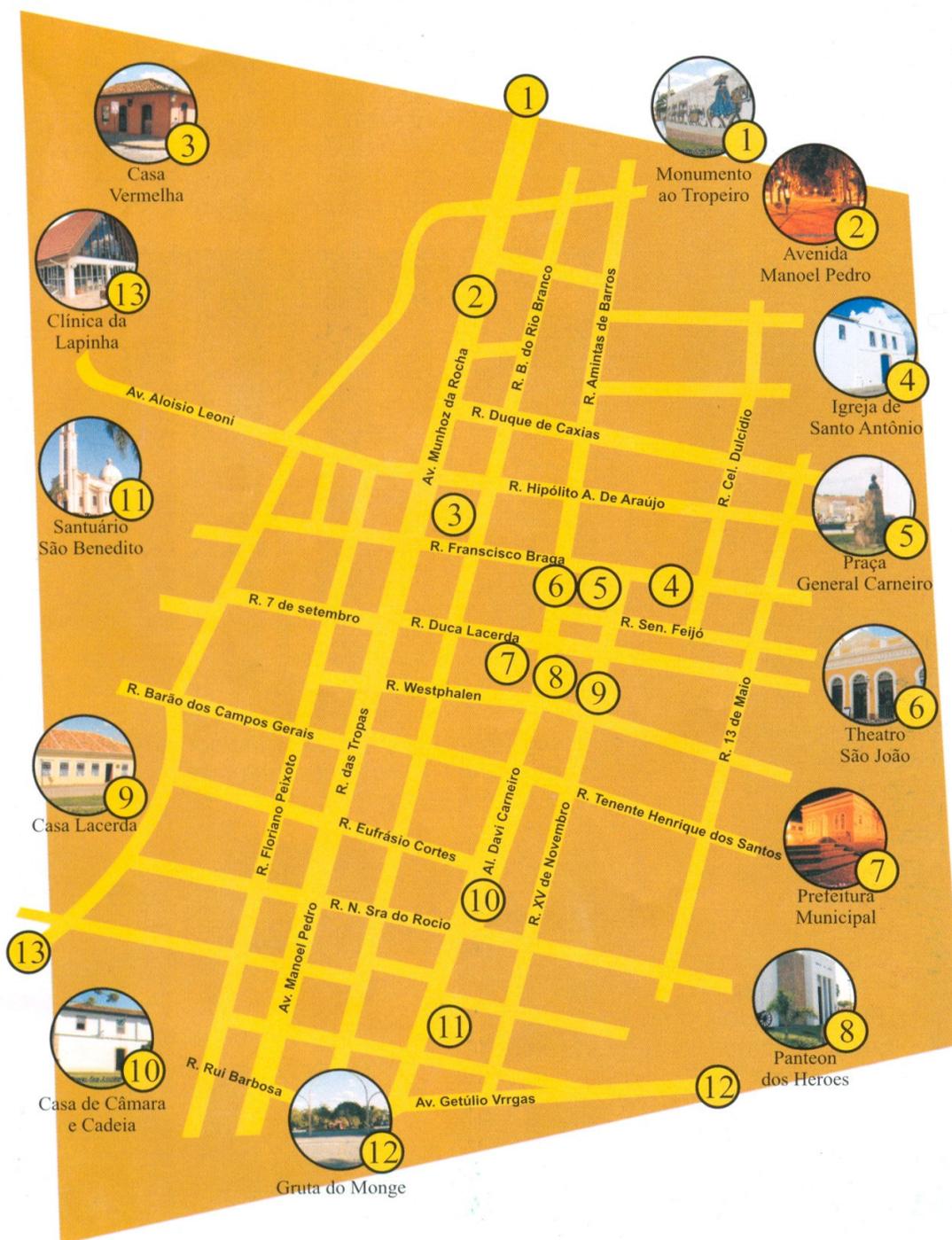
ANEXO C – Atrativo turístico da Lapa não visitado durante a realização do roteiro



Igreja de São Benedito

Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa

ANEXO D – Mapa turístico da Lapa



Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Turismo

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)